



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO ACADÊMICO**

**MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA CRUZ**

**O LIMITE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL NA  
PERSPECTIVA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL**

**JOÃO PESSOA**  
**2016**

**MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA CRUZ**

**O LIMITE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL NA  
PERSPECTIVA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e requisito para a obtenção do título de Mestre na área de Políticas Sociais com linha de pesquisa sobre Estado, Direitos sociais e Políticas sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Costa Gomes

JOÃO PESSOA  
2016

Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

C957l Cruz, Maria da Conceicao da Silva.  
O Limite do Crescimento Econômico com Equidade Social  
na Perspectiva Neodesenvolvimentista no Brasil / Maria  
da Conceicao da Silva Cruz. - João Pessoa, 2018.  
137 f. : il.

Orientação: Claudia Maria Costa Gomes.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Combate a Pobreza. 2. Equidade Social. 3.  
Precarização do Trabalho. 4. Neodesenvolvimentismo. I.  
Gomes, Claudia Maria Costa. II. Título.

UFPB/CCHLA

**MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA CRUZ**

**O LIMITE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL NA  
PERSPECTIVA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e requisito para a obtenção do título de Mestre na área de Políticas Sociais com linha de pesquisa sobre Estado, Direitos sociais e Políticas sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Costa Gomes.

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES**  
(Orientadora)

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LUCIANA BATISTA DE OLIVEIRA CANTALICE**  
(Examinadora Externa)

  
**Prof. Dr. ADILSON AQUINO SILVEIRA JÚNIOR**  
(Examinador Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que é a razão primeira da minha existência, foi quem guiou cada passo meu até aqui, quem esteve presente em cada momento de alegria, e, por vezes, de angústia e desespero que antecederam a construção desse Trabalho.

Aos meus pais, Marizete e Cícero, que tornaram possível a realização desse sonho, em especial a minha mãe que renunciou a muitas coisas em prol da minha realização, estando sempre presente em minha formação, mesmo sem saber que tudo isso é por ela.

Aos meus irmãos amados Joeliane, Joélison e Joalysson que sempre me estenderam as mãos. Aos meus cunhados queridos Lucelso Júnior, Awry Cruz e Lourrany; às minhas pequenas Julia, Ana Beatriz e Maria Sofia que, com a graça própria de uma criança, me fazem sorrir nos momentos difíceis, e me lembram de que sou, também, um exemplo que elas tenderão a copiar. Vocês são minha família, alicerces da minha felicidade e a razão da minha persistência em querer ir além.

Ao meu querido e amado Alan, meu namorado, amigo, companheiro, o ombro que esteve sempre disponível para minhas crises de choro, que suportou com toda paciência e compreensão, as minhas ausências e abandonos em momentos importantes. Muito obrigada por tudo meu amor.

A minha magnífica Mestre orientadora, Cláudia Gomes, na qual deposito muita admiração, com a qual pude conviver nos últimos cinco anos, desde a Iniciação Científica. Agradeço por ter me mostrado o caminho das pedras, e por ter acompanhado minha trajetória acadêmica, mostrando com toda destreza os caminhos da pesquisa, agradeço por sua exigência e rigor em alguns momentos e por todo esforço em contribuir para que este trabalho fosse construído da melhor forma. Esta foi, sem sombra de dúvidas, uma contribuição importantíssima para o meu crescimento, não só intelectual, mas também pessoal. Muito obrigada por tudo!

As minhas queridas companheiras de pesquisa no GEPET, Jéssica Mélo e Emanuelle Galdino, amigas que a graduação me deu e que se estenderam para a vida, e que fizeram com que o percurso até aqui fosse mais leve; as companheiras Liana Carvalho e Fabiana Alcântara que foram, e continuam sendo, exemplos na

trajetória acadêmica; e as queridas Manoela Lima e Ana Karoline. Vocês tornaram essa trajetória mais produtiva e divertida.

Aos meus queridos amigos, em especial Nadja Rayssa, Jaqueline Candoia e Brunna Nóbrega, que aguentaram meus choros, minha falta de paciência, meus estresses, minhas ausências, cada um, a seu modo, me ajudou a chegar e me apoiou nessa caminhada até aqui.

Aos companheiros de turma, com os quais pude partilhar momentos maravilhosos e inesquecíveis, em especial a Thalita Eliziário e ao Ricardo Leão, muito obrigada pelo carinho.

A CAPES pelo financiamento através de concessão de bolsa nos vinte e quatro primeiros meses de pesquisa.

A Professora Dr.<sup>a</sup> Luciana Cantalice e ao Professor Dr.<sup>o</sup> Adilson Júnior pela disponibilidade em fazer parte da banca examinadora deste trabalho e pelas ricas contribuições.

A todos os meus familiares e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa conquista, apoio de grande importância.

Tudo valeu apenas. Muito obrigada!

## RESUMO

A dissertação desenvolve a discussão entre combate à pobreza, transferência de renda, equidade social e precarização do trabalho. Com o objetivo de analisar os programas de transferência de renda no combate à pobreza no neodesenvolvimentismo na perspectiva da equidade social pela via da precarização das relações de trabalho. Especificamente, os objetivos giram em torno do debate da precarização das relações de trabalho e sua relação com a perspectiva neodesenvolvimentista de crescimento econômico com equidade social no Brasil; a verificação da forma como os programas de transferência de renda atuam no combate à pobreza no Brasil como mecanismo de reprodução da força de trabalho; e, por fim, demonstrar que a proposta neodesenvolvimentista de crescimento econômico com equidade social para o combate à pobreza, reproduz um exército qualificado de força de trabalho precarizada na contemporaneidade, fazendo o apontamento dos limites da proposta de crescimento econômico com equidade social. A hipótese sustentada é de que a promoção do crescimento econômico com equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo encontra em si mesmo os seus limites, pois o desenvolvimento das forças produtivas necessário ao crescimento econômico tende a acarretar a expulsão da força de trabalho e ao promover a qualificação dos trabalhadores com vistas a proporcionar-lhes as condições de competir no mercado, acaba por aumentar a sua condição de trabalhador precarizado e explorado, sujeito às formas mais degradantes de uso da sua força de trabalho, bem como, subjugando a parcela de trabalhadores empregados às condições mais intensas de exploração. Nossa pesquisa é de caráter teórico e, em sendo assim, para construção da mesma nos debruçamos em leituras, análises e sistematizações das principais obras que tratam do tema proposto, fazendo um resgate histórico das formas pretéritas de precarização do trabalho, tomando como base O Capital (livro I) de Marx, até chegarmos às formas contemporâneas, tendo como principais referências os autores Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Luciano Vasapollo e Graça Druck; para o debate sobre a equidade social, utilizamos o conceito de justiça social elaborado por John Rawls. E para fundamentar nossa hipótese, utilizamos ainda dados secundários disponibilizados, entre outros, pelo IBGE, DIEESE, IPEA, MDS/MDSA, CEPAL, ONU e OIT. No tocante a metodologia, utilizamos o método histórico dialético, que busca uma apreensão real dos fatos, ou seja, além do aparente, investigando a essência dos objetos através de aproximações sucessivas da realidade.

**Palavras-chave:** Combate à Pobreza; Equidade Social; Precarização do Trabalho; Neodesenvolvimentismo.

## ABSTRACT

The dissertation develops the discussion between fighting poverty, income transfer, social equity and job insecurity. In order to analyze the income transfer programs to combat poverty in neo-developmentism the perspective of social equity by way of casualization of labor relations. Specifically, the objectives revolve around the debate casualization of labor relations and its relationship with neodesenvolvimentista prospect of economic growth with social equity in Brazil; verification of how the income transfer programs work to combat poverty in Brazil as a playback mechanism of the workforce; and, finally, demonstrate that neodesenvolvimentista proposal for economic growth with social equity to combat poverty plays a qualified army of precarious labor force in contemporary times, making note of the limits of the proposed economic growth with social equity. Sustained hypothesis is that the promotion of economic growth with social equity proposed by neo-developmentism finds itself its limits, for the development of the productive forces necessary for economic growth tends to lead to the expulsion of the workforce and promoting qualification of workers in order to provide them with the conditions to compete in the market, ends up increasing your working condition precarious and exploited, subjected to the most degrading forms of use of its workforce, and subjugates the share of workers employed the most severe operating conditions. Our research is of theoretical character, and therefore, to build the same worked through the readings, analysis and systematization of the major works that deal with the theme, making a historical review of past forms of precarious work, based Capital (book I) Marx, until we reach the contemporary forms, the main references of the authors Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Luciano Vasapollo and Grace Druck; to the debate on social equity, we use the concept of social justice elaborated by John Rawls. And to support our hypothesis, we still use secondary data available, among others, by IBGE, DIEESE, IPEA, MDS / MDSA, ECLAC, UN and ILO. Regarding the methodology we used the historical dialectic method which seeks a real grasp of the facts, that is, beyond the apparent, investigating the essence of objects through successive approximations of reality.

**Keywords:** Fighting Poverty; Social Equity; Precarious Work; Neodevelopment.

## LISTA DE QUADROS

|          |                                                                             |     |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 | Comparativo entre o Nacional desenvolvimentismo e o Novo desenvolvimentismo | 52  |
| Quadro 2 | Resumo dos Resultados – Fevereiro/2016                                      | 114 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|            |                                                                                                                                               |     |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1  | Evolução do número de famílias por ano no Cadastro Único – 2006 a 2016                                                                        | 94  |
| Gráfico 2  | A riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo continua a crescer, enquanto a da metade mais pobre da população mundial permanece estagnada. | 98  |
| Gráfico 3  | Diferença de rendimentos auferidos pelos 50% mais pobres e pelos 10% mais ricos do Brasil.                                                    | 99  |
| Gráfico 4  | Distribuição da população com formação em curso superior, por raça/cor e sexo (em %) Brasil, 1960-2010.                                       | 103 |
| Gráfico 5  | Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, segundo o nível de ensino frequentado – Brasil – 2004/2013.                             | 109 |
| Gráfico 6  | Evolução do número de matrículas no PRONATEC desde sua criação                                                                                | 110 |
| Gráfico 7  | Bolsas de estudo ofertadas pelo PROUNI (2005-2014)                                                                                            | 110 |
| Gráfico 8  | Evolução do número de contratos do FIES – 2003 a 2014.                                                                                        | 111 |
| Gráfico 9  | Taxa de desocupação, por grupos de idade, em % (Total das seis Regiões Metropolitanas).                                                       | 112 |
| Gráfico 10 | Taxa de Desocupação no Brasil – 2013 a 2016.                                                                                                  | 113 |
| Gráfico 11 | Média de jornada de trabalho diária de 11h ou mais de duração.                                                                                | 119 |
| Gráfico 12 | Composição do gasto direto com assistência social – Brasil – 2002 a 2015 – % do total.                                                        | 121 |
| Gráfico 13 | Gasto social com transferências diretas de renda e redução da pobreza – 2002 a 2014.                                                          | 122 |
| Gráfico 14 | Taxa de desemprego das pessoas acima de 16 anos por sexo e raça, Brasil- 1992 a 2006.                                                         | 123 |

## LISTA DE TABELAS

|          |                                                                                                                                                                 |     |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 | Distribuição dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados e tipicamente contratantes, por escolaridade, 2013.                                         | 49  |
| Tabela 2 | Pessoas em situação de pobreza e indigência, 2002, 2010 e 2011 na América Latina. (em porcentagens da população)                                                | 97  |
| Tabela 3 | Pessoas de 25 a 34 anos de idade, total e com ensino superior completo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2013 | 108 |
| Tabela 4 | Média de horas trabalhadas por semana no Brasil – Outubro de 2002 a outubro de 2015.                                                                            | 117 |

## LISTA DE FIGURAS

|          |                                                                                              |     |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 | Distribuição da população com renda familiar mensal abaixo da linha de pobreza – 2002 e 2014 | 122 |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## LISTA DE SIGLAS

|       |                                                       |
|-------|-------------------------------------------------------|
| BM    | Banco Mundial                                         |
| BPC   | Benefício de Prestação Continuada                     |
| BSM   | Plano Brasil Sem Miséria                              |
| CAGED | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados          |
| CCQ   | Círculos de Controle de Qualidade                     |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e Caribe     |
| CNAS  | Conselho Nacional da Assistência Social               |
| CUT   | Central única dos Trabalhadores                       |
| EIR   | Exército Industrial de Reserva                        |
| FGTS  | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço                |
| FIES  | Fundo de Financiamento Estudantil                     |
| FMI   | Fundo Monetário Internacional                         |
| IBGE  | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística       |
| IDH   | Índice de Desenvolvimento Humano                      |
| IPEA  | Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada            |
| IRPF  | Imposto de Renda Pessoa Física                        |
| LOAS  | Lei Orgânica da Assistência Social                    |
| MDS   | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MDSA  | Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário        |
| ME    | Ministério da Educação                                |
| MLP   | Modelo Liberal Periférico                             |
| MPC   | Modo de Produção capitalista                          |
| ND    | Nacional – Desenvolvimentismo                         |

|          |                                                                      |
|----------|----------------------------------------------------------------------|
| NOB      | Norma Operacional Básica                                             |
| OCDE     | Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico            |
| ODM      | Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio                          |
| OIT      | Organização Internacional do Trabalho                                |
| ONU      | Organização das nações Unidas                                        |
| PBF      | Programa Bolsa Família                                               |
| PME      | Pesquisa Mensal de Emprego                                           |
| PNAD     | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                          |
| PNAS     | Política Nacional de Assistência Social                              |
| PNUD     | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                    |
| PPA      | Paridade de Poder de Compra                                          |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego              |
| PROUNI   | Programa Universidade par Todos                                      |
| PTR      | Programa de Transferência de Renda                                   |
| SPE      | Secretaria de Política Econômica                                     |
| SUAS     | Sistema Único de Assistência Social                                  |
| TQC      | Total Qualitycontrol                                                 |
| UNESCO   | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                          | <b>12</b>  |
| <b>1. A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL NA PERSPECTIVA NEODESENVOLVIMENTISTA.....</b>       | <b>20</b>  |
| <b>1.1. A centralidade do trabalho na transformação da vida dos homens: modo de produção capitalista e exploração da força de trabalho.....</b> | <b>21</b>  |
| <b>1.2. Formas contemporâneas de exploração da força de trabalho.....</b>                                                                       | <b>28</b>  |
| <b>1.3. O debate do desenvolvimento brasileiro e a precarização do trabalho.....</b>                                                            | <b>40</b>  |
| <b>1.3.1 A qualificação para o trabalho precário.....</b>                                                                                       | <b>56</b>  |
| <b>2. A PROPOSTA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL PELA VIA DO COMBATE À POBREZA NO BRASIL.....</b>                                  | <b>60</b>  |
| <b>2.1. O trato analítico do pauperismo na discussão sobre a desigualdade no capitalismo contemporâneo.....</b>                                 | <b>61</b>  |
| <b>2.2. O debate da Assistência Social e sua funcionalidade para o crescimento econômico.....</b>                                               | <b>70</b>  |
| <b>2.3. O combate à pobreza no debate do crescimento econômico com equidade social.....</b>                                                     | <b>79</b>  |
| <b>3. LIMITES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL PELA VIA DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA .....</b>                                         | <b>92</b>  |
| <b>3.1. O combate à pobreza no Brasil e a persistência da desigualdade.....</b>                                                                 | <b>93</b>  |
| <b>3.2. Limites do crescimento econômico com equidade social.....</b>                                                                           | <b>106</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                | <b>126</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                         | <b>128</b> |

## INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada, sob o título ***O limite do crescimento econômico com equidade social na perspectiva neodesenvolvimentista no Brasil***, tem por objetivo geral estabelecer uma análise crítica à equidade social neodesenvolvimentista, apontando os limites à efetivação desse projeto, tendo como foco de análise a precarização das relações de trabalho resultantes desse processo. Partimos do pressuposto de que o neodesenvolvimentismo busca novos meios de exploração da força de trabalho, tentando maquiagem os efeitos devastadores de sua atuação através da ideia de maior investimento no social, mas o que na verdade se estabelece é a perpetuação da situação de pobreza, que beneficia diretamente o grande capital, considerando que esse alia à transferência de renda formas contemporânea de exploração da força de trabalho. Trata-se, pois de apontar os elementos que desmistificam a proposta de crescimento econômico com equidade social proposto pelo neodesenvolvimentismo.

A escolha por pesquisar este tema é resultado das sucessivas aproximações ao objeto de pesquisa, realizadas ao longo da trajetória acadêmica, está essencialmente relacionada à participação em pesquisas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq), que tiveram como objetivo analisar as estratégias dos neodesenvolvimentistas na agenda da América Latina. Especificamente, analisamos o debate e as teses sobre o neodesenvolvimentismo na América Latina, identificando a relação entre desenvolvimentismo e equidade no debate latino-americano, examinando se os índices de pobreza nestes países que adotaram os programas de transferência de renda diminuíram, bem como apreendendo o discurso ideológico hegemônico sobre a pobreza que informam os programas de transferência de renda no Brasil.

O aprofundamento dos estudos realizados na Iniciação Científica resultou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, com o título: *A assistência social e sua funcionalidade para o novo-desenvolvimentismo: uma abordagem crítica sobre a transferência de renda no Brasil*, que traz um apanhado geral dos estudos realizados em dois anos de pesquisa, com especial ênfase no último plano de pesquisa “Política de Assistência, Bolsa Família e combate à pobreza no Brasil”.

As reflexões resultantes dessas pesquisas nos mostrou a necessidade de irmos além, e assim ampliar o debate sobre o combate à pobreza no Brasil pela via da transferência de renda, no marco do ciclo dos governos neodesenvolvimentistas, na tentativa de apreender os reais impactos dessas iniciativas sobre a reprodução da força de trabalho.

Os estudos já sinalizados nos permitiram inferir que a inflexão neoliberal, de meados dos anos 1990, que propôs uma minimização do Estado no trato das manifestações da “questão social” e uma maior participação do mercado no que tange a alocação de recursos, agravou ainda mais a situação da classe trabalhadora, uma vez que a influência neoliberal trouxe consigo uma série de perdas no que se refere aos “direitos sociais universais”, os quais passaram a ser ainda mais pontuais e fragmentados, configurando uma nova conjuntura de desmonte de tais direitos, e que o surgimento do neodesenvolvimentismo como uma alternativa a essa perspectiva neoliberal, na verdade se configurou como uma espécie de “reforma” desse projeto, uma vez que reproduz as aspirações dessa ideologia, mas com o “cuidado” de dar atenção ao seguimento social.

Nessa perspectiva o neodesenvolvimentismo almejando o crescimento econômico, com equidade social, apoiou-se nas políticas sociais e, mais precisamente, na transferência de renda, uma vez que tais programas alteram, mesmo que minimamente, os índices de pobreza e permitem o aumento do consumo de bens de mercado.

Assim, no campo das Políticas Sociais brasileira, os Programas de Transferência de Renda Mínima (PTR) passam a ser o principal investimento social que o Estado realiza, pois os PTR tendem a reduzir os indicadores sociais em curto prazo e são vistos como principais mecanismos de combate à pobreza pelos organismos internacionais.

Ao decorrer das nossas pesquisas, realizamos análises que foram além dos números apresentados pelas estatísticas oficiais, o que nos permitiu inferir que a Política de Assistência Social, tem desviado o curso de suas conquistas, quando reduzem sua atuação em ações focalizadas, seletivas e não universalizantes, sendo utilizada para concretizar os caprichos do capital, mantendo e reproduzindo seu exército industrial de reserva, através do enfoque no combate à pobreza, atuando no

sentido de minimizar os efeitos mais deletérios da atuação do capital em detrimento de ações universalizantes propostas em suas formulações.

Nesse sentido a presente dissertação, busca dar continuidade aos estudos já iniciados sobre o tema, trazendo à tona um novo objeto de estudo problematizado a partir de uma pergunta orientadora: quais os impactos que a promoção da equidade social, proposta pelo neodesenvolvimentismo brasileiro, têm sobre a classe trabalhadora? E nessa perspectiva, desenvolvendo uma discussão entre crescimento econômico e promoção da equidade social através do combate pobreza pela via da transferência de renda, com a atenção voltada para os rebatimentos desses processos sobre a classe trabalhadora,

Em sendo assim, partimos da hipótese que a promoção da equidade social proposta pelo padrão de desenvolvimento em vigência no país consiste num fim em si mesmo, considerando que a promoção do crescimento econômico com equidade social proposta encontra em si mesmo os seus limites uma vez que, o desenvolvimento das forças produtivas necessário ao crescimento econômico tende a acarretar a expulsão da força de trabalho.

Das primeiras análises realizadas sobre o nosso objeto, deduzimos que a proposta de crescimento econômico com equidade social, ao promover a qualificação dos sujeitos com vistas a proporcionar-lhes as condições de competir no mercado, acaba por aumentar a sua condição de trabalhador precarizado e explorado, sujeito às formas mais degradantes de uso da sua força de trabalho.

Para realização do estudo do tema pesquisado, do ponto de vista teórico-metodológico, optamos por avançar partindo da literatura que trata as formas de precarização das relações e da força de trabalho, culminando num levantamento bibliográfico sobre as estratégias de promoção da equidade social neodesenvolvimentista e o exame dos rebatimentos dessas ações sobre a classe trabalhadora.

O referencial teórico levantado nos forneceu elementos para afirmar que nas últimas décadas temos vivenciado um alto grau de flexibilização das relações de trabalho e que essa flexibilização faz parte das estratégias de reestruturação do capital frente a mais uma de suas crises – constitutivas de sua própria dinâmica –

quando o padrão taylorista/fordista de acumulação não mais respondia as necessidades do capital.

Nessa perspectiva Antunes (2006) assinala que o processo de reestruturação produtiva implementado com o esgotamento do padrão fordista/taylorista, implicou em mudanças não só na forma de organizar a produção, na forma de consumir, mas em todos os âmbitos da vida social, dado que as alterações no regime de acumulação requer alteração, também, na regulamentação social, faz-se necessária toda uma mudança na estrutura social para dar suporte ao novo regime, e essa nova forma de organização do trabalho resultante do processo de reestruturação produtiva tem sobre a classe trabalhadora efeitos negativos, sendo caracterizada por precarização das relações de trabalho; flexibilização dos contratos e de formas de trabalho e desregulamentação das formas de proteção do trabalho.

E nessa esteira de análise, a obra organizada por Graça Druck (2007) foi bastante elucidativa, uma vez que discorre sobre os processos de precarização do trabalho na atualidade, apontando a terceirização/subcontratação como principais expressões da precarização do trabalho hoje e, nesse sentido, caracterizam a terceirização/subcontratação como um fenômeno mundial, generalizado em todos os tipos de trabalho (industrial, comercial, setor de serviços, setor público e privado).

Em outra tese estudada, analisando as novas formas de organização do trabalho, Alves (2014) aponta que a precarização não acontece apenas no âmbito do trabalho, mas também na vida do trabalhador, o autor aponta para uma precarização existencial decorrente do que ele denomina de “modo de vida *just-in-time*”, ou modo de vida reduzido; e uma precarização do “homem-que-trabalha” proveniente de adoecimentos originários dos processos laborais.

Ressaltamos nesse trabalho que no Brasil a reestruturação produtiva não privilegiou o incremento tecnológico, mas as formas de organização e gestão da força de trabalho. Assim, “[...] a produtividade cresceu graças aos novos processos de trabalho, aos métodos de gestão e à custa da perda do emprego de milhões de pessoas [...]” (AMARAL e MOTA, 2010, p. 34-34). Essas transformações exigiram uma mudança no perfil da força de trabalhado, fez-se necessário a adequação do trabalhador às novas formas de contratação e às exigências de qualificação.

Nesse contexto, se verifica o crescimento da busca dos trabalhadores por uma maior qualificação acreditando ser essa a via que os manterá empregados e àqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho supõem ser essa a via pela qual poderão se inserir.

É nesse viés, que as estratégias neodesenvolvimentistas corroboram diretamente para reprodução da lógica capitalista flexível. Vejamos, se o mercado está demandando qualificação, cá está o Estado desenvolvimentista a oferecer essa força de trabalho qualificada.

Dentre as iniciativas de promoção da qualificação destacamos, nessa dissertação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que é um programa do Ministério da Educação destinado ao público do Plano Brasil Sem Miséria, e oferece cursos gratuitos de qualificação profissional. Em 2014 o programa atingiu mais de 3 milhões de matrículas em cursos de qualificação profissional.

Ainda sobre educação, temos também o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Fies é destinado ao financiamento da graduação de estudantes matriculados em universidades privadas e segundo dados *Senso da Educação Superior (2013)*, entre 2010 e 2013 foram formalizados 1,1 milhão de contratos. O ProUni é destinado a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas e/ou foram bolsistas integrais de escolas privadas, concede bolsas integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior particulares. Em 2014 o número de bolsas de estudos concedidas foi de 306.726, sendo 205.237 bolsas integrais e 101.489 bolsas parciais.

O massivo investimento na qualificação da força de trabalho com o intuito de promover a equidade social, acaba por produzir, uma inserção crescente de grande parcela dessa massa de trabalhadores qualificados em condições de subemprego e de desemprego, porque essa é uma necessidade do modo de produção capitalista, a existência de uma força de trabalho que excede às suas necessidades que esteja disposta a se submeter a qualquer condição de trabalho e a intensas formas de exploração.

Essa situação acaba por fomentar o aumento daquilo que Braga (2012) e Alves (2014) denominam de “precariado”, conceito que da sustentação ao que apontamos

como um dos limites à promoção do crescimento econômico com equidade social. Vejamos, para esses autores: o precariado é composto pela fração da classe trabalhadora que está inserida nas formas mais precárias de trabalho, recebem as piores remunerações e é a mais explorada pelo capital, engloba as frações flutuante, latente e estagnada da superpopulação relativa (BRAGA, 2012); e é composto por uma população, em sua maioria jovem, qualificada, recém-diplomada, mas que não encontra espaço no mercado de trabalho para exercer suas profissões e acabam por se inserir no mercado de trabalho em funções subalternas, não condizentes com o nível de qualificação que possuem (ALVES, 2014).

Dados do IBGE referentes ao ano de 2013 apontam que as pessoas desocupadas com nível superior completo representavam 7,8% e, 49,6% das pessoas desocupadas tinham concluído ao menos o ensino médio e a taxa de desocupação para esses níveis de escolaridade era de 4,0% e 8,7% respectivamente.

Esses dados deixam claro que a qualificação para o trabalho não é suficiente para se estabelecer e/ou permanecer no mercado de trabalho. Essa problematização subjaz o nosso objeto de estudo, a qual retém uma de nossas hipóteses, qual seja: se torna cada vez mais distante a concretização do crescimento econômico com equidade social proposto pelo neodesenvolvimentismo, uma vez que a degradação das relações de trabalho aumenta o fosso que separa “pobres e ricos”, no que tange o acesso aos bens produzidos no capitalismo.

Considerando o fato de estarmos sobre as rédeas do modo de produção capitalista e que este, por estar fundado na exploração da força de trabalho, tem de um lado indivíduos com uma enorme concentração de riqueza e, de outro, indivíduos vivendo na miséria, tendo a desigualdade como algo inerente e estrutural, entendemos não ser possível estabelecer uma situação de igualdade social nem econômica nos marcos dessa sociedade.

O estudo de algumas categorias foi fundamental para capturar elementos da realidade à qual nos debruçamos, a saber: neodesenvolvimentismo, fazendo um contraponto entre os principais autores que discutem a temática, tais como: Rodrigo Castelo, Reinaldo Gonçalves, Giovanni Aves, Bresser-Pereira, João Sicsú e Armando Boito Júnior; precarização do trabalho, tendo como principais referências os autores Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Luciano Vasapollo e Graça Druck; equidade,

utilizando o conceito de justiça social elaborado por John Rawls e as referência de Nogueira e Azevedo; pobreza, para discutir esse conceito utilizamos como referência as formulações de Marx em *O Capital*.

A análise desses conceitos nos permitiram dar as respostas elucidativas dos objetivos específicos da nossa pesquisa, que consistiram em: 1- fazer o debate da precarização das relações de trabalho e sua relação com a perspectiva neodesenvolvimentista de crescimento econômico com equidade social no Brasil; 2- verificar como os programas de transferência de renda atuam no combate à pobreza no Brasil como mecanismo de reprodução da força de trabalho; 3- demonstrar que a proposta neodesenvolvimentista de crescimento econômico com equidade social para o combate à pobreza, reproduz um exército qualificado de força de trabalho precarizada na contemporaneidade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, nossa pesquisa é de caráter teórico, fundamentada no método histórico dialético, que busca uma apreensão real dos fenômenos, ou seja, além do aparente, investigando a essência dos objetos através de aproximações sucessivas da realidade. Realizamos pesquisa de tipo qualitativa, através de levantamento bibliográfico e documental, bem como dados secundários disponibilizados, entre outros, pelo IBGE, IPEA, MDS/MDSA, CEPAL, ONU, OIT, MEC e Oxfam, para dar maior sustentação às hipóteses levantadas.

Adotamos como recursos para construção do conhecimento técnicas de leitura, fichamento e sistematização do referencial teórico levantado. Como procedimentos metodológicos, utilizamos os seguintes instrumentos: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) coleta, sistematização e análise de dados; c) construção teórica da pesquisa; d) qualificação da dissertação; e) Defesa da Dissertação.

No que concerne à exposição, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado ***A precarização das relações de trabalho e o crescimento econômico com equidade social na perspectiva neodesenvolvimentista***, tem por objetivo fazer um apanhado geral sobre as tendências de precarização das relações de trabalho na contemporaneidade. Nesse sentido fazemos uma análise da categoria trabalho e sua centralidade na vida dos homens, fazendo um resgate das formas pretéritas de exploração da força de trabalho e um levantamento das formas como esse fenômeno aparece na contemporaneidade.

O segundo capítulo, denominado: ***A proposta de crescimento econômico com equidade social pela via do combate à pobreza no Brasil***, traz a discussão teórica da relação entre “questão social” e pobreza, partindo para as principais formas de seu enfrentamento e o rebatimento dessas ações sobre a desigualdade, mostrando que a desigualdade social permanece latente, apesar do aumento da riqueza socialmente produzida e das iniciativas de promoção da equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo.

No terceiro capítulo, ***Limites do crescimento econômico com equidade social pela via da transferência de renda***, trazemos uma discussão mais detalhada sobre os programas de transferência de renda e a proposta de crescimento com equidade social, confrontando conceitos teóricos com dados de fontes secundárias, com o intuito de apontar os limites do crescimento econômico com equidade pela via da transferência de renda.

Na parte final desta dissertação, encontram-se as Considerações Finais, nas quais estão presentes as indicações obtidas a partir da investigação feita ao objetivo de pesquisa, explicitando questões formuladas durante todo o processo de estudo. Sabemos que o capital não dá nada sem esperar uma contrapartida, nesse sentido, ao verificar os altos investimentos em programas de transferência de renda com o intuito de minimizar a situação de miséria da classe trabalhadora, nos indagamos sobre quais os reais objetivos por trás das iniciativas de combate à pobreza, via transferência de renda, com o intuito de promover a equidade social e quais consequências tem essas ações sobre a classe trabalhadora.

Nesse sentido, nossa pretensão foi a de desvendar a essência por trás das “boas ações” do Estado, apontando os limites que confirmam a falácia da proposta de crescimento econômico com equidade social neodesenvolvimentista.

# **CAPÍTULO I**

**A precarização das relações de trabalho e o crescimento econômico com equidade social na perspectiva neodesenvolvimentista**

### **1.1A centralidade do trabalho na transformação da vida dos homens: modo de produção capitalista e exploração da força de trabalho**

O trabalho é o fundamento ontológico da vida dos homens, posto que é por meio da interação homem/natureza, da transformação da natureza – mediante a utilização de instrumentos – que o homem satisfaz suas necessidades básicas e, nesse processo, transforma a si mesmo e o meio em que vive. Nesse sentido, Marx (2013, p.255) afirma que o “[...] trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Ao decurso de milhões de anos os homens foram aperfeiçoando os saberes e as técnicas de transformação da natureza, com o domínio das técnicas de plantio e de uso da terra, da criação de animais até chegar ao ponto de produzir mais do que o necessário para suprir suas necessidades e as da tribo ou grupo ao qual pertenciam, superando as situações de escassez alimentar a que viviam e gerando a produção de um excedente.

Esse excedente possibilita aos homens acumular os produtos resultantes de seu trabalho, através da produção de bens não utilizados na satisfação das necessidades da comunidade, com isso surge, também, a possibilidade de trocar produtos com outras tribos, tem-se, então, o surgimento da mercadoria<sup>1</sup> e as primeiras formas de comércio. Essa acumulação de bens faz surgir na história, também, a possibilidade do homem explorar outros homens.

A produção dos bens necessários à satisfação das necessidades humanas é complexa e envolve elementos essenciais: meios de trabalho (que consiste nas ferramentas, instrumentos de que se vale o homem para transformar a natureza em um bem determinado); objetos de trabalho (compreende a matéria natural bruta ou já modificada, sobre a qual incidirá o trabalho humano); e por fim, a força de trabalho que se utilizando dos meios de produção opera sobre os objetos de trabalho

---

<sup>1</sup> A mercadoria, pois, compreende o que Marx denomina de valor de uso (bens produzidos para satisfação das próprias necessidades) e valor de troca (bens produzidos para satisfação das necessidades de outrem). Nas palavras do autor: “[...] Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir de valor de uso [...]” (MARX, 2013, p. 119).

transformando-os em produtos úteis à satisfação das necessidades do homem – é este produto resultante do trabalho humano e útil à satisfação de suas necessidades que Marx compreende por valor de uso. E esse conjunto de elementos necessários a produção de bens é denominado de forças produtivas.

A produção de um excedente econômico sinaliza, pois um desenvolvimento do conjunto das forças produtivas, desse conjunto de elementos que permite aos homens transformar a natureza. Conforme os homens transformam a natureza, eles acumulam conhecimento, aperfeiçoando cada vez mais os instrumentos utilizados e as técnicas de produção de determinados bens, possibilitando uma quantidade cada vez maior desses bens e gerando sempre um maior excedente.

O modo de produção nos permite compreender a forma como são produzidos os bens, em determinada sociedade, como se organiza a distribuição e o consumo desses bens. O modo de produção é composto pelas forças produtivas e pelas relações de produção existentes.

Nossa análise tem como foco o modo de produção capitalista (MPC). Este tem como característica a produção de mercadorias. Marx inicia o capítulo I de *O capital* afirmando que “[...] a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (2013, p.113).

A produção de mercadorias pressupõe a propriedade privada dos meios de produção e uma divisão social do trabalho; ao capitalista pertencem os meios de produção e ao trabalhador resta apenas sua força de trabalho, a qual vende em troca de salário que propicie sua subsistência e a de sua família. Temos então duas classes sociais antagonicamente distintas e que, nesse modo de produção, dependem uma da outra para se reproduzirem.

Considerando que no MPC o trabalhador (produtor direto) é destituído dos meios de produção (pertencendo estes ao capitalista) restando-lhe apenas sua força de trabalho para ser vendida em troca de salário que permita sua sobrevivência, quando o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho, se o indivíduo só tem a sua força de trabalho enquanto mercadoria que vende para poder garantir sua sobrevivência e não consegue realizá-la através de sua venda, não lhe resta mais nada, está, pois numa condição de absoluta pobreza, desprovido de todos os meios de garantir, por si só, sua própria subsistência.

O desenvolvimento das forças produtivas que levaram à subsunção do trabalho ao capital deixou de um lado, capitalistas – possuidores de dinheiro necessário à obtenção de meios de produção e força de trabalho – e de outro os trabalhadores – possuidores tão somente de sua força de trabalho. Ao trabalhador não restou alternativa, a não ser, vender seu único patrimônio ao capitalista em troca de uma quantia em dinheiro que permitisse sua sobrevivência. Com isso o trabalhador está sujeito à vontade do capitalista, e subordina-se a formas cada vez mais degradantes de trabalho (BRAZ e NETTO, 2009).

É, pois no processo de produção das mercadorias que se verifica a produção da riqueza das sociedades capitalistas. O capitalista detém os meios de produção, mas ele mesmo não os opera, para tal fim ele necessita de uma mercadoria especial: a força de trabalho. Nesse sentido Marx afirma que,

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho (MARX, 2013, p. 242).

E o que faz da força de trabalho uma mercadoria tão especial? A força de trabalho é uma mercadoria especial porque é através de sua exploração que o capitalista extrai o lucro que o enriquece. Diferente do que acontecia na produção mercantil simples, em que o lucro advinha da esfera da circulação – onde o comerciante investia seu dinheiro na compra de mercadorias e as vendia por um valor maior do que pagou por elas – na produção mercantil capitalista o lucro advém da esfera da produção.

O capitalista paga ao seu trabalhador, na forma de salário, um determinado valor, isso lhe confere o direito de usar sua força de trabalho durante certo intervalo de tempo. No entanto, durante o processo produtivo, o trabalhador produz mais que o necessário à obtenção do seu salário, ocasionando um excedente de trabalho, o qual Marx denomina de mais-valor, que é apropriado pelo capitalista. Nas palavras do autor,

[...] o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários à sua subsistência [...] A parte de sua jornada de trabalho que ele precisa para isso pode ser maior ou menor a depender do valor de seus meios de subsistência diários médios ou, o que é o mesmo, do tempo médio de trabalho diário requerido para sua produção [...] O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [...] (MARX, 2013, p. 292-293).

Para compreendermos esse processo é preciso entender como se calcula o valor da força de trabalho. Marx nos explica que o valor de uma mercadoria é determinado com base no tempo socialmente necessário a sua produção; a força de trabalho, como mercadoria especial, não foge a esta regra, seu valor expresso em forma de salário também é determinado pela quantidade de trabalho necessário à sua produção e reprodução. Deve-se levar em conta que a manutenção do trabalhador pressupõe o suprimento de suas necessidades vitais básicas (alimentação, vestuário, moradia etc.). Nesse sentido o autor afirma que,

[...] Dada à existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor [...] (MARX, 2013, p. 245).

A força de trabalho como a mercadoria especial – sem a qual não se opera as forças produtivas para gerar a produção de outras mercadorias – é a principal fonte de lucro do capitalista, é a capacidade de produzir um valor muito maior do que é pago por ela que a torna especial. Nesse sentido, ao capitalista interessa extrair cada vez uma maior quantidade desse valor excedente produzido por essa mercadoria especial.

Dialogando com Braz e Netto (2009), podemos inferir que para sua continuidade, o modo de produção capitalista, necessita de uma contínua acumulação de capital, para tanto, os bens produzidos não podem ser de todo consumidos, parte deles devem ser reinvestidos em meios de produção e parte do mais-valor gerado no processo produtivo deve ser convertido em capital e reinvestido dando continuidade ao ciclo de produção de mercadorias, tal processo é denominado de reprodução ampliada do capital.

O dinheiro por si só não é capital, para ser transformado em capital é necessário que o dinheiro seja investido na produção, através da compra de meios de produção e força de trabalho. “[...] Se não assume a forma da mercadoria, o dinheiro não se torna capital” (MARX, 2013, p. 230). É, pois a transformação de parte do mais-valor gerado na produção, e reinvestido nesta, que proporciona a reprodução ampliada do capital, proporcionando a acumulação de capital.

O mais-valor gerado pelo trabalho excedente, e o investimento de parte deste em novo processo de produção, proporciona acumulação de capital e a continuidade do MPC. A extração desse mais-valor é resultado da exploração da força de trabalho. Logo, sem exploração da força de trabalho não há acumulação de capital, sem acumulação de capital não há reprodução da forma capitalista de produção, não há capitalismo.

A força de trabalho é, pois indispensável à produção de riqueza, no entanto, a acumulação capitalista acaba por produzir uma população de trabalhadores muito maior que sua necessidade. Essa população que excede as necessidades da produção é funcional ao capital no sentido de que lhe permite ter sempre à sua disposição uma força de trabalho disposta a assumir qualquer função e condições de trabalho, isso possibilita ao capital sujeitar às suas exigências os trabalhadores que se encontram empregados. Marx explicita essa questão da seguinte maneira,

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte em contra partida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o

material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

Ao passo que aumenta o volume de acumulação de capital, aumenta também, e em proporções sempre maiores, a superpopulação. “[...] Quanto maiores forem à riqueza social, o capitalismo em funcionamento [...] tanto maior será o exército industrial de reserva [...]” (MARX, 2013, p. 719), movimento denominado de lei geral da acumulação capitalista, que Marx explicita no capítulo XXIII de *O Capital*, segundo a qual a acumulação de capital vai sempre resultar na polarização riqueza/pobreza, ou seja, à medida que aumenta o montante de riqueza, aumenta na mesma proporção à pobreza.

Por isso, interessa ao capital extrair maior quantidade de sobretrabalho (aumentando o *quantum* de riqueza socialmente produzida) de um número cada vez menor de trabalhadores (acarretando um aumento do exército de reserva).

A força de trabalho como elemento essencial à produção de riqueza torna fundamental ao capital mantê-la sempre disponível em abundância no mercado. Nesse sentido, Maranhão acrescenta que,

[...] apesar de criar e recriar a necessidade de integrar a maior quantidade de trabalhadores ativos para ocupar os postos de trabalho, gerando mais sobretrabalho, o capital, contraditoriamente, realiza um movimento oposto (MARANHÃO, 2006, p. 22).

O capitalista investe cada vez mais no incremento das formas de extração do mais-valor gerado pela força de trabalho, colocando o trabalhador em condições cada vez mais degradantes, subjugando-os a relações de precarização do trabalho e a formas degradantes de existência.

No decurso da história o capitalismo passou por várias fases. E a cada fase, novas formas de exploração se fizeram necessárias. Ao capitalista interessa extrair cada vez uma quantidade maior de mais-valor e, para tanto, faz-se necessário diminuir o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador.

A história nos mostra duas formas de intensificação da extração do mais-valor: a forma absoluta e a forma relativa. A forma absoluta pode se dar pela extensão da

jornada de trabalho, com isso, permanece o tempo de trabalho necessário e amplia-se o tempo de trabalho excedente. Há, ainda, outra maneira de proceder, qual seja, através da intensificação do ritmo de trabalho, aqui se mantém inalterada a jornada de trabalho, mas o trabalhador produz em um ritmo muito mais acelerado, ocasionando um aumento na produção de mercadorias, ou seja, se produz muito mais com a mesma quantidade de trabalhadores e com a mesma jornada de trabalho, isso se torna possível mediante reestruturação do processo produtivo com a introdução de inovações tecnológicas na produção, essa ação permite que poucos trabalhadores com o auxílio de máquinas realizem o trabalho que seria feito como o dobro ou mais de trabalhadores.

No entanto, essa forma de incremento acaba por encontrar limites à sua efetivação, a classe trabalhadora por meio de sua organização e da luta de classes pressiona o Estado a intervir mediando a regulação da relação trabalho/capital, além do mais, essa forma de intensificação pode acarretar o esgotamento do trabalhador, diminuindo o tempo de sua duração e impossibilitando sua reprodução. Diante desses limites os capitalistas buscam outros meios de operar a intensificação da extração do mais-valor. Numa longa citação, esclarecedora, explica Cipolla,

Para que haja mais valia relativa é preciso que os salários nominais caiam. É necessário, portanto, que se incorpore na análise o elemento capaz de promover a redução dos salários nominais. Para que caia o salário nominal é preciso que o aumento da produtividade traga consigo um elemento de enfraquecimento da coesão da classe trabalhadora. Assim, uma vez retirada à hipótese de cesta fixa, argumenta Lebowitz, é necessário mostrar que o progresso técnico comporta algum mecanismo que fragilize os trabalhadores e conduza à redução dos salários nominais, redução essa necessária para permitir a existência de mais valia relativa (CIPOLLA, 2014, p. 384).

Ao que segue:

Por isso ele introduz a luta de classe como parte da análise da mais valia relativa. A luta de classe é introduzida na análise através do conceito de grau de divisão (degree of separation) entre os trabalhadores. O grau de divisão é a variável que permite transformar o aumento da produtividade em mais valia relativa. Lebowitz procura mostrar que há uma conexão necessária entre o aumento de produtividade e o aumento do grau de divisão entre os trabalhadores,

conexão sem a qual a mais valia relativa seria contingente e não necessária. Mas como? Uma vez que o enfraquecimento do grau de coesão dos trabalhadores é condição da mais valia relativa, o aumento da produtividade deve se manifestar ao mesmo tempo como força desagregadora da capacidade de defesa dos trabalhadores enquanto classe (CIPOLLA, 2014, p. 385).

Nesse sentido, a forma relativa, pois permite aos capitalistas operar sem os limites ora citados. Aqui se observa a diminuição do tempo de trabalho necessário, através do incremento tecnológico introduzido na produção dos bens necessários a reprodução dos trabalhadores diminuindo o valor da força de trabalho, e assim, permitindo que se mantenha a jornada de trabalho diminuindo o tempo relativo ao trabalho necessário e aumentando o tempo de trabalho excedente. Braz e Netto acrescentam,

Estas duas formas – a absoluta e a relativa – de incrementar a produção de mais-valia não se excluem, embora a verificação histórica mostre que, com o crescimento das organizações operárias e seu amadurecimento político, *tenda a predominar a forma relativa*. Em qualquer dos casos, o que está em questão é o aumento da exploração da força de trabalho [...] (BRAZ e NETTO, 2009, p. 110).

A forma absoluta e relativa são formas clássicas de intensificação da extração do mais-valor. No entanto, o capitalismo reinventa constantemente suas formas de exploração da força de trabalho aliando formas pretéritas a novas formas na busca de extrair sempre uma maior quantidade de mais-valor. Entender como se dá essa exploração da força de trabalho e como estão constituídas as relações de trabalho na atual fase do capitalismo é de fundamental importância. Passemos então a uma análise das formas contemporâneas de exploração da força de trabalho.

## **1.2 Formas contemporâneas de exploração da força de trabalho**

A dinâmica do capital é sempre expansiva, ou seja, a tendência do movimento do capital é de gerar cada vez uma maior acumulação de capital, considerando que capital é valor que requer valorização e, portanto, para sua continuidade, o modo de produção capitalista, requer um contínuo processo de acumulação de capital.

Vejamos, pois. A acumulação de capital requer um movimento que se inicia no âmbito da circulação no momento em que o capitalista transforma seu dinheiro em capital investindo-o na compra de meios de produção e força de trabalho, por conseguinte, faz essa força de trabalho operar os meios produtivos ocasionando a produção de novas mercadorias que saem acrescidas do mais-valor gerado pela força de trabalho no processo produtivo, sendo essa mercadoria vendida, temos então a sua realização.

Como vimos anteriormente, é necessário que parte do valor resultante da realização da mercadoria seja transformado em capital, ou seja, é necessário que este seja reinvestido na produção, ocasionando um novo processo. E, por essa razão, o interesse do capitalista é de reduzir ao máximo o tempo de realização das mercadorias produzidas, ou o tempo de rotação do capital.

A acumulação de capital implica, pois em um aumento na produção de mais-valor, através do desenvolvimento das forças produtivas, a fim de manter a taxa média de lucro. Inversamente, o investimento capitalista no desenvolvimento das forças produtivas com o objetivo de aumentar seus lucros pode, em médio prazo, provocar a queda dessa taxa média de lucros. Esta tendência do capital o conduz para uma situação de crise, nesse caso, uma crise de superacumulação. Conforme esclarece Mota,

As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. Em outras palavras, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar [...] (MOTA, 2009, p. 2).

Sendo o modo de produção capitalista um sistema de relações contraditórias, as crises constituem uma expressão das contradições inerentes a esse modo de produção, ou seja, a crise é constitutiva deste. Como anota Grespan,

A explicação das crises prossegue e ganha densidade crescente quando, ainda no Livro I de O Capital, Marx demonstra que a crise se determina, fundamentalmente, na esfera da indústria. Mesmo quando ela aparece na relação entre o capital comercial e o industrial, ou

depois na relação entre o capital financeiro e o industrial, a base da crise está na queda do lucro industrial. Essa disfunção é o conceito mais rico de crise. Pois, por trás de todo tipo de desequilíbrio, desde o começo, a crise está lá, na contradição da relação do trabalho com o capital (GRESPLAN, 2015, p. 152).

Nesse sentido, podemos perceber as crises como sendo necessárias ao processo de continuidade do capitalismo, considerando que essas não acarretam a sua extinção, muito pelo contrário, elas funcionam como um mecanismo de renovação do próprio capital, pois a cada crise o capital renova as estratégias produtivas com o intuito de retomar o crescimento da taxa média de lucro.

As novas estratégias que o capital cria para a retomada do crescimento têm implicações diretas sobre a força de trabalho, pois acarretam em novas formas de exploração do trabalho, considerando que o aumento tendencial da composição orgânica do capital, tende a substituir a força de trabalho pelo incremento em capital constante, provocando em larga escala uma crise na própria esfera do valor e do excedente, chegando a um ponto em que a taxa de lucro entra em queda.

Pois bem, nas últimas décadas temos vivenciado um alto grau de flexibilização das relações de trabalho. No debate sobre o tema há concordância quanto ao fato dessa flexibilização ser parte das estratégias de reestruturação do capital frente a mais uma de suas crises – constitutivas de sua própria dinâmica – quando o padrão taylorista/fordista de acumulação não mais respondia as necessidades do capital. Nesse sentido,

[...] tratava-se para o capital de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais. Foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do *padrão de acumulação* (e não no modo de produção), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada (ANTUNES, 2006, p. 36).

O padrão taylorista/fordista vigorou durante o século XX na grande indústria, consistia na produção de mercadorias em massa, executada por trabalhadores semiqualeificados, apresentava como características: produção verticalizada e

homogeneizada; combate ao desperdício; redução do tempo de trabalho e intensificação do ritmo; intensificação das formas de exploração da força de trabalho; trabalho parcelar, fragmentado; o trabalhador como apêndice da máquina, realizando um conjunto repetitivo de tarefas; uso da esteira interligando a rígida linha de produção; mescla entre a produção em série (fordista) e o cronômetro (taylorista); separação entre as atividades de elaboração e execução. Em fins de 1960/1970 esse padrão de acumulação começa a dar sinais de esgotamento.

[...] O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que [...] questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social (ANTUNES, 2006, p. 47).

Para recompor os níveis de acumulação, o capitalismo entra em um processo de reestruturação do processo produtivo. Sai-se de um padrão rígido de produção (taylorista/fordista) para um padrão flexível (modelo toyotista, ou modelo japonês). Substitui-se a produção em série e de massa pela produção flexível vinculada à demanda; há a introdução de novas formas de gestão da força de trabalho a exemplo dos círculos de controle de qualidade, os métodos de controle da produção (princípio *Just in time*), há ainda a substituição da estrutura da empresa verticalizada pela horizontalização da produção, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade mesmo com diminuição no quadro de trabalhadores.

Essas mudanças têm implicações diretas sobre as relações de trabalho, desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, processos de precarização e terceirização da força de trabalho, entre outras. Como explica Antunes,

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto

o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo [...] Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’ merecem destaque, e são citadas como exemplo a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2006, p. 53).

Nesse sentido, é possível identificar que o processo de reestruturação produtiva implementado com o esgotamento do padrão taylorista/fordista, implicou em mudanças não só na forma de organizar a produção, na forma de consumir, mas em todos os âmbitos da vida social; “modificam-se, assim, continuamente, os padrões de vida a partir das relações de conflito entre capital e trabalho” (VASAPOLLO, 2005, p. 18), dado que as alterações no regime de acumulação requer alteração, também, na regulamentação social, faz-se necessária toda uma mudança na estrutura social para dar suporte ao novo regime. Nessa perspectiva Amaral e Mota delineiam as mudanças ocorridas nessas distintas esferas, a saber:

Na *esfera da produção*, observa-se o aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho. Na *esfera da circulação*, essa reorganização incide em mudanças no mercado consumidor, determinando também as formas de concorrência entre firmas, com base na seletividade dos mercados e no marketing da qualidade dos produtos. Na *esfera sócio-política e institucional* ocorrem novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho, que exigem um conjunto de reformas institucionais e a implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas (AMARAL e MOTA, 2010, p. 28).

Pois bem, a nova forma de organização do trabalho resultante do processo de reestruturação produtiva tem sobre a classe trabalhadora efeitos negativos, sendo caracterizada por precarização das relações de trabalho; flexibilização dos contratos e de formas de trabalho e desregulamentação das formas de proteção do trabalho. As cooperativas, o empreendedorismo, a terceirização e a subcontratação são apontados como efeitos mais tangíveis da flexibilização sobre os trabalhadores.

Os incrementos na produção, as inovações tecnológicas investidas na produção funcionam em favor da acumulação do capital fazendo aumentar a produtividade do trabalho, e para o trabalhador implica em precarização, insegurança, intensificação do ritmo de trabalho e aumento do nível de exploração, pois se intensifica o ritmo de trabalho sem diminuição da jornada. Na avaliação de Vasapollo,

[...] Os incrementos maciços em produtividade, devido aos processos intensos de inovação tecnológica e a uma consequente redefinição do mercado de trabalho, têm se traduzido exclusivamente em aumentos impressionantes dos lucros e das várias formas de remuneração. O fator trabalho não tem recebido qualquer vantagem em termos de redistribuição real dos tais incrementos em produtividade (VASAPOLLO, 2005, p. 20).

Com efeito, o desenvolvimento das forças produtivas, no modo de produção capitalista, não resulta em nenhuma vantagem para a classe trabalhadora, pelo contrário, intensifica ainda mais os níveis de exploração a que são submetidos.

Todas as formas de aumentar a produtividade do trabalho e os ganhos para o capital, no modo de produção capitalista, implicam resultados totalmente opostos para classe trabalhadora, deriva sempre em novas formas de precarização do trabalho.

Em texto intitulado *Dimensões da precarização estrutural do trabalho*, Antunes (2007) afirma que há um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: há, de um lado, cada vez menos pessoas trabalhando muito (tanto em ritmo quanto em intensidade), de outro, cada vez mais trabalhadores encontram menos trabalho. Esse movimento caracteriza uma tendência crescente de precarização do trabalho em escala global, tendo como manifestação mais evidente o desemprego estrutural.

O resultado mais expressivo da inovação tecnológica é o aumento da produtividade do trabalho, a consequência mais significativa desse aumento no âmbito do trabalho é a dispensa de força de trabalho gerando desemprego.

A generalização dessa inovação pelos vários setores da produção acarreta uma situação de desemprego estrutural. Vasapollo argumenta que o desemprego não é estimulado pelo aumento da inserção de maquinário no processo produtivo, mas na escolha de não transformar a enorme massa de trabalho em formas de ocupação estável e legalmente protegida. Para o autor o desemprego atual tem assumido “[...]”

características cada vez menos conjunturais e assumindo uma forte conotação estrutural” (VASAPOLLO, 2005, p. 21).

No momento marcado pela mundialização do capital, fundamentada pela predominância da lógica financeira gesta-se um novo modo do trabalho e de vida, para Druck e Thébaud-Mony (2007, p. 25-26) é “um tempo sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade, sem limites, de tudo o que se produz e, principalmente dos que produzem: os homens e mulheres que vivem do trabalho”.

A nova lógica imposta requer uma modificação na formação dos trabalhadores, nas formas de contratação e de remuneração do trabalho. É necessário encontrar trabalhadores dispostos a se submeterem a qualquer condição de trabalho. As inovações tecnológicas na produção tornam esse trabalhador obsoleto em curto espaço de tempo, exigindo, também, mudanças no plano político, ideológico e cultural disseminando a ideia de que o indivíduo é responsável por atingir meios e atributos que o tornem aptos para o trabalho.

Ainda para Druck e Thébaud-Mony, em suas análises, apontam a terceirização/subcontratação como principais expressões da precarização do trabalho hoje. Nesse sentido, caracterizam a terceirização/subcontratação como um fenômeno mundial, generalizado em todos os tipos de trabalho (industrial, comercial, setor de serviços, setor público e privado).

Esse fenômeno aparece como algo velho e novo. Velho por ser uma prática utilizada desde a revolução industrial, mas que com o desenvolvimento da industrialização foi tomando um lugar cada vez mais secundário; e é novo por ocupar hoje uma centralidade nas novas formas de gestão do trabalho no âmbito da reestruturação produtiva. Nesse sentido,

Sua caracterização como novo fenômeno é dado pela amplitude, pela natureza e pela centralidade que assume no contexto de flexibilização e precarização do trabalho neste novo momento do capitalismo mundializado ou da ‘acumulação flexível’ (DRUCK E THÉBAUD-MONY, 2007, p. 28).

É importante assinalar, que a terceirização, aqui, assume o *status* de peça-chave no processo de flexibilização, sendo considerada como o principal meio de

flexibilização dos contratos e relações de trabalho. Por terceirização entende-se a ação de transferência a um terceiro das responsabilidades referentes ao custeio e gestão da força de trabalho.

O processo de terceirização possibilita formas diversas de contratos flexíveis tais como: os de tempo determinado; tempo parcial; por tarefa entre outros. Seja qual for a forma, a consequência para o trabalhador é sempre de precarização. O trabalhador terceirizado está exposto às mais variadas formas de exploração.

Entre as formas mais comuns de terceirização estão o trabalho domiciliar, os estágios, as cooperativas, as ONGs e as empresas individuais. Dentre essas, o trabalho domiciliar consiste em uma das formas mais precárias e degradantes, aqui o trabalho é remunerado por produção, realizado na casa dos próprios trabalhadores, é delegado geralmente a uma pessoa da família, quase sempre à mulher, mas acaba por envolver os demais membros da família, em especial as crianças,

[...] O trabalho domiciliar, geralmente executado por mulheres, acaba por envolver também os seus filhos pequenos [...] Contudo, o discurso capitalista encontra argumentos para transformar esse tipo de trabalho numa alternativa vantajosa à condição da mulher [...] Evidentemente, mulheres pobres, geralmente sem qualificação, o que contribui para uma maior alienação (TAVARES, 2004, p. 84-85).

Também é perceptível um nível de exploração generalizada, tanto do trabalho feminino (expresso na dupla jornada: dar conta do trabalho externo e dos afazeres domésticos), quanto do trabalho infantil (que nesse caso equivale a um trabalho não pago), aqui ainda se verifica a inserção precoce das crianças na luta pela sobrevivência.

A outra forma expressiva de terceirização registrada na literatura sobre a temática é o caso das cooperativas, inicialmente criadas pela classe trabalhadora como alternativa ao desemprego e às formas e condições degradantes de trabalho, mas o capitalismo tratou de transformar essas cooperativas em instrumento de precarização do trabalho, se utilizando do trabalho nas cooperativas para diminuir os custos da produção, através da diminuição do investimento em força de trabalho. Na avaliação de Druck e Franco trata-se de

[...] Uma (des)regulação que permite a mais completa liberdade de flexibilização, pois permite '*adequar os trabalhadores às necessidades do mercado*', através de horários flexíveis, pró-labore flexível e contratos flexíveis com as empresas (DRUCK e FRANCO, 2007, p. 105).

Nessa forma de terceirização o indivíduo deixa de ser um trabalhador formal e passa a assumir o status de sócio da cooperativa, como tal, não têm registro em carteira de trabalho, não recebem as garantias legais de cobertura do trabalho, não têm direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a cobertura previdenciária, a férias, ao 13º salário e a folga semanal remunerada, perdem, ainda, a vinculação à sua categoria profissional de origem, não usufruindo das possíveis conquistas adquiridas pela categoria. Como explica Tavares (2004, p. 130) “[...] a cooperativa opera a mágica de fazer desaparecer a relação empregado-empregador, eliminando qualquer tipo de reivindicação trabalhista [...]”.

As cooperativas, em sua maioria, operam como subordinadas, obedecendo a hierarquia da empresa que as contrata, sendo o trabalho realizado de acordo com prazos e as exigências de quem os contrata, numa relação clara de precarização e não de autonomia por parte dos contratados. Há casos em que os contratos de trabalho são definidos pela empresa que contrata os serviços, delimitando regras de contratação/demissão, remuneração e etc. Não obstante,

Neste quadro de crescimento e diversificação da terceirização em velhas e novas modalidades, considera-se que o uso de cooperativas é a forma mais perversa, pois precariza legalmente o trabalho, já que é coberta por legislação específica, e alimenta a ilusão de trabalhadores que acreditam ser a cooperativa uma experiência de auto-gestão, de trabalho solidário e uma alternativa ao desemprego (DRUCK E THÉBAUD-MONY, 2007, p. 48)

Esses aspectos desmistificam a ideia de autonomia dos trabalhadores das cooperativas, o que se estabelece, na verdade, é a perpetuação da exploração da força de trabalho, através da intensificação da precarização das relações de trabalho, permitindo a empresa contratante enxugar os gastos e ao mesmo tempo aumentar a produtividade do trabalho.

Ainda sobre a terceirização, há uma terceira forma que merece destaque, são as empresas individuais, iniciativas de cunho empreendedor. Aqui o trabalhador é instruído a registrar a empresa em seu nome, “transformando-se em empresário”, acarretando, assim, numa perda dos direitos trabalhistas e fazendo esse “trabalhador empresário” ser regido pelo direito comercial numa relação entre iguais, aqui, também, há a extinção da relação patrão/empregado e a destituição do trabalhador de todos os direitos trabalhistas. Na avaliação de Vasapollo

[...] Por trás da ilusão do trabalho autônomo, de auto-empresário, de liberdade econômica e social, existe sempre uma nova forma de trabalho subordinado, sem normas trabalhistas, uma exploração por empreitada, sem quaisquer garantias sociais, até pela inexistência de cobertura de seguros (de saúde, acidente, aposentadoria e outras mais) [...] (VASAPOLLO, 2005, p. 37).

Todas as formas de terceirização ora explicitadas deixam claras as implicações de precarização que estas exercem sobre as relações de trabalho, independente da forma que venha a ser empregada, o resultado será sempre polarizador, de um lado aumenta a produtividade do trabalho, garantindo a efetivação dos objetivos dos capitalistas; e de outro intensifica a exploração da classe trabalhadora e aumenta os níveis de precarização das relações de trabalho.

Ainda sobre as transformações na organização do trabalho, Antunes (2007) aponta que no Brasil está em curso uma “nova morfologia do trabalho”, que engloba os trabalhadores de variados ramos, desde o operário clássico industrial e rural, ao trabalhador do setor de serviços, bem como os terceirizados, subcontratados e temporários. Nela estão presentes as situações tanto de diminuição do operário da indústria de fundamento taylorista/fordista quanto às situações de crescente ampliação da lógica flexibilizada do padrão toyotista.

Conforme Gounet (1999, p. 29) o toyotismo “é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”.

Esse modelo de produção não tolera atrasos, estoques, defeitos, panes, etc. Aqui, se exige muito mais do trabalhador objetivando combater totalmente o ócio

deste. É uma total flexibilidade do trabalho e também dos trabalhadores, exigindo destes a polivalência, que nesse caso, exige uma constante qualificação que possibilite ao trabalhador acompanhar as mudanças constantes.

Essa nova morfologia tem como expressão latente a incongruência registrada no atual padrão de acumulação em que há uma disseminação da informatização, uma evolução das forças produtivas ao mesmo tempo em que se vive um crescimento brutal da informalidade do trabalho, das relações de trabalho terceirizadas, subcontratadas e flexibilizadas, esses últimos adjetivos caracterizam bem a particularidade brasileira, considerando que “[...] desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora” (ANTUNES, 2007, p. 17).

Dessa forma, se gesta um processo de eliminação ou substituição do “trabalho vivo” em função do “trabalho morto” através da introdução de novos e modernos maquinários. Essa situação requer a constituição de um novo tipo de trabalhador que o autor denomina de “colaborador”. Trata-se de um trabalhador polivalente, multifuncional, submetido “[...] a intensificação de ritmos tempos e processos de trabalho” (ANTUNES, 2007, p. 16). Há também a disseminação do trabalho imaterial objetivado na esfera da comunicação.

Os contornos mais gerais dessa “nova morfologia do trabalho” expressam-se na redução do operariado convencional da indústria; no aumento do novo operariado precarizado, característico da era da flexibilização; no aumento do trabalho feminino; na expansão dos assalariados do setor de serviços; na crescente exclusão dos jovens em idade laboral e dos trabalhadores tidos como idosos para o capital (acima de 40 anos); inclusão precoce das crianças no processo de trabalho; e o crescimento do trabalho no chamado terceiro setor expressão direta da retração do trabalho na indústria e no setor de serviços.

O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, a noção de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo capital de produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. Onde havia uma empresa concentrada pode-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, como número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais [...] (ANTUNES, 2007, p. 17).

Torna-se pois, evidente que o desenvolvimento das forças produtivas convergindo em função da acumulação de capital ocasiona processos de desemprego, lançando uma massa de trabalhadores para engrossar as fileiras do exército de reserva e outra parte, não menos significativa, na lógica do trabalho informal e nas relações de subcontratação e superexploração da força de trabalho.

Analisando as novas formas de organização do trabalho, Alves (2014) aponta que a precarização não acontece apenas no âmbito do trabalho, mas também na vida do trabalhador, o autor aponta para uma precarização existencial decorrente do que ele denomina de “modo de vida *just-in-time*”, ou modo de vida reduzido; e uma precarização do “homem-que-trabalha” proveniente de adoecimentos originários dos processos laborais. Ademais,

[...] precarização estrutural do trabalho significa que, a precarização do trabalho não se reduz tão-somente a precarização salarial, característica do modo de produção capitalista, mas incorporou, como traços fundamentais do sócio-metabolismo do trabalho no século XXI, a precarização existencial e precarização do homem-que-trabalha (ALVES, 2014, p.13).

Para o autor em questão a reestruturação não se limitou ao âmbito da produção de mercadorias, mas atingiu também o âmbito da reprodução das relações sociais, produzindo um trabalhador subjugado a um modo de vida acelerado e voltado para o trabalho, um trabalhador que vive sob pressão, que tem a sua subjetividade capturada pela lógica do capital e pela nova gestão do trabalho. “[...] No modo de vida *just-in-time*, o tempo de vida disponível se reduziu a tempo de trabalho (e consumo) estranhado” (ALVES, 2014, p. 24).

Conjecturamos, pois que as mudanças no mundo do trabalho oriundas da reestruturação produtiva, elevaram as formas de exploração da força de trabalho a patamares nunca antes visto. Há uma combinação de formas pretéritas com novas formas de exploração da força de trabalho. A precarização alcança todos os setores da classe trabalhadora, inclusive aqueles que possuíam relativa segurança, atinge desde o setor público ao setor privado, os trabalhadores do setor formal e informal, e os de todos os níveis de escolaridade.

É mais do que perceptível que todos os esforços em dinamizar o processo produtivo, no modo de produção capitalista, são sempre no sentido de aumentar a acumulação do capital, o desenvolvimento das forças produtivas estará sempre voltado ao aumento da produtividade do trabalho em detrimento do trabalhador.

O capitalismo encontra sempre novas formas de se reinventar e produzir novas formas de extração do mais-valor. As formas contemporâneas de acumulação de capital acabam por acentuar a exploração da força de trabalho e expulsar um número crescente de trabalhadores das relações formais de trabalhos e lançá-los no exército de reserva e na lógica das relações do trabalho informal, sem garantias de qualquer ordem, inclusive de continuidade.

É importante salientar que as transformações no mundo do trabalho não se deram de forma homogênea em todas as partes do globo, mas seguiram as determinações conjunturais de cada sociedade. Diante disso, faz-se necessário explicitar as particularidades em que se deram essas alterações, considerando a divisão entre as economias mundiais, ou seja, fazendo distinção entre os países de economia central e os países ditos em desenvolvimento, particularizando a realidade brasileira e latino-americana. E é sobre essa distinção que trataremos a seguir.

### **1.3 O debate do desenvolvimento brasileiro e a precarização do trabalho.**

Com o intuito de compreendermos as relações econômicas existentes na contemporaneidade, entender a posição ocupada pelos países nessas relações e apreendermos o porquê das transformações no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva, não se dá de forma homogênea em todo o mundo, faremos a seguir um breve resgate histórico e de alguns conceitos, particularizando a realidade brasileira e latino-americana. A começar pelos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que são utilizados para justificar a hegemonia dos países de economia central.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são conceitos que caminham lado a lado nas sociedades capitalistas. Mas o que é realmente o desenvolvimento? Há diferentes concepções a respeito desse tema.

Ao tratar sobre o tema, Marini faz a crítica ao conceito de desenvolvimento baseado na concepção evolucionista, a qual afirma ser o desenvolvimento um estágio superior de um processo evolutivo e os países que ainda não alcançaram este estágio precisariam passar pela etapa do subdesenvolvimento caracterizada por seus idealizadores como etapa necessária para se chegar ao “estágio superior”. Nas palavras de Marini,

[...] trata-se essencialmente de construir um conceito de desenvolvimento econômico a partir da idéia de que este corresponde ao desdobramento do aparato produtivo em função da conhecida classificação em três setores: primário, secundário e terciário. Para explicar por que esse desdobramento se realizou plenamente nos países avançados, toma-se o processo de desenvolvimento ocorrido nos países capitalistas avançados como um fenômeno de ordem geral e sustenta-se que a posição que esses países ocupam no contexto internacional corresponde ao estágio superior de um *continuum* evolutivo. As diferentes economias que integram o sistema internacional se situariam em fases inferiores do mesmo processo, enquadradas em um esquema dual: desenvolvimento-subdesenvolvimento, que seria substituído posteriormente por outro mais sofisticado (MARINI, 2010, p. 104-5).

Nesse sentido, o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, em importante obra intitulada *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*, afirma ser o subdesenvolvimento mais que uma simples consequência histórica, é, sobretudo, uma “formação capitalista”, ao passo que,

O ‘subdesenvolvimento’ parecia à forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em ‘trânsito’, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo [...] o ‘subdesenvolvimento’ é uma formação capitalista e não simplesmente histórica [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33).

Com o processo de independência das chamadas colônias de exploração, as desigualdades econômicas que separam esses países emergentes à vida independente e os países ditos desenvolvidos tornaram-se mais evidentes, despertando a curiosidade dos primeiros em relação a essas disparidades. Com isso,

os países desenvolvidos, sentem-se pressionados a responder as indagações dos países emergentes sobre sua posição de subalternidade no cenário econômico mundial. Na análise de Marini,

[...] Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais. Confrontados com essa situação, os países centrais se preocuparam em explicar e justificar essas disparidades, das quais se beneficiavam de maneira gritante, ao mesmo tempo que tentavam convencer os novos Estados de que para eles também se abriam possibilidades de progresso e de bem-estar (MARINI, 2010, p.104).

É, pois nesse contexto que são criadas as comissões econômicas regionais da Organização das Nações Unidas (ONU) as quais foram imbuídas da responsabilidade de disseminar a teoria do desenvolvimento e de torná-la aceita pelos países emergentes. Na América Latina temos a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, que cumpriu com excelência a função que lhe foi confiada, não só disseminando uma teoria, mas também formulando essa teoria.

A teoria formulada pela Cepal trata o desenvolvimento como um processo evolutivo na qual o subdesenvolvimento consiste num estágio anterior a este, esta foi amplamente difundida nos países periféricos como tentativa de incorporar na consciência desses países que o subdesenvolvimento é uma etapa do processo de desenvolvimento e não uma consequência da condição de exploração desses países enquanto colônias provedoras de matérias-primas e riquezas para seus colonizadores à época dos processos de colonização.

A partir da aplicação desse conceito, os países ditos subdesenvolvidos empenham-se em desenvolver alternativas que os possibilitem ultrapassar essa fase de “pré-desenvolvimento”. Uma das alternativas utilizadas nesses países foi à substituição dos modelos de importação – nos países em que predominava economia baseada no modelo agroexportador, a exemplo do Brasil –, que consistia na “troca de bens com baixo valor agregado, essencialmente matérias-primas, por bens de maior valor agregado, de origem industrial” (MARINI, 2005, p. 222).

Conforme anteriormente mencionado, nesta perspectiva de análise do desenvolvimento, o subdesenvolvimento é tido como “etapa” anterior ao mesmo, e esta, só é ultrapassada quando o país tem a capacidade de dar início a um “desenvolvimento autossustentável” (o termo foi utilizado por Marini), ou seja, que apresente uma economia capaz de caminhar com as próprias pernas – o que tem se tornado difícil devido às exigências cada vez maiores do mercado internacional, do avanço da tecnologia e do acesso tardio que os países periféricos têm a essas inovações e, sobretudo da condição de países de economia extremamente dependente que estes ocupam.

As tentativas de superar a “fase” de subdesenvolvimento e de se inserir no mercado de forma mais dinâmica têm levado os países periféricos a buscar investimentos externos, estes vêm através de acordos feitos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e geram graves consequências para estes últimos. Trazendo essa discussão para a realidade latino-americana, Marini ressalta que,

[...] ao assinarem os acordos, os governos latino-americanos renunciam a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas e passam a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo. [...] Nesse marco, nos colocam a obrigação de abastecer esses centros com matérias-primas e manufaturas de segunda ou terceira classe, à custa do desmonte de nossas estruturas produtivas e de nossos próprios mercados internos, pouco se importando com que isso implique dar as costas à satisfação das necessidades mais elementares da população (MARINI, 2005, p.230).

Em meados da década de 1940 os países da América Latina vivenciam uma onda de crescimento econômico proporcionado pela fase de industrialização em parceria com os Estados Unidos que subsidiou a ideia de desenvolver os países destacando as suas potencialidades internas. Esse processo teve como principal meta o desenvolvimento nacional pautado no desenvolvimento econômico o que, por sua vez, resultaria em melhorias na área social. No Brasil esse processo ficou conhecido como *nacional-desenvolvimentismo*, em finais da década de 1940 tem início no país uma onda de crescimento econômico baseado no processo de industrialização que se funda na substituição de importações de bens de consumo, privilegiando o desenvolvimento econômico nacional. Para Gonçalves

[...] O Nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser conceituado, de forma simplificada, como a ideologia ou o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo (GONÇALVES, 2013, p. 36).

A Cepal teve importante participação nesse processo, ao considerar, a economia dos países periféricos baseada na exportação de produtos primários, apesar de dinâmica, era insuficiente para gerar o progresso técnico e garantir a absorção da força de trabalho e assim gerar ganhos reais de salário que movimentassem os demais setores da economia nacional. E, para transformar esse quadro a Cepal traz como solução a industrialização para fortalecer o mercado interno e fazer dele a força propulsora para o crescimento econômico nacional que seria suficiente também para suprir as necessidades sociais, sendo para tanto necessário à intervenção do Estado como planejador e investidor direto.

Nesse sentido, em seu texto “A crise do desenvolvimentismo”, Marini afirma,

Se a política econômica era o instrumento, o objetivo essencial ao qual ela deveria aspirar para superar o subdesenvolvimento era, para a Cepal, a industrialização [...] A industrialização se realizaria mediante uma política deliberada de substituição de importações de bens manufaturados. A fé que a Cepal depositava na industrialização como medida suficiente para a superação do subdesenvolvimento estendia-se às virtudes que ela teria como alavanca para a transformação social [...] Em seu pensamento, que graças a isso mereceu a qualificação de “desenvolvimentista”, a industrialização assumia o papel de *deus exmachina*, suficiente, por si só, para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais (MARINI, 2010, p.110).

É notório que este modelo de desenvolvimento busca a primazia do econômico sobre o social, sendo o crescimento deste, mera consequência, cuja perspectiva é proeminentemente a “independência” produtiva brasileira, porém, para conseguir tal feito foi necessário, mais uma vez, auxílio dos EUA que desde a década de 1940 imperava sobre os demais países agindo conjuntamente com o aparato estatal que subsidiou a efetivação dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

No entanto, este modelo entrou em crise em razão de uma série de fatores dentre os quais, a queda na taxa de lucro, a superprodução e o subconsumo, ocasionando a necessidade da instauração de um novo padrão de regulação capaz de restaurar as taxas de lucro.

Como pudemos ver no tópico anterior, em fins dos anos 1960/1970 nos países de economia central entra em crise o padrão fordista de acumulação, e para recompor os índices de crescimento e lucratividade o capital reestrutura sua forma de produzir, utilizando-se de inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho para dinamizar a produção e retomar as taxas de crescimento.

Para concretizar a reestruturação produtiva se fez necessário reorganizar o regime de regulamentação social, o modo de agir pensar, de se comportar, de consumir, como se sabe, o Estado cumpre essa função de regulador da vida social, aqui temos a instauração do Estado neoliberal, que na América Latina começa a vigorar em meados da década de 1990.

Nesse período, as inflexões da ideologia neoliberal, que propõe uma minimização do Estado frente ao trato das manifestações da questão social e uma maior participação do mercado no que tange a alocação de recursos, ganha força no território latino-americano.

Podem-se destacar como principais características dessa ideologia as privatizações de empresas estatais, perdas de direitos trabalhistas, o Estado com funções mínimas de controle social e funções máximas de regulação das relações de mercado, abertura comercial e financeira, proliferação do chamado “terceiro setor” na tentativa de “suprir” a ausência do Estado para com o social.

Sendo assim, é visivelmente colocada à lógica mercadológica na regência estatal, “[...] o neoliberalismo sendo constituído por uma visão de mundo burguês, procura imprimir a ideia de que o mercado é a única via possível para a obtenção da liberdade política” (GOMES, 2013, p. 65).

Também Braz e Netto, elucidam a questão da seguinte forma:

O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho e avançou no sentido de reduzir, mutilar e

privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na Economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros e serviços de primeira importância (BRAZ e NETTO, 2009, p.226-228).

Pois bem, o fato é que essa combinação de reestruturação produtiva e neoliberalismo, aliada ao toyotismo japonês configuraram novas relações de trabalho de caráter flexível. Nos países periféricos isso se dá de maneira distinta da forma como se deu nos países desenvolvidos. No entanto, os efeitos sobre a classe trabalhadora foram os mesmos, o neoliberalismo acarretou em inúmeras perdas no campo do trabalho e as principais consequências foram o desemprego em massa e a precarização das relações de trabalho.

Vejamos, o toyotismo consiste na expansão por todo o mundo, de técnicas organizacionais de gestão da produção industrial desenvolvida pela Toyota no Japão, no período pós-guerra. Como citado anteriormente, esse método,

Parte das determinações do mercado, que irá orientar todos os fatores de produtividade, qualidade e competitividade, devendo ser ajustados às reais necessidades desse mercado. A concepção de gestão parte dos primados reais das demandas flexíveis, onde a rigidez se torna um obstáculo para a melhor alocação dos recursos produtivos e investimentos da empresa [...] As características flexíveis do toyotismo permitem sua articulação às políticas neoliberais onde predominam a fragmentação da classe trabalhadora, a desregulamentação de direitos trabalhistas, o desmonte de direitos sociais e um novo patamar de exploração e precarização das relações de trabalho (JÚLIO, 2003, p. 118).

As técnicas disseminadas pelo toyotismo visam à dinamização do processo produtivo, a máxima racionalização dos estoques e da produtividade, uma vez que, que essa forma de gestão trabalha com a ideia de estoque zero, ou seja, a produção acontece de acordo com a demanda. As principais técnicas desenvolvidas pela Toyota foram: Círculos de Controle de Qualidade (CCQ); Kan Ban/JIT (*just-in-time*); *total qualitycontrol* (TQC) e o 5s.

No Brasil, a reestruturação produtiva não privilegiou o incremento tecnológico, mas as formas de organização e gestão da força de trabalho. Assim, “[...] a produtividade cresceu graças aos novos processos de trabalho, aos métodos de gestão e à custa da perda do emprego de milhões de pessoas [...]” (AMARAL e MOTA, 2010, p. 34-35). Essas transformações exigiram uma mudança no perfil da força de trabalho, fez-se necessário a adequação do trabalhador às novas formas de contratação e às exigências de qualificação. Conforme afirma Júlio,

Com o toyotismo, a qualificação dos trabalhadores surge como um elemento-chave entre as novas formas organizacionais e inovações tecnológicas, e essas exigem um novo perfil de operário, mais voltado para a aprendizagem contínua, e mais disponível à mudanças e desenvolvimento de formas criativas para atender as necessidades produtivas do capital [...] (JÚLIO, 2003, p. 120).

É notório que a reestruturação produtiva operada através das técnicas de gestão do modelo japonês causou profundas transformações nas relações de trabalho, alterando desde as formas de contratação até o perfil de trabalhador, exige-se do trabalhador uma constante reciclagem para que o mesmo tenha condições de acompanhar o avanço das forças produtivas e se mantenha útil às necessidades e exigências do capital.

Nesse contexto, se verifica o crescimento na busca por parte dos trabalhadores por uma maior qualificação acreditando ser essa a via que os manterá empregados e àqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho supõem ser essa a via pela qual poderão se inserir, no entanto, o que se verifica é que o mercado não acompanha esse aumento da quantidade de trabalhadores qualificados e nem tem essa pretensão.

Dados da Organização internacional do Trabalho (OIT) divulgados em outubro de 2015, mostram que a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos, no Brasil, aumentou de 13,8% em 2014, para 15,8% em 2015 e a previsão é que essa taxa se mantenha até 2019.

Essa fração de trabalhadores qualificada, empregada ou não, constitui o que Braga (2012) e Alves (2014) denominam de “precariado”. Para o primeiro autor, o precariado é composto pela fração da classe trabalhadora que está inserida nas

formas mais precárias de trabalho, recebem as piores remunerações e é a mais explorada pelo capital, engloba as frações flutuante, latente e estagnada da superpopulação relativa.

Alves (2014) acrescenta outro elemento fundamental que se soma as características elencadas por Braga. De acordo com o autor, o precariado é composto por uma população, em sua maioria jovem, qualificada, recém-diplomada, mas que não encontra espaço no mercado de trabalho para exercer suas profissões e acabam por se inserir no mercado de trabalho em funções subalternas, não condizentes com o nível de qualificação que possuem.

Nesse sentido, ao tratar sobre a indústria brasileira do *call center*, Braga apresenta dados importantes que confirmam a tese apresentada por Alves, os dados apontam que 65% dos trabalhadores do ramo do *telemarketing* entrevistados possuem segundo grau completo, 29% declararam estar cursando o ensino superior e 6% afirmaram ter o ensino superior completo, o autor segue esclarecendo que “para alguns, o setor brasileiro de *call centers* seria formado por grupos de trabalhadores, apesar de sub-remunerados, altamente qualificados” (BRAGA, 2012, p. 192).

Outro dado interessante é encontrado em estudo feito pela Central única dos Trabalhadores (CUT), divulgado em 2014, o qual se configura em um dossiê sobre precarização no Brasil, entre outros elementos, o estudo destaca o percentual de terceirização com base no grau de escolaridade, exposto na Tabela 1 abaixo; como podemos verificar 54,8% dos trabalhadores dos setores terceirizados possuem ensino médio ou superior completos, contra 68,7% nos setores não terceirizados.

**Tabela 1: Distribuição dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados e tipicamente contratantes, por escolaridade, 2013.**

| Escolaridade            | Setores tipicamente contratantes |       | Setores tipicamente terceirizados |       | Total                   |       |
|-------------------------|----------------------------------|-------|-----------------------------------|-------|-------------------------|-------|
|                         | Número de trabalhadores          | %     | Número de trabalhadores           | %     | Número de trabalhadores | %     |
| Analfabeto              | 72.005                           | 0,2   | 45.090                            | 0,4   | 117.095                 | 0,2   |
| Até 5ª Incompleto       | 753.397                          | 2,2   | 509.849                           | 4,0   | 1.263.246               | 2,7   |
| 5ª Completo Fundamental | 900.812                          | 2,6   | 559.431                           | 4,4   | 1.460.243               | 3,1   |
| 6ª a 9ª Fundamental     | 1.770.116                        | 5,1   | 1.175.647                         | 9,3   | 2.945.763               | 6,2   |
| Fundamental Completo    | 3.488.375                        | 10,0  | 1.872.895                         | 14,7  | 5.361.270               | 11,3  |
| Médio Incompleto        | 2.496.673                        | 7,2   | 1.108.468                         | 8,7   | 3.605.141               | 7,6   |
| Médio Completo          | 15.974.277                       | 46,0  | 5.855.748                         | 46,1  | 21.830.025              | 46,0  |
| Superior Incompleto     | 1.395.270                        | 4,0   | 469.653                           | 3,7   | 1.864.923               | 3,9   |
| Superior Completo       | 7.897.496                        | 22,7  | 1.103.765                         | 8,7   | 9.001.261               | 19,0  |
| Total                   | 34.748.421                       | 100,0 | 12.700.546                        | 100,0 | 47.448.967              | 100,0 |

Fonte: Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha - CUT (2014)

Os dados ora apresentados, deixam claro que a qualificação para o trabalho não é suficiente para se estabelecer e/ou permanecer no mercado de trabalho. No entanto, tem-se verificado a persistência do discurso da qualificação, pela via da educação, como principal instrumento para diminuir a desigualdade no país, inclusive contando com incentivo do governo federal na oferta de qualificação para classe trabalhadora, sobre essa problemática que perpassa o nosso objeto de pesquisa trataremos de forma mais abrangente no próximo capítulo.

Pudemos perceber que as consequências das mudanças operadas pelo capital, com o intuito de reestabelecer suas taxas de lucro, acarretam sempre em variações negativas para a classe trabalhadora e que as mudanças operadas na forma de produzir mercadorias resultam em transformações na forma de ser do trabalhador.

Vejamos, pois a reorganização das estratégias de crescimento econômico na América Latina entre fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 deram início a um “novo” padrão que combina aspectos da reestruturação produtiva e iniciativas de cunho neoliberal, a que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo.

No Brasil, a incidência do chamado neodesenvolvimentismo data, aproximadamente, do início dos anos 2000 atingindo seu “auge” no segundo mandato

de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011), e permanece como estratégia desenvolvimentista no governo Dilma Rousseff (2011-2016), e tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de alguns intelectuais.

Na literatura, as formulações a respeito dessa temática são um tanto divergentes. Há autores que defendem o neodesenvolvimentismo como continuidade da estratégia nacional-desenvolvimentista; há os que o defendem como superação deste e os que apontam o neodesenvolvimentismo como alternativa ao modelo de desenvolvimento neoliberal.

Dentre os autores que apontam o neodesenvolvimentismo como uma nova versão do nacional-desenvolvimentismo da década de 1940, está o Boito Jr. (2012); na concepção desse autor, o neodesenvolvimentismo dá continuidade à política desenvolvimentista, todavia, o faz em uma conjuntura distinta e com aspirações mais moderadas, afirma que esse é o modelo de desenvolvimento possível no neoliberalismo. No entanto, enxerga algumas diferenças entre o velho e o novo desenvolvimentismo, explica que quando comparado ao desenvolvimentismo de 1930-1980, o novo-desenvolvimentismo:

a) Apresenta taxas de crescimento econômico bem mais modestas; b) confere importância menor ao mercado interno, isto é, ao consumo das massas trabalhadoras do país; c) dispõe de menor capacidade de distribuir renda; d) aceita a antiga divisão internacional do trabalho, promovendo uma reativação, em condições históricas novas, da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; e) é dirigido politicamente por uma fração burguesa, a qual nós denominamos burguesia interna, que perdeu a veleidade de agir como força anti-imperialista (BOITO, Jr. 2012, s/p)

Nesta perspectiva o economista Bresser-Pereira (2012) considera o neodesenvolvimentismo como um “terceiro discurso” entre o nacional desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, considerando essa uma estratégia de desenvolvimento importada e ao aderirem a ela, os países em desenvolvimento, abrem mão de sua autonomia, não conseguindo sustentar suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Com o resultado negativo das medidas propostas pela ortodoxia convencional que, ao contrário do que prometia, não resultou em crescimento econômico, mas em

estagnação e aumento da desigualdade, abre-se a possibilidade dos países em desenvolvimento de, novamente, formular uma estratégia de desenvolvimento, a que o autor denomina de “novo desenvolvimentismo”.

Esta estratégia consiste num complexo de valores, ideias, instituições e políticas econômicas que permitem aos países periféricos construir, o que o autor denomina de, “estratégia nacional de desenvolvimento” que os possibilitem competir no mesmo páreo com os países ricos, permitindo, também, recusar as propostas reformistas sugeridas por estes países (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Seguindo direcionamento distinto, Castelo (2010) aponta o neodesenvolvimentismo, como uma espécie de “terceira via” no embate político para formar uma estratégia de crescimento que se contraponha aos modelos já existentes (nacional-desenvolvimentismo e neoliberalismo), tendo como objetivo principal formular um projeto nacional que articule crescimento e desenvolvimento econômico com melhor distribuição de renda.

Assim como para alguns autores, o novo-desenvolvimentismo é uma nova roupagem do nacional-desenvolvimentismo, há outros que defendem diferenças entre esses dois projetos, a exemplo de Gonçalves (2012), o qual afirma que o neodesenvolvimentismo, em suas formulações, aponta os erros do nacional-desenvolvimentismo e posiciona-se como crítica ao Consenso de Washington.

Gonçalves segue destacando algumas diferenças entre o nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo, conforme esquematiza o Quadro 1. Além disso, enfatiza que a ênfase exagerada na política macroeconômica afasta o neodesenvolvimentismo do nacional-desenvolvimentismo.

#### **QUADRO 1: Comparativo entre o Nacional desenvolvimentismo e o Novo desenvolvimentismo**

|                                            | <b>Nacional-desenvolvimentismo</b>                                                                                                     | <b>Novo desenvolvimentismo</b>                                                              |
|--------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Motor do crescimento econômico</b>      | Absorção interna (consumo, investimento e gasto público)                                                                               | Exportação (aproximação do modelo de crescimento orientado para fora)                       |
| <b>Câmbio competitivo</b>                  | variável usada para diferentes objetivos (estímulo à acumulação de capital, combate à inflação, ajuste das contas externas etc.)       | Usado para manter a competitividade internacional dos produtos nacionais                    |
| <b>Liberalização comercial</b>             | Tem o protecionismo como um dos pilares                                                                                                | Defende a abertura comercial                                                                |
| <b>Nacionalismo econômico</b>              | Preferência pelo capital nacional                                                                                                      | Liberalização da esfera produtivo-real com livre entrada do investimento estrangeiro direto |
| <b>Vulnerabilidade externa conjuntural</b> | Esfera comercial (padrão de comércio) Produtiva (desnacionalização) Tecnológica (dependência tecnológica) Financeira (passivo externo) | Não trata o tema                                                                            |
| <b>Intervencionismo estatal</b>            | Papel proativo do Estado; política industrial                                                                                          | Política industrial subsidiária; maior importância da política macroeconômica               |

Fonte: Gonçalves/2012.

De acordo com o exposto no quando, são perceptíveis as diferenças entre as duas “versões” da perspectiva desenvolvimentista, dentre as quais, destacamos a diferença entre a estratégia propulsora para o crescimento econômico, em que na primeira “versão” prevalece um crescimento para dentro e na segunda, totalmente o oposto, prevalecendo um crescimento orientado para fora, bem como as divergências entre a escolha dos mercados, em que na primeira experiência há protecionismo nacional em oposição a abertura comercial proposta pela segunda experiência.

Nas palavras de Gonçalves:

[...] Mais precisamente, o novo desenvolvimentismo á a forma de liberalismo, que é compatível com as políticas de estabilização macroeconômica; isto é, o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado (GONÇALVES, 2012, p. 665).

Em seu livro *Desenvolvimento às Avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento* (2013), Gonçalves afirma que o Brasil

“implementou uma ‘cópia infiel’ do nacional-desenvolvimentismo” a qual o autor denomina como um modelo de desenvolvimento Liberal Periférico.

Segundo o autor, o Modelo Liberal Periférico (MLP) teve início no governo Collor de Mello (1990-1992), progrediu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e teve seu aprofundamento marcado durante o governo Lula da Silva (2003-2011), tendo ocorrido nesse período um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, e nesse sentido, afirma que o nacional-desenvolvimentismo (ND) experienciado entre 1930-1979 “[...] é o projeto político-ideológico de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações; intervencionismo estatal e nacionalismo”; e que pelo comportamento do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade terem marchado no sentido oposto ao do ND é considerado as avessas.

O neodesenvolvimentismo apresenta-se assim, como uma retomada do desenvolvimentismo, mas com objetivos e fórmulas distintas, e com uma aproximação indiscutível com os princípios neoliberais. Segundo seus idealizadores, o desafio desse projeto está em conciliar os pontos ‘positivos’ do neoliberalismo com os pontos ‘positivos’ do nacional-desenvolvimentismo.

Como diz Sampaio Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo prima o crescimento econômico, mas com um diferencial, tenta minimizar as mazelas resultantes do crescimento econômico, segue fazendo sua crítica ao novo-desenvolvimentismo. Nas palavras do autor,

As controvérsias dizem respeito às formas de superar os aspectos ‘negativos’ e ao modo de combinar os aspectos ‘positivos’. O debate gira em torno dos instrumentos que devem ser mobilizados pela política econômica para superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências do equilíbrio macroeconômico com os objetivos da política industrial e as necessidades orçamentárias da política social. Não se coloca em questão a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem [...] A obsessão em depurar o lado ‘negativo’ e condensar os aspectos ‘positivos’ dos dois pólos que condicionam o novo desenvolvimentismo assume a forma de um hibridismo acrítico que se afirma menos pela originalidade de sua interpretação e mais pela contraposição de suas proposições alternativas aos dogmas da ortodoxia. Assim, toda reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se na pauta neoliberal (SAMPAIO JR. 2012, p. 679-680).

Alves (2014) aponta o neodesenvolvimentismo como um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, afirmando, também, que esse se apresenta como alternativa ao neoliberalismo, e que embora tenha se originado do desgaste deste e apresente traços de sua continuidade, constitui-se como algo diferente.

Para este autor o neodesenvolvimentismo é “[...] uma doce farsa que alimenta promessas de modernização burguesa no Brasil” (ALVES, 2014, p. 52), que se beneficiou do momento positivo da economia global, que viabilizou redução do desemprego e crescimento da formalização, ao contrário do período de dominância do neoliberalismo que apresentou altas taxas de desemprego e crescimento da informalidade laboral.

Pois bem, um dos principais objetivos do neodesenvolvimentismo é proporcionar um crescimento econômico combinado com uma melhor redistribuição da renda. Nesse sentido, Sicsú *et. al.* (2005) supõem o crescimento econômico como único meio de minimizar a desigualdade social, aliado a políticas sociais e educacionais que forneçam as condições para uma competição justa no mercado. No entanto, reconhecem a necessidade de aliar a qualificação a um crescimento econômico que permita a inserção dos indivíduos no mercado, evitando, assim, que ocorra o processo inverso, ou seja, que se crie uma massa de trabalhadores qualificados, subempregados e/ou desempregados.

Esse autor considera o desenvolvimento das forças produtivas como elemento fundamental para a diminuição da desigualdade, entendendo que o crescimento econômico resulta em maior produção de riqueza e, conseqüentemente, em melhoria da condição de vida de todos, não considerando que no modo de produção capitalista o desenvolvimento das forças produtivas opera sempre em função do capital, em função de aumentar a acumulação de capital, tendo como efeitos práticos para a classe trabalhadora o aumento da exploração, insegurança e um conjunto de perdas das garantias de proteção do trabalho.

E, nesse sentido, corrobora para um empobrecimento relativo da classe trabalhadora, considerando a polarização expressa pela lei geral da acumulação.

Analisando as visões dos diferentes autores sobre o neodesenvolvimentismo, é notório, que a crítica a essa política está relacionada à sua estreita relação com o

neoliberalismo, uma vez que o primeiro reproduz os princípios do segundo e que o principal objetivo do neodesenvolvimentismo é o desenvolvimento industrial e a liberalização dos mercados, objetivando o desenvolvimento do capital nacional.

Apesar de trazer em sua nomenclatura o prefixo “neo”, na realidade, o neodesenvolvimentismo aparece como uma colcha de retalhos, resultante do aproveitamento de aspectos “positivos” de outros modelos de política econômica que deram certo em algum momento da história e o incremento de novas estratégias de viabilização de crescimento econômico em curto prazo. Na verdade o que há de “inovador” nessa política é a proposta de desenvolvimento econômico aliado com desenvolvimento social.

Seria até cômico, se não fosse trágico, essa proposta, vez que é sabido que no Modo de Produção Capitalista (MPC) a superação da pobreza é definitivamente inviável, pois o capital reproduz pobreza ao mesmo tempo em que produz riqueza, torna-se, pois essa proposta incompatível, restando como ação efetiva a redução dos índices de pobreza absoluta através de ações pontuais e focalizadas que não alteram de fato as causas do problema, mas apenas minimizam seus efeitos. Nesse sentido, Silva argumenta que,

O ‘neodesenvolvimentismo’ brasileiro promove um crescimento econômico cujas maiores fatias são apropriadas pelas transnacionais e, em verdade, dissimula o fenômeno do novo imperialismo, remetendo às sedes das empresas transnacionalizadas as maiores fatias do crescimento interno, alcançando pela via da dilapidação dos recursos naturais e da exploração do trabalho precário, sob um dissimulado ‘sucesso’ da justiça social, expressa em termos de aumento de postos de trabalho e redução da desigualdade de renda, também entre o próprio trabalho (SILVA, 2013, p. 96).

É perceptível que o neodesenvolvimentismo surge como uma espécie de reforma do neoliberalismo, uma vez que as aspirações dessa ideologia são reproduzidas por essa “nova” política. Nas palavras de Morais e Saad-Filho,

Além disso, [...] as propostas novo-desenvolvimentistas foram institucionalizadas apenas parcialmente, assumindo um *caráter complementar*, visto que as políticas macroeconômicas (monetária,

cambial e fiscal) neoliberais mantiveram-se praticamente intactas durante todo o período (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 516).

No nosso entendimento, o neodesenvolvimentismo busca novos meios de exploração do trabalho, tentando maquiar os efeitos devastadores de sua atuação através da ideia de maior investimento na área social, mas o que na verdade se estabelece é a perpetuação da situação de pobreza, que beneficia diretamente o grande capital, considerando que este alia à transferência de renda às formas contemporâneas de exploração da força de trabalho.

E de que forma isso acontece? Vejamos.

Considerando que a ideia de promoção da equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo consiste numa igualdade de oportunidades, ou seja, na criação de condições “iguais” de competição no mercado. Há todo um investimento no sentido de capacitar a força de trabalho para que esta possa ter as competências necessárias para concorrer por um “lugar ao sol”.

No encaminhamento da discussão realizada em torno do nosso objeto de estudo, consideramos que, como parte das estratégias de promoção da equidade social, há no Brasil um alto investimento em programas de transferência de renda que visam minorar os índices de pobreza através do repasse mensal de uma quantia em dinheiro e, também, pela promoção da qualificação profissional dos indivíduos.

### **1.3.1 A qualificação para o Trabalho Precário**

Dentre as iniciativas de promoção da qualificação, consta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é um programa do Ministério da Educação destinado ao público do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)<sup>2</sup>, e oferece cursos gratuitos de qualificação profissional. Segundo dados do *Caderno de Resultados do BSM 2011-2014*, neste período o programa atingiu 1,57 milhão de

---

<sup>2</sup>O BSM foi criado em dois de junho de 2011, com o objetivo de superar a extrema pobreza até o fim de 2014. Está organizado em três eixos: 1) de garantia de renda; 2) de acesso a serviços públicos; 3) de inclusão produtiva (urbana e rural). O plano é coordenado pelo MDS e destinado as famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico.

matrículas em cursos de qualificação profissional, ultrapassando a meta do próprio programa que era de 1 milhão de matrículas<sup>3</sup>.

Ainda sobre educação, temos também o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Fies é destinado ao financiamento da graduação de estudantes matriculados em universidades privadas e segundo dados *Senso da Educação Superior (2013)*<sup>4</sup>, entre 2010 e 2013 foram formalizados 1,1 milhão de contratos.

O ProUni é destinado a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas e/ou foram bolsistas integrais de escolas privadas, concede bolsas integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior particulares. Em 2014 o número de bolsas de estudos concedidas foi de 306.726, sendo 205.237 bolsas integrais e 101.489 bolsas parciais<sup>5</sup>.

Pois bem, todo o investimento realizado é no sentido de diminuir o índice de pobreza e miséria no país, mas também contribui para reprodução do exército de reserva, oferecendo ao capital uma força de trabalho excedente e qualificada. No entanto, é muita gente diplomada e qualificada para pouca oferta de postos de trabalho. Nesse sentido Alves afirma que,

Pode-se dizer que a maioria das pessoas formadas no ensino superior na década de 2000 nas universidades, centros universitários ou faculdades privadas constitui-se de jovens da 'nova classe trabalhadora', a maior parte deles do interior do país, que utilizaram recursos públicos para acessar o ensino superior (ProUni, Fies ou Pronatec). Esta força de trabalho titulada com diplomas universitários na década de 2000 é constituída por jovens empregados de baixa qualificação, que, mesmo titulada (e endividada) [...] ocupará postos subalternos e precários na indústria e nos serviços (ALVES, 2014, p. 59).

Esse aumento de indivíduos com maior nível de qualificação tem implicações diretas nas relações de trabalho. Ao falarmos sobre o exército de reserva, dissemos

---

<sup>3</sup>Dados do caderno de resultados do Plano Brasil Sem Miséria 2011-2014.

<sup>4</sup>Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/encontro\\_nacional/2013/palestra\\_censo\\_educacao\\_superior\\_evolucao\\_do\\_fundo\\_de\\_financiamento\\_estudantil.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/encontro_nacional/2013/palestra_censo_educacao_superior_evolucao_do_fundo_de_financiamento_estudantil.pdf)>

<sup>5</sup>Disponível em:

<[http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes\\_graficas/bolsas\\_ofertadas\\_ano.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf)>

que este subjuga a massa de trabalhadores empregados às exigências do capital, pois bem, é justamente isso que acontece. E o número cada vez maior desse exército de reserva leva os trabalhadores a se inserir em ocupações não condizentes com o nível de qualificação que possuem.

Nessa perspectiva Alves (2014) acrescenta que há uma crescente frustração dessa massa de trabalhadores jovens, recém-formada que projeta toda uma vida, mas que ao sair das universidades não encontram espaço no mercado de trabalho, engrossando as fileiras do exército de reserva.

O alto investimento na qualificação da força de trabalho com o intuito de promover a equidade social, acaba por produzir, justamente, o efeito contrário descrito por Sicsú (2005). Há uma inserção crescente de grande parcela dessa massa de trabalhadores qualificados em condições de subemprego e de desemprego, porque essa é uma necessidade do modo de produção capitalista, a existência de uma força de trabalho que excede às suas necessidades que esteja disposta a se submeter a qualquer condição de trabalho e a intensas formas de exploração.

Nossa pesquisa parte do pressuposto, que a promoção do crescimento econômico com equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo encontra em si mesmo os seus limites, pois o desenvolvimento das forças produtivas necessário ao crescimento econômico tende a acarretar a expulsão da força de trabalho e ao promover a qualificação dos trabalhadores com vistas a proporcionar-lhes as condições de competir no mercado, acaba por aumentar a sua condição de trabalhador precarizado e explorado, sujeito às formas mais degradantes de uso da sua força de trabalho, bem como, subjuga a parcela de trabalhadores empregados à condições mais intensas de exploração.

Essa problematização subjaz o nosso objeto de estudo, a qual retém uma de nossas hipóteses, qual seja: se torna cada vez mais distante a concretização do crescimento econômico com equidade social proposto pelo neodesenvolvimentismo, uma vez que a degradação das relações de trabalho aumenta o fosso que separa “pobres e ricos”, no que tange o acesso aos bens produzidos no capitalismo.

Considerando o fato de estarmos sobre as rédeas do modo de produção capitalista e que este, por estar fundado na exploração da força de trabalho, tem de um lado indivíduos com uma enorme concentração de riqueza e, de outro, indivíduos

vivendo na miséria, tendo a desigualdade como algo inerente e estrutural, entendemos não ser possível estabelecer uma situação de igualdade social nem econômica nos marcos dessa sociedade.

## **CAPÍTULO II**

### **A PROPOSTA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL PELA VIA DO COMBATE À POBREZA NO BRASIL**

## **2.1 O trato analítico do pauperismo na discussão sobre a desigualdade no capitalismo contemporâneo**

Como vimos, sob a égide do modo de produção capitalista, que tem como fundamento a exploração da força de trabalho através da extração do mais-valor na esfera da produção de mercadorias, o trabalhador assalariado vive uma tendência de constante empobrecimento, dado que o movimento de acumulação do capital, como vimos, para sua continuidade, necessita de uma ininterrupta acumulação de capital, que por sua vez, implica em aumento da extração do mais-valor, em incrementos de exploração da força de trabalho ocasionando um aumento na produção de riqueza (concentrada nas mãos dos detentores do capital e dos meios de produção) e ao mesmo tempo e na mesma proporção um aumento da pobreza (relegada aos possuidores de força de trabalho e produtores diretos da riqueza).

Antes da produção capitalista propriamente dita, existiu a pequena produção mercantil. O primeiro tipo de capital é denominado capital comercial, com o desenvolvimento do comércio, houve o nascimento do capital usurário, mas mesmo a presença desses tipos de capital ainda não caracterizava uma sociedade capitalista, pois não havia exploração da força de trabalho, os produtores diretos eram também detentores dos meios de produção e somente com o surgimento do capital industrial começa o processo de exploração dos trabalhadores pelo capitalista.

Como expusemos no capítulo anterior, o modo de produção capitalista tem algumas características importantes de serem elencadas: separação do produtor dos meios de produção; concentração dos meios de produção nas mãos de uma só classe social; aparição e manutenção de uma classe social que não tem outros bens além de sua própria força de trabalho que é vendida em troca de salário. O modo de produção capitalista de mercadorias transforma toda a sociedade num gigantesco mercado, um mundo onde tudo pode ser transformado em mercadoria, inclusive a subjetividade do trabalhador.

No período da grande indústria, o capital insere na produção uma “divisão do trabalho”. A divisão capitalista do trabalho aprofunda a desigualdade entre a classe trabalhadora, essa divisão é o princípio fundamental da organização industrial, fragmenta o processo de produção destruindo as ocupações e tornando o trabalhador

inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. Aqui, os trabalhadores perdem o controle sobre o processo de trabalho, os instrumentos que utilizam e o modo como o executam, tornando o trabalhador totalmente submisso ao capital. Nesse sentido, vê-se a verdadeira função da divisão do trabalho qual seja: organizar a subordinação e a exploração do trabalho.

Esse período caracteriza a chamada “subsunção real” do trabalho ao capital. E o que isso significa? Que o trabalhador perde o controle do processo de produção, o que possibilita ao capitalista empregar as mais variadas formas de intensificação da exploração da força de trabalho, aqui, o trabalhador não mais domina o processo de fabricação de determinado bem, o capitalista trata de especializá-lo em determinada função, fazendo com que este tenha o saber de apenas parte do processo.

Ora, o controle do processo de trabalho permite ao capitalista aumentar o excedente de onde advém sua riqueza. Com isso a situação do trabalhador fica cada vez mais penosa vez que ele produz uma riqueza que nunca chegará a ser plenamente usufruída por ele, tendo o trabalhador acesso a uma pequena porcentagem dessa riqueza em forma de salário, dado que, o que ele produz pertence ao capitalista.

Considerando que a produção da riqueza no MPC se dá mediante a exploração da força de trabalho no processo produtivo, torna-se a força de trabalho indispensável à produção de riqueza, todavia, a acumulação capitalista acaba por produzir uma população de trabalhadores muito maior que sua necessidade. Essa população excedente é, no entanto, funcional ao capital, pois lhe permite ter à sua disposição uma força de trabalho sempre disposta a assumir qualquer função, possibilitando ao capital sujeitar às suas exigências os trabalhadores que se encontram empregados. Nas palavras de Marx,

[...] A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto supérflua. (MARX, 2013, p. 705)

Ao analisar as alterações que o aumento da acumulação de capital tem sobre a classe trabalhadora, no capítulo XXIII de *O Capital*, Marx afirma ser a composição do capital e as alterações por ele sofrida no processo produtivo, o elemento mais importante nessa análise. A composição do capital deve ser entendida sob duas perspectivas: a do valor e a da matéria.

Pela perspectiva do valor – também definida de composição de valor ou composição orgânica – ela é definida pela proporção em que o capital se divide em constante e variável, ou se preferir, pelo valor que é investido em meios de produção e o valor investido em força de trabalho. A composição orgânica é alta quando é maior a proporção de capital investida em meios de produção; e baixa quando é maior a proporção de capital investida em força de trabalho.

Pela perspectiva da matéria – ou composição técnica do capital –, ela é definida pela relação entre o volume dos meios de produção e a quantidade de trabalho necessária para sua utilização. Marx (2013, p. 689), sublinha que há uma estreita correlação entre ambas, uma vez que a composição de valor é “determinada pela composição técnica e reflete suas modificações”

Pois bem, a acumulação capitalista faz com que haja um aumento da sua composição orgânica, ou seja, um maior investimento em instrumentos, máquinas, matérias prima em detrimento da força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas que propicia o aumento da produção acarreta cada vez mais a necessidade de um número menor de trabalhadores, essa situação acaba por dispensar uma quantidade cada vez maior de força de trabalho, o que vai gerar um excedente de força de trabalho, o denominado exército industrial de reserva (EIR) ou população relativa, que se torna sobrando diante das necessidades de valorização do capital. Braz e Netto, porém, nos advertem que,

[...] O exército industrial de reserva não resulta de uma intenção consciente da classe capitalista, embora esta se sirva dele estrategicamente para seus objetivos – tal exército é um componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta do capitalismo [...] (BRAZ e NETTO, 2009, p. 132).

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o exército de reserva resulta da acumulação de capital, e acaba por se tornar imprescindível à sua continuidade, constituindo-se mesmo como ineliminável do movimento próprio do capital. Seguindo sua análise, Marx (2013) afirma que a superpopulação relativa aparece continuamente sob três formas: flutuante, latente e estagnada.

A superpopulação relativa, na forma flutuante, é composta pelos trabalhadores que ora estão empregados e ora desempregados nos grandes centros industriais, podendo ser dispensados e posteriormente admitidos em maior ou menor quantidade, a depender das necessidades do capital.

Na forma latente há uma ameaça de migração de trabalhadores de áreas rurais para zonas industriais a fim de poderem se inserir na lógica do trabalho assalariado, isso acontece quando as relações capitalistas chegam às áreas rurais dominando as atividades relativas a esse setor, tornando dispensável a força de trabalho ali existente.

A última forma como o EIR pode se apresentar, a estagnada, compõe-se pelos trabalhadores ativos que não conseguem emprego fixo, alternando-se entre uma e outra ocupação, “[...] ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível [...] Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (MARX, 2013, p. 718). E por fim, Marx trata do lumpemproletariado, que se situa na base da superpopulação relativa, consistindo na sua parcela mais aviltada, o autor esclarece:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho [...] Em segundo lugar os órfãos e os filhos de indigentes [...] Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. (MARX, 2013, p. 719)

Com esses elementos, podemos inferir que o pauperismo abriga toda a parcela de trabalhadores degradados, que não conseguem encontrar compradores para sua força de trabalho, ficando a mercê da caridade e filantropia. O que Marx chama a atenção em sua análise é a intrínseca relação entre a acumulação de capital e a

formação dessa superpopulação relativa, demonstrando que o crescimento de uma proporciona na, mesma medida, o crescimento da outra, a chamada lei geral da acumulação capitalista,

[...] Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 2013, p. 721)

No curso do desenvolvimento capitalista, a classe trabalhadora tende a experimentar processos de pauperização, decorrentes mesmo da exploração inerente a esse modo de produção. O pauperismo pode apresentar-se de forma absoluta ou relativa. O pauperismo absoluto ocorre quando há um total rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, que atinge o poder de compra dos salários, as qualidades de habitação e alimentação, as formas de inserção e permanência no mercado de trabalho, subjugando os trabalhadores a condições degradantes de existência.

O pauperismo relativo apresenta-se de forma distinta, pode ocorrer mesmo em momentos em que o trabalhador se encontra em melhor situação de vida, com melhores condições de alimentação, habitação. Se as condições são favoráveis, por que então é considerado pauperismo? Porque o que caracteriza essa forma de pauperização é que, embora haja crescimento dos rendimentos dos trabalhadores, este será sempre inferior ao montante apropriado pelo capitalista. Como afirma Marx,

Que anticlímax coxo! Se a classe trabalhadora continua 'pobre', mas agora é menos 'pobre' na proporção em que produz um 'aumento inebriante de riqueza e poder' para a classe proprietária, isso quer dizer que, em termos relativos, ela continua tão pobre como antes. (MARX, 2013, p. 727)

Nesse sentido, ficam ainda mais evidentes os resultados sempre negativos que o aumento tendencial da acumulação capitalista gera para classe trabalhadora, “[...] segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do

trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar [...]” (MARX, 2013, p.720-721).

É, pois a insurgência do pauperismo em meados do século XIX, expressa no aumento da miséria e da insegurança que se tornam permanentes na vida social e suscitam a inquietação dos trabalhadores, passando estes a lutar por melhorias na sua condição de vida, trazendo à tona a discussão sobre a denominada “questão social”, que faz com que esta passe a ser objeto de preocupação por parte do patronato, comece, então, a fazer parte da agenda burguesa.

Em sendo assim, a “questão social” configura-se como expressão das desigualdades sociais resultantes da exploração do trabalho pelo capital. A expressão “questão social” – enquanto definição – surgiu no século XIX, na Europa, resultante das inquietações provocadas pelo fenômeno do pauperismo que assolava os operários da região nos primeiros momentos da industrialização. Nesse sentido, Castelo afirma,

Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações vindas de baixo, dos dominados [...] O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. As péssimas condições de vida da classe trabalhadora só passaram a ser percebidas pela burguesia e seu comitê executivo quando a luta operária ganhou força e expressão na arena política, com os sindicatos e partidos políticos proletários. (CASTELO, 2006, p. 16)

Nesse sentido, fica clara a ligação intrínseca entre a luta de classes e o surgimento da “questão social”, no sentido de que foi pela organização da classe trabalhadora, em função de tornar visíveis as condições subumanas de existência a qual estavam sujeitos.

Netto, em texto intitulado *A questão social na América Latina* (2012), trata da “questão social” distinguindo duas formas de caracterizá-la – que o mesmo denomina de blocos ideo-teóricos – quais sejam: o pensamento conservador e a concepção dos socialistas revolucionários.

O pensamento conservador apresenta-se como laico (baseado em Durkheim) e confessional (expresso na doutrina social da igreja católica). Laico no sentido de naturalizar as desigualdades; já o pensamento conservador confessional defendia o espírito cristão, a caridade para o trato da “questão social”; em ambos defende-se a reforma moral como solução para problemática da “questão social”, para Durkheim simbolizado na educação e para a Igreja na “evangelização católica”.

A concepção dos socialistas revolucionários compõe o polo oposto desse pensamento, para estes o pauperismo é inextinguível sob o capitalismo, pois a “questão social” é pertencente ao modo de produção capitalista, o qual produz riqueza na mesma medida em que produz pauperismo. É importante frisar que os autores dessa concepção consideravam a “questão social” como expressa no pauperismo absoluto e, por isso, ineliminável sob a ordem capitalista.

Para esses autores vinculados à tradição socialista revolucionária, a Questão Social se expressando no pauperismo e no pauperismo absoluto era irresolúvel – era insolúvel nos quadros da sociedade burguesa, da sociedade sob o capital, por uma razão simples: porque nessa sociedade o dinamismo econômico assenta na necessária polarização entre a riqueza e a pobreza, seja ela relativa ou absoluta. (NETTO, 2012, p. 91)

Esses autores defendem a reforma aliada a revolução como solução para o problema, não uma ou outra alternativa, mas as duas. Faz-se importante destacar que o autor não reduz a análise apenas a esses dois componentes, ele afirma que há outros eixos, mas que estes dois permanecem vigentes nas sociedades contemporâneas.

No texto *Cinco notas a propósito da ‘questão social’* (2011), Netto afirma que a “questão social” é produzida compulsoriamente pelo capitalismo em seus diferentes estágios e que em cada estágio se produz diferentes manifestações da “questão social”. Essa afirmação põe por terra a afirmação de uma “nova questão social” levantada por alguns teóricos para denominar as diferentes manifestações da desigualdade que emergem após o fim dos 30 anos gloriosos.

Como vimos no capítulo anterior, com o esgotamento do padrão taylorista/fordista que vigorou durante o século XX na grande indústria (e possibilitou

os chamados 30 anos gloriosos na Europa), o capitalismo, para recompor seus níveis de acumulação, entra em um processo de reestruturação do seu processo produtivo.

Essa reestruturação teve implicações diretas sobre a força de trabalho, tais como: precarização das relações de trabalho; flexibilização dos contratos e de formas de trabalho e desregulamentação das formas de proteção do trabalho, precarização, insegurança, intensificação do ritmo de trabalho e aumento do nível de exploração, desemprego, entre outras, fazendo emergir manifestações da “questão social” que não se fizeram presente em seu surgimento no século XIX.

O surgimento dessas novas manifestações deu suporte para análises que tomam esse conjunto de novos elementos como sendo característicos do surgimento de uma nova questão social. Para Pastorini,

Os defensores da ‘nova questão social’ partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcaram uma ruptura com o período capitalista industrial e com a ‘questão social’ que emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental. (PASTORINI, 2010, p. 25)

A hipótese do surgimento de uma “nova questão social” ignora a permanência de elementos essenciais da “antiga questão social”, a começar por sua vinculação intrínseca ao modo de produção capitalista, o que faz dela insuprimível nos marcos desse modo de produção.

Concordamos com Netto (2011) quando afirma que não há uma nova “questão social”, mas há o surgimento de novas expressões desta, e reafirma que a “questão social” é insuprimível na ordem do capital. Nesse mesmo raciocínio, Pastorini (2010) afirma que para se ter uma nova “questão social” faz-se necessário que a “antiga” tenha sido superada e/ou resolvida, nas palavras da autora,

[...] Se trata de novas expressões da mesma ‘questão social’, entendendo-se que os traços essenciais da sua origem – sua íntima vinculação ao processo de reprodução capitalista – ainda têm vigência porque não foram superados. (PASTORINI, 2010, p. 105)

Entendemos que a “questão social” é resultante da contradição existente na relação capital *versus* trabalho, da exploração da força de trabalho, sendo o pauperismo sua expressão mais gritante, mas não a única. É importante ressaltar que, a “questão social” uma vez trazida à tona, torna-se objeto de intervenção da classe dominante, mas sempre de maneira limitada e marginal, tratando de amenizar seus contornos mais danosos, sem jamais tocar nas raízes que a produzem e alimentam.

As formas de enfrentamento à “questão social” são distintas, como ela se apresenta de forma diferente em cada fase do capitalismo, as maneiras de responder a ela também. Cada mudança no modo de produção acarreta novos formatos de manifestação desse fenômeno, exigindo novas formas para seu enfrentamento.

Na contemporaneidade a “questão social” tem sido reduzida à sua expressão mais latente: a pobreza. É importante destacar que a pobreza a que aludimos é diferente da experimentada em sociedades anteriores à sociedade capitalista, tendo em vista que a pobreza anterior derivava da escassez e a que resulta do modo de produção capitalista ocorre mesmo quando há condições de eliminá-la. Nas palavras de Netto,

As sociedades pré-capitalistas, as mais remotas e as mais próximas de nós, conheceram e conhecem fenômenos de polarização, pobreza e abundância e fenômenos de desigualdade. O que é novo na sociedade capitalista – o que é radicalmente novo na sociedade capitalista – é o fato de que nela estão dadas as condições e as possibilidades de suprimir as carências materiais da massa da população (NETTO, 2012, p. 92-93)

No mundo inteiro tem-se discutido sobre as possíveis formas de intervir na pobreza, especificamente na sua versão absoluta. Carneiro (2005) afirma que nas produções científicas sobre o tema, o enfoque gira em torno da perspectiva monetária, focada na renda e no consumo dos indivíduos.

A utilização da renda como critério para definição da pobreza é uma visão burguesa que desconsidera o processo histórico, a gênese desse fenômeno no modo de produção vigente, tratando-a como algo natural e não como algo historicamente construído.

Em nossa análise temos chamado a atenção para o fato de a “questão social”, em suas várias expressões, está intrinsecamente ligada à relação capital x trabalho, sendo inerente a ela e, portanto, insuprimível nos marcos de sua vigência. Para além dessa característica fundamental, Netto nos adverte que,

A pobreza não é exclusivamente um fenômeno de natureza econômica. Ela tem dimensões culturais, ela tem dimensões de sociabilidade, ela tem dimensões ligadas ao lazer, à saúde, à estrutura familiar, mas não se pode afastar de cena a sua elementariedade econômica [...] Está mais do que provado, seja pela experiência histórica, seja pela análise teórica, que crescimento econômico não significa imediatamente redução de pobreza, nem absoluta, nem relativa (NETTO, 2012, p. 98).

Diante do exposto, podemos afirmar que a pobreza, enquanto expressão da “questão social” acaba por se tornar necessária ao modo de produção capitalista, este não só produz como também amplia a proporção de pobreza, considerando a lei geral da acumulação capitalista em que a produção de pobreza no capitalismo se dá na mesma proporção da produção de riquezas e jamais poderá eliminar uma sem que se elimine também a outra.

Feito os apontamentos sobre a gênese da pobreza no modo de produção que ora está em vigência, passemos a análise de sua medição e formas de enfrentamento na contemporaneidade, considerando especificamente o caso brasileiro no ciclo neodesenvolvimentista.

## **2.2 O debate da Assistência Social e sua funcionalidade para o crescimento econômico**

A inflexão neoliberal, de meados dos anos 1990, agravou em muito a situação da classe trabalhadora, uma vez que, que esta trouxe consigo uma série de perdas no que se refere aos “direitos sociais universais”, os quais passaram a ser pontuais e fragmentados, configurando uma nova conjuntura de desmonte de tais direitos.

Como vimos, nesse contexto, surge o neodesenvolvimentismo como uma alternativa a perspectiva neoliberal, mas que na verdade se configura como uma

espécie de “reforma”, uma vez que reproduz as aspirações dessa ideologia, mas com o “cuidado” de dar atenção ao seguimento social, considerando que o neodesenvolvimentismo almeja o crescimento econômico, mas sem esquecer-se do trato com o social, e para tal feito apoia-se nas políticas sociais e, mais precisamente, na transferência de renda, que lhe permite intervir nos dois campos ao mesmo tempo, vez que os programas de transferência de renda alteram os índices de pobreza e permitem o aumento do consumo de bens de mercado.

Nesse contexto, vem ganhando força o discurso do crescimento econômico com equidade. O debate contemporâneo sobre o conceito de equidade é lançado por John Rawls, em sua obra *Uma Teoria da Justiça*, publicada em 1971. A teoria formulada por Rawls baseia-se numa situação hipotética em que os indivíduos encontram-se em uma situação de igualdade correspondente ao estado de natureza descrito na teoria do contrato social, nesse sentido, a justiça como equidade consistiria em interpretar uma situação inicial, em que as pessoas são dotadas de liberdade para escolher princípios justos, princípios esses que seriam aceitos por todos, assim, “[...] os princípios da justiça são o resultado de um consenso ou ajuste eqüitativo [sic]” (RAWLS, 1997, p. 13).

Tais princípios são norteados por outros dois princípios, o da igualdade, segundo o qual tem que haver igualdade na distribuição de direitos e deveres e o da diferença em que são aceitáveis as diferenças desde que essas resultem em benefícios para todos, sobretudo aos mais necessitados.

No entanto, os princípios escolhidos no estágio inicial devem permitir aos indivíduos desenvolver as demais capacidades que julguem necessárias, ou seja, é necessário proporcionar que todos tenham condições de avançar para além do estágio inicial. Rawls enfatiza que

[...] Devem ser estabelecidas adaptações do mercado livre dentro de uma estrutura de instituições políticas e legais que regule as tendências globais dos eventos econômicos e preserve as condições sociais necessárias para a igualdade equitativa de oportunidades [...] (RAWLS, 1997, p. 77).

As formulações elaboradas por Rawls, ao afirmarem que as desigualdades são aceitáveis quando são benéficas para a maioria, corroboram com os ideais do sistema vigente, não contestando a polarização existente no modo de produção capitalista, expressa na lei geral da acumulação, desde que sua distribuição – mesmo que desigual – favoreça, também, os mais necessitados.

Na avaliação de Nogueira (2001) a equidade é traduzida em processos de focalização e discriminação positiva de grupos em situação de risco social. A autora faz distinção entre a equidade no Estado liberal e no Estado social, afirmando que o primeiro utiliza a equidade como igualdade de oportunidades (compreendido como a capacidade de firmar contratos entre iguais); e o segundo a entende como expansão da instância pública (com ação dos diversos atores sociais e intervenção no mercado).

Nogueira argumenta que a noção de equidade vem sendo utilizada mediante a incapacidade do Estado em manter os princípios universalizantes estabelecidos em suas formulações de política social, uma vez que o Estado neoliberal ordena seus esforços no sentido de promover a reprodução do capital e mesmo o investimento na área social se faz no intuito de garantir a reprodução da força de trabalho fundamental à reprodução do capital.

Embasado em formulações como as de Rawls, o Banco Mundial propõe a equidade como solução para o problema da desigualdade, entendendo por equidade oportunidades iguais de disputa. E é, justamente, essa solução que tem sido acatada pelo neodesenvolvimentismo brasileiro sendo, inclusive, lançada como principal proposta, tendo a educação como ferramenta primordial para alcançar o objetivo proposto. Podemos verificar isso, no incentivo massivo em cursos profissionalizantes, na obrigatoriedade de frequência escolar como requisito para o recebimento de benefícios assistenciais, entre outras iniciativas.

É, pois nesse contexto, que a Assistência Social acaba por ganhar centralidade no campo da seguridade social, sendo chamada a atender as demandas da classe trabalhadora, uma vez que, o neoliberalismo minou diversos direitos, transformando-os em serviços lucrativos oferecidos via mercado e sendo acessado por quem pode pagar por eles; outro fator a ser destacado desse período, é o crescimento do desemprego, a parte da população antes empregada e beneficiária da previdência

passa, também, a ser atendida pela política de assistência. Nessa perspectiva, Silveira Jr. e Leite afirmam que,

É fundamental não subestimar as implicações do (re)direcionamento da política de assistência social na última década, com destaque para seus programas de transferência de renda. De uma parte, os mesmos são capazes de surtir efeitos positivos no processo de reprodução de parcela da força de trabalho desempregada (ou sujeita a condições precárias de trabalho), garantindo-lhe algum acesso ao consumo – e proporcionando a recomposição da superpopulação relativa necessária à ampliação da extração da mais-valia [...] (SILVEIRA JR.; LEITE, 2014, p. 549).

Pois bem, a assistência social, no Brasil, em conjunto com a Previdência e a Saúde constituem o tripé da Seguridade Social. Durante um longo período a assistência social resumiu-se a ações pontuais, focalizadas e assistencialistas e após um processo considerável passou a ser instituída como direito, com a Constituição Federal de 1988 (a “Constituição Cidadã”) e regulamentada como tal, em 7 de dezembro de 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social – (LOAS) Lei nº 8.742.

A Assistência Social brasileira, por muito tempo, esteve marcada pelo viés do favor, do clientelismo, do apadrinhamento, expresso por ações assistencialistas, pelo descompromisso do Estado e pela filantropia. No entanto, tem-se conseguido avanços importantes na ruptura com esse estigma que durante um longo período marcou a Assistência Social no país como um não direito. Boschetti argumenta que,

[...] É possível afirmar que esta política social enfrentou muitas resistências para ser legalmente reconhecida como direito e continua sofrendo enormes resistências na sua implementação como tal, porque ela é uma política em constante conflito com as formas de organização do trabalho (BOSCHETTI, 2003, p. 44).

A Constituição de 1988 é um marco importante para o trato com o social no Brasil, pois além de prever garantia e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e econômicos, insere a Assistência Social no campo da Seguridade Social assumindo o caráter de política de Proteção Social e, é importante frisar, como política não contributiva. Nos Artigos 203 e 204 da Constituição (1988) afirma que: “A Assistência

Social, será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social”.

Apesar de estar explícito que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar” é notável que esta só esteja disponível de fato àqueles que não têm condições de se manter por conta própria, ou seja, através do trabalho,

Assim, o reconhecimento legal da assistência social como direito retoma e mantém uma distinção entre assistência e trabalho, entre capazes e incapazes que estrutura secularmente a organização social [...] Trabalho e assistência assim, mesmo quando reconhecidos como direitos sociais, vivem uma contraditória relação de tensão e atração. Tensão porque aqueles que têm o dever de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência, mas não têm direito a ela [...] E atração porque a ausência de um deles impele o indivíduo para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito (BOSCHETTI, 2003, p. 46-47).

Regulamentada como política pública pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, a assistência social dá início a um novo tempo, agora, inserida no campo dos direitos, da garantia de acessos, da universalização. A assistência social é definida pela LOAS em seu artigo primeiro, como direito do cidadão e dever do Estado, caracterizada como política não contributiva da Seguridade Social, tem sua organização baseada na descentralização entre Estados, o Distrito Federal e Municípios; participação da população; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social e centralidade na família.

Após onze anos de existência, a LOAS é consolidada institucionalmente através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), esta foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, com a resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).

Estabelece como objetivo da Política de Assistência Social sua realização como ação integrada às demais políticas setoriais, com vistas ao enfrentamento das desigualdades, bem como a garantia de mínimos sociais e universalização de direitos sociais.

A criação do SUAS, apesar de já estar prevista na LOAS, só se deu dez anos depois como decorrência de deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e consolidado dois anos após sua criação por intermédio da Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas) em 2005.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste num sistema público não contributivo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e sendo composto pelo poder público e pela sociedade civil, tem como tarefa organizar, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais, articulando recursos das três instâncias governamentais (União, Estados e Municípios) visando à execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Apesar de todos os avanços logrados pela Política de Assistência Social descritos nas páginas anteriores, temos verificado um reordenamento de suas funções, na prática, ela tem sido chamada a atender as necessidades do capital, no sentido também de garantir a reprodução da força de trabalho via ações de formação e qualificação e operar nas ações de alívio imediato da pobreza via transferência de renda. Nesse sentido, Silveira Jr. e Leite afirmam que:

Na medida em que a ofensiva do capital, buscando intensificar a acumulação, amplia a superpopulação relativa e as formas precarizadas de trabalho, a política social assume uma configuração focalizada para o atendimento exclusivo dos contingentes humanos extremamente pobres. (SILVEIRA JR.; LEITE, 2014, p. 548)

Assim, no campo das Políticas Sociais brasileira, os Programas de Transferência de Renda (PTR) passam a ser o principal investimento social que o Estado realiza. A Política de Assistência Social brasileira preconiza ações de caráter universalizante, no entanto, isso está cada vez mais distante de tornar-se uma realidade, uma vez que tem prevalecido a seletividade e os PTR reforçam essa característica na Política de Assistência quando estabelecem critérios de renda como meio de seleção de seus possíveis beneficiários.

Destarte, a Política de Assistência Social, tem desviado o curso de suas conquistas, quando reduzem sua atuação em ações focalizadas, seletivas e não universalizantes, sendo utilizada para concretizar os caprichos do capital, mantendo

e reproduzindo seu exército de reserva, através do enfoque no combate à pobreza. Nessa perspectiva,

A conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos. O que chama atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras. Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da *pedagogia da hegemonia*, consistiu em redefinir este segmento de classe como 'excluídos' e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão. (MOTA, 2010, p. 140-141).

As ações criadas para promover a equidade social no neodesenvolvimentismo passando pela Política de Assistência vêm desconstruindo os princípios universalizantes por ela propostos, tem-se desconstruído a ideia de garantia de direitos pela ideia de garantir possibilidades de disputa e acesso a serviços essenciais via mercado e, nesse sentido, há um deslocamento dos investimentos para as transferências de renda mínima e para a promoção da qualificação da força de trabalho via educação.

É possível verificar esse discurso em documentos do próprio MDS, em que afirmam a necessidade de aliar crescimento econômico com políticas sociais a fim de possibilitar às pessoas o igual desenvolvimento de suas capacidades e o acesso igualitário às oportunidades. Em texto escrito por Paes-Sousa contido no livro *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*, organizado pelo MDS/UNESCO podemos perceber claramente essa concepção, a autora afirma que:

A assistência social é parte de uma rede de proteção social, segundo uma concepção de desenvolvimento social cujo objetivo é diminuir as enormes disparidades de oportunidades de vida da população. De acordo com essa concepção, **são centrais as estratégias de crescimento econômico, ao lado de políticas sociais envolvendo a garantia de direitos universais voltados a pessoas, de forma que possam adquirir as mesmas capacidades e oportunidades.** Essa concepção implica uma agenda inclusiva, ou seja, a priorização de metas de erradicação da pobreza e de eliminação dos diferentes tipos de desigualdades e vulnerabilidades sociais, sobretudo aqueles

em que critérios de cor, gênero e etnia se articulam à pobreza e produzem as piores formas de exclusão social. (PAES-SOUSA, 2009, p. 389 – Grifos nossos).

E nesse sentido, a autora acrescenta,

[...] O fortalecimento de políticas e instituições voltadas aos grupos mais vulneráveis, de incentivo à inserção ou reinserção produtiva, constitui, então, meio para produzir maior eficiência nas políticas de desenvolvimento social e equidade social. (PAES-SOUSA, 2009, p. 389).

Essas afirmações deixam claro o reordenamento das formulações do referido Ministério, que passa, então, a assumir a tarefa de organização e promoção das estratégias governamentais, passando a incluir em suas produções princípios das propostas de promoção da equidade social em detrimento dos princípios universalizantes estabelecidos nas formulações da Política de Assistência.

E nesse sentido, entendemos que a educação é de suma importância para o combate à desigualdade, no entanto, para surtir o efeito desejado, seria necessário que essa educação fosse universal, que o acesso fosse igualitário, tendo todos, acesso à mesma qualidade.

Todavia, embora se tenha investido no acesso a educação, na profissionalização, na capacitação da força de trabalho, não se verifica na mesma proporção qualidade na oferta desses serviços. Nesse sentido, Azevedo (2013) aponta para distinção no acesso a educação enfatizando que a educação pública, embora seja de acesso universal, está relegada a camada menos privilegiada da sociedade, enquanto os grupos sociais mais favorecidos recorrem a educação privada; entendemos que essa situação não é mero acaso ou coincidência, mas que é parte das ações do Estado no processo de reprodução da força de trabalho, arcando com os custos de formação da força de trabalho, formando trabalhadores sob medida para as necessidades do capital.

Essa afirmativa deixa claro que, mesmo com a oferta das condições que poderiam possibilitar uma disputa igualitária de oportunidades como proposta por Rawls (1997) e estabelecida nas formulações equitativas do neodesenvolvimentismo,

essa ação não se concretiza, considerando que os grupos sociais economicamente mais favorecidos que recorrem a educação privada terão melhores condições de disputa. Nesta perspectiva,

Se todos são tratados igualmente pelo Estado (direito igual), a desigualdade permanece. Caso o 'direito igual' prevaleça, os que, por contingências sociais, culturais e econômicas, tiverem menos oportunidades de estudos e de aquisição de conhecimento, continuarão a receber desigualmente conteúdos e capital cultural, internalizando menos dispositivos (*habitus*) relacionados à ciência e ao saber. Dessa forma, se a escola (ação educacional do Estado) for indiferente às diferenças e tratar igualmente os desiguais, o *status quo* de desigualdade e iniquidade não será posto em questão (AZEVEDO, 2013, p. 140).

Com esta afirmação, o autor, demonstra a necessidade de tratar desigualmente os desiguais, ou seja, aplicar o uso do direito desigual. Segundo Azevedo, o princípio da igualdade, defendido como ideal pela Revolução Francesa, funciona como mantenedor das desigualdades, uma vez que, o direito igual (todos iguais perante a lei) equipara os indivíduos desconsiderando as diferenças sociais, econômicas, e assim por diante.

Nessa perspectiva, Rawls, ao tentar formular uma teoria da justiça reafirma esse princípio do direito desigual (princípio da diferença) ao tratar da igualdade equitativa de oportunidades. Nas palavras do autor,

[...] Em todos os setores da sociedade deveria haver, de forma geral, iguais perspectivas de cultura e realização para todos os que são dotados e motivados de forma semelhante. As expectativas daqueles com as mesmas habilidades e aspirações não devem ser afetados por sua classe social. (RAWLS, 1997, p. 77)

As formulações desenvolvidas por Azevedo (2013) e Rawls (1997) apontam para uma noção de igualdade e equidade baseada no trato desigual para os desiguais, em que as diferenças devem ser levadas em conta para a promoção de uma sociedade justa. De acordo com esses autores, para que haja igualdade na disputa é necessário que essa seja feita por indivíduos que possuam as mesmas condições, que tenham usufruído dos mesmos acessos.

Nesse sentido, torna-se mais claro o limite da equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo. As possibilidades de disputa no mercado podem sim estar sendo oferecidas, mas não a possibilidade de uma disputa justa, equitativa, conforme proposto por seus formuladores. Claramente, há diferenças na qualidade de qualificação, e o que permanece é a forma desigual de acesso as oportunidades de qualificação que resulta numa disputa desigual por uma vaga no mercado.

### **2.3 O debate do crescimento econômico com equidade e o combate à pobreza no neodesenvolvimentismo**

Neste tópico apresentaremos as definições de pobreza que têm sido usadas pelos organismos internacionais e também pelo Brasil, bem como os mecanismos usados para sua medição, a fim de melhor compreendermos como tem se dado o combate à pobreza na contemporaneidade e entendermos a qual pobreza se está combatendo.

Como pudemos ver na análise marxiana, o surgimento da pobreza como expressão do pauperismo está diretamente ligado ao movimento de acumulação de capital, estando o trabalhador sempre vulnerável a experimentar situações de privações ao longo de sua trajetória laboral.

As transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho ao longo das últimas quatro décadas têm implicações desastrosas para a classe trabalhadora. O desenvolvimento das forças produtivas que elevam a capacidade de acumulação do capital, aumentando sua composição orgânica, tem consequências negativas para classe trabalhadora, uma vez que ocorre a dispensa de força de trabalho, esta acaba por engrossar as fileiras do exército de reserva e, ao mesmo tempo, ocorre uma intensificação da exploração dos indivíduos que permanecem empregados, aumentando os níveis de precarização a que estão submetidos. A esse respeito Vasapollo considera que,

É necessário lembrar que o aumento da precariedade do trabalho também traz com ele um aumento da instabilidade dos rendimentos [...] Tudo isso ainda provoca a piora da situação do trabalhador e

causa uma situação permanente de precariedade das formas de vida [...] (VASAPOLLO, 2005, p. 60).

Nesse sentido, infere-se que a intensificação da exploração da força de trabalho e aumento das formas de precarização das relações de trabalho subjugam o trabalhador a condições cada vez mais degradantes de existência. Como explica Marx,

[...] A primeira palavra desse ajuste é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo. (MARX, 2013, p. 720)

Segue-se que as transformações no mundo do trabalho confirmam a tendência ao pauperismo a que está sujeita a classe trabalhadora, que Marx aponta quando de sua análise da lei geral da acumulação capitalista. Nessa perspectiva, entendemos o fenômeno da pobreza atual como decorrente da relação capital trabalho e intrínseca ao movimento mesmo de acumulação do capital.

No entanto, tem-se verificado uma tendência de naturalização da pobreza, negando sua gênese – enquanto expressão do pauperismo – vinculada ao modo de produção capitalista e abordando-a como deficiência dos trabalhadores, sendo a condição de pobreza desses, relacionada à sua falta de capacidades. Nesse sentido, se formula conceitos que deem conta de mensurar a pobreza, para que se possa desenvolver estratégias capazes de erradicá-la.

No cenário político mundial o discurso sobre a erradicação da pobreza extrema e o combate à desigualdade tem assumido um lugar de destaque, tem se debatido constantemente a necessidade de superar esse mal que há tempos aflige parcela massiva da população mundial. Mas, o que realmente é pobreza? O que define uma pessoa como sendo pobre?

Os conceitos de pobreza adotados pelas instituições e organismos internacionais (ONU, UNESCO, FMI, Banco Mundial) convergem, via de regra, com a ideia de que a pobreza é caracterizada pela privação, pelo não acesso a bens essenciais e às condições básicas que permitam a sua reprodução. Feres e Villatoro

(2013) afirmam que o conceito de pobreza deve conter uma descrição detalhada do problema, e que deve ser construído considerando as características de cada localidade.

Atualmente, é possível identificar três principais formas de mensuração da pobreza utilizadas pelos organismos internacionais, quais sejam: pobreza absoluta (ou pobreza extrema, ou miséria, ou ainda, indigência), pobreza relativa e pobreza multidimensional.

A pobreza absoluta é caracterizada pela falta de recursos que possibilitem à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, à sua reprodução, “[...] quando uma pessoa não dispõe de recursos monetários em quantidade suficiente para se reproduzir [...]” (SALAMA, 2010, p. 10), geralmente, essa falta de recursos é associada à falta de capacidade dos indivíduos, sendo relegada a eles próprios, a total responsabilidade pela situação em que se encontram.

Nesse sentido, toma-se a sociedade e o mercado como um espaço justo de disputa, onde os indivíduos têm iguais oportunidades e condições de acesso, cabendo a cada indivíduo buscar progredir, através de seus próprios esforços e assim superar sua condição de pobreza.

A face relativa da pobreza caracteriza-se pela dificuldade dos indivíduos em acompanhar o padrão de vida dominante, para Salama (op. cit.) “[...] a pobreza é relativa quando a pessoa dispõe de um rendimento monetário abaixo de 50% do rendimento mediano”.

Por sua vez, a pobreza multidimensional é estabelecida de acordo com a região em que está inserida e considera o acesso à renda, saúde, educação e qualidade de vida. Nessa perspectiva, temos uma visão mais ampla do problema, aonde não se considera apenas o acesso à renda, mas abrange outros indicadores que permitem uma melhor percepção da situação dos indivíduos, podemos dizer que permite ter uma leitura mais aproximada da realidade.

Essas definições da pobreza são de suma importância para orientar os estudos a fim de definir as formas de enfrentamento e os métodos a serem utilizados de acordo com cada situação.

Acabar com a fome e a miséria, ou seja, a superação da pobreza absoluta consta como primeiro item das “Metas do Milênio” definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 2000 para serem atingidas até 2015.

Para atingir essa meta fez-se necessário construir parâmetros capazes de identificar, diagnosticar as situações de pobreza, que permitissem definir até que ponto uma pessoa é pobre e a partir de quanto ela é extremamente pobre ou miserável, no entanto, nunca se chegou a um denominador comum, capaz de medir a pobreza nos quatro cantos do globo, no sentido de que em cada país se utiliza uma fórmula distinta para medir, identificar e quantificar a população tida como pobre, muito embora, haja medidas utilizadas por organismos internacionais que são usados como padrão para esse fim, a exemplo da medida empregada pelo Banco Mundial. Segundo Vasapollo,

Até hoje, de todo modo, não existe um indicador geral e absoluto válido para medir a pobreza; não existe um limite fixo e válido para enquadrar umas pessoas entre os pobres ou menos pobres; não há, tampouco, uma unidade de base segura, quer seja dada pela renda ou pelo consumo. (VASAPOLLO, 2005, p. 63)

Como vimos, na bibliografia existente sobre o tema é possível identificar três principais conceitos sobre pobreza e cada um deles apresenta uma forma distinta de medição, as denominadas linhas de pobreza, que são utilizadas tanto para definir quanto para medir a pobreza. Para Feres e Villatoro, as linhas de pobreza fazem parte do método indireto de medição da pobreza:

[...] Estabelecem a renda ou gasto mínimo que permite manter um nível de vida adequado segundo certos padrões. Assim, considera-se pobres aquelas pessoas com uma renda menor que a linha da pobreza (FERES; VILLATORO, 2013, p.18).

Nesse sentido, as linhas de pobreza são estabelecidas com base em parâmetros de renda, com o intuito de medir os níveis de pobreza, bem como definir as medidas a serem tomadas para intervir e combater seus efeitos. Diferentes instituições construíram suas definições com base no recorte da renda, entendendo

que a falta de acesso (ou o acesso precário a esta) é a causadora das privações por que passam os indivíduos que vivem nessa condição.

As linhas de pobreza mais utilizadas são definidas com base no valor capaz de suprir o mínimo necessário à subsistência dos indivíduos. O Banco Mundial estabelece o valor de até 1,90 US\$ PPA<sup>6</sup>/dia, abaixo desse valor o indivíduo é considerado extremamente pobre, este indicador é usado pela entidade para mensurar a pobreza em todo o mundo. Sobre este indicador, Loureiro e Suliano (2009) chamam a atenção para o fato de que a variação na valorização e/ou desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar pode acarretar um falseamento das frações da população em situação de miséria e pobreza, ou seja, que estão dentro ou fora das respectivas linhas de mensuração.

Ainda sobre a pobreza medida pelo recorte de renda, há a linha de pobreza estabelecida com base em frações do salário mínimo, sendo pobres os indivíduos com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por mês e extremamente pobres ou indigentes os indivíduos com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo mensal.

Esse indicador também está passível a erros e falseamentos dos números reais de indivíduos em situação de pobreza ou indigência, isso acontece porque o poder de compra dos salários pode sofrer variações ao longo de determinado período, podendo essa variação incidir em melhoria na condição de vida desses indivíduos e posteriormente revogar essa melhoria, pois o que realmente mudou foi o poder de compra do salário e não a condição de vida efetiva dos indivíduos.

Há ainda, a linha de pobreza baseada no consumo mínimo de calorias, que consiste na determinação de uma quantidade mínima de calorias necessárias a uma vida produtiva. Para Loureiro e Suliano esta metodologia

[...] Consiste em pelo menos quatro etapas. A primeira estabelece o número de calorias mínimas que um indivíduo necessita para ter uma vida produtiva, algo em torno de 2000 a 2500 calorias por dia. Em seguida, é estimado o custo para adquirir essas calorias. A próxima etapa consiste em estabelecer uma cesta mínima de consumo por região. Por fim compara-se o valor monetário dessa cesta de alimentos com a renda domiciliar *per capita* e a partir disso classifica

---

<sup>6</sup> PPA – Paridade de Poder Aquisitivo, que considera o poder de compra dos salários. Este é o indicador oficial usado para monitorar o cumprimento da meta de redução da pobreza e da miséria à metade até 2015, definida pela Reunião de Cúpula do Milênio (2000).

como indigentes (ou ainda miseráveis ou extremamente pobres) aquelas pessoas cuja renda é insuficiente para comprar a quantidade estipulada de calorias aos preços vigentes. (LOUREIRO; SULIANO, 2009, p. 6)

Segundo os autores essa seria a metodologia mais indicada para mensurar a pobreza, mas para isso faz-se necessário que haja informações disponíveis sobre as condições de consumo das famílias.

As linhas de pobreza ora apresentadas estão totalmente baseadas no recorte de renda e são utilizadas para definir os níveis de pobreza ao redor do mundo e, particularmente, no Brasil, servindo inclusive de parâmetro para avaliação dos programas sociais vigentes no país.

Para além do recorte de renda, Amartya Sen apresenta uma visão diferente, baseada no conceito de capacidades, segundo ele, existem razões para que a pobreza seja vista também como privação de capacidades elementares, uma vez que a carência de capacidades básicas pode resultar em deficiências tais como morte prematura, desnutrição, analfabetismo, entre outras. Ressalta ainda que o baixo nível de renda possa contribuir para a carência dessas capacidades, pois a falta de renda dificulta o acesso a serviços como alimentação, saúde e educação, tendo como consequência o analfabetismo e a subnutrição.

É importante ressaltar que esta visão, assim como as demais acima citadas, contribui para a reprodução da sociedade de classes, corroborando para a perpetuação do sistema vigente, não alterando em nada as causas da pobreza, mostrando apenas sua aparência, e permitindo intervir nela apenas de forma marginal e pontual.

A América Latina é hoje considerada a região mais desigual do mundo, sendo a região que apresenta uma das maiores taxas de concentração de renda do planeta. A condição em que se encontram os países latino-americanos, atualmente, é consequência do processo histórico e complexo de exploração pelo qual passaram. Os países da região são produtores de riqueza para usufruto dos países desenvolvidos, favorecendo o processo de agudizamento da pobreza, retardando o processo de crescimento desses países e impondo-lhes cada vez mais uma condição de dependência externa.

No entanto, nos últimos anos verificou-se importante redução nos índices de pobreza nessa região, de acordo com dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal (2014) entre os anos de 2002 e 2014 a redução da pobreza foi de 15,9 pontos percentuais (de 43,9% para 28% da população) totalizando a saída de uma soma de 58 milhões de pessoas da situação de pobreza. No mesmo período registra-se a redução da indigência em 7,3 pontos percentuais (de 19,3% para 12,0% da população), somando um total de 28 milhões de pessoas que superaram a condição de indigência na região.

Os dados ora apresentados tornam possível verificar que os esforços em reduzir a pobreza e a indigência na região têm surtido efeito, muito embora os números permaneçam altíssimos.

Dados, ainda da Cepal, expressos no Panorama Social da América Latina (2014) apontam que a região apresenta uma queda acumulada da pobreza de quase 16 pontos percentuais, sendo que 10,4 pontos percentuais correspondem à diminuição alcançada até 2008, a uma taxa anual de 1,7%. A queda acumulada entre 2008 e 2013 foi de 5,4 pontos percentuais, equivalente a uma taxa anual de 1,0%; a partir de 2011 se observa a permanência da taxa de pobreza regional em torno de 28%. De acordo com a Cepal esses dados:

Permitem estabelecer que a pobreza extrema apresentou valores similares aos de 2011, o que representa um retrocesso em termos dos resultados alcançados em anos precedentes. Esta situação não é nova, pois os dados apresentados em edições anteriores do *Panorama Social* revelavam tendências similares. Com efeito, as estimativas regionais mostram que a tendência de queda das taxas de pobreza e pobreza extrema se desacelerou e incluso revertido nos primeiros anos da presente década, fato que, associado ao crescimento demográfico, deixa como saldo um maior número de pessoas em situação de pobreza extrema em 2013. (CEPAL, 2014, p.11)

No que tange à pobreza absoluta registrou-se uma trajetória semelhante. Houve uma baixa de 6,4 pontos percentuais entre 2002 e 2008, e de 1,2 pontos percentuais desde este último ano até 2013. A porcentagem de pessoas em situação de pobreza absoluta manteve-se entre 11% e 12%.

Os números mostram as oscilações na diminuição dos índices de pobreza na região, e, ao mesmo tempo, mostram o inegável avanço no enfrentamento a pobreza. No entanto, o decréscimo da desigualdade de renda não caminha na mesma velocidade da redução dos índices de pobreza, dados da Oxfam apontam que a redução da desigualdade de renda per capita foi de apenas 10% em 14 anos, passando de 0,54 em 1999, para 0,486 em 2013.

Expusemos nas últimas linhas os dados referentes à diminuição da pobreza absoluta na América Latina, a partir daqui teremos como foco a realidade brasileira, apontando os desafios e limites da política social brasileira, na tentativa de mostrar como essa política tem sido funcional ao neodesenvolvimentismo, no sentido de tentar “viabilizar” a equidade social proposta por este modelo econômico.

Como vimos anteriormente, na conjuntura atual, a pobreza tem ganhado destaque extraordinário, consideramos que a focalização na pobreza é uma forma de desviar a atenção de questões mais agravantes, desconsideram-se as origens do problema tratando de seus efeitos mais deletérios. O Estado neodesenvolvimentista atende às exigências financeiras, mas intervém de maneira pontual nas expressões da “questão social”, realizando ações que perpetuam a condição de pobreza dos indivíduos e promovem o consumo. Santos nos adverte que,

A ‘questão social’ passa a ser enxergada, predominantemente, como sinônimo de ‘exclusão social’ e reduzida a pobreza. Esta redução estratégica das políticas sociais ao combate a pobreza é mais uma ferramenta de ‘desmonte’ do que se pretende afirmar como proteção social de cunho universalizante. (SANTOS, 2012, p.441)

Sabemos que o Brasil é um país imensamente rico, mas que sua riqueza é altamente concentrada nas mãos de uma minoria, o que é característico das economias capitalistas, como Marx bem descreve em sua análise da lei geral da acumulação capitalista. De acordo com dados do Censo (2010) do IBGE, 10% mais ricos ficaram com 44,5% do total dos rendimentos, enquanto que os 10% mais pobres ganhavam apenas 1,1% do total de rendimentos.

Ao longo dos anos tem-se notado um gradual avanço do gasto público com políticas sociais, dados da Cepal (2012) apontam que desde a década de 1990 há

uma crescente evolução do gasto público com o social. No caso brasileiro esse gasto se dá em maior parte através da transferência de renda, pelo Benefício de Prestação continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) que consistem nas ações de transferência de renda com maior visibilidade e cobertura no país.

A transferência de renda consiste no principal mecanismo de combate à pobreza no Brasil, e essa ação ganhou força a partir do início do que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo, o PBF atendeu no mês de fevereiro de 2015 cerca de 14.014.252 famílias, em fevereiro de 2016 esse número foi de 13.966.599 famílias, sendo classificadas como famílias pobres as que possuem renda mensal entre R\$77,00 e R\$154,00 por pessoa e extremamente pobres que possuem renda mensal de até R\$77,00 por pessoa;

Exige o cumprimento de condicionalidades de educação – como frequência escolar dos integrantes da família em idade escolar de seis a dezessete anos, o acompanhamento é realizado a cada dois meses; e condicionalidade de saúde – sendo cobrado o acompanhamento do calendário de vacinas, do crescimento e desenvolvimento das crianças com idade inferior a sete anos, bem como o acompanhamento das gestantes e nutrízes. Possui tipos variados de benefícios definidos com base no perfil das famílias registradas no Cadastro Único considerando as seguintes informações: a renda mensal por pessoa; o número de integrantes da família; o total de crianças e adolescentes de até 17 anos; bem como a existência de gestantes e nutrízes.

Essas condicionalidades configuram-se como uma intervenção mais quantitativa, não se traduzindo em mudanças efetivas na condição de vida dos beneficiários do programa em questão. É notório o alto investimento em transferência de renda mínima, mas não se verifica o mesmo investimento em educação pública de qualidade; é cobrada das crianças a obrigatoriedade da frequência escolar, mas não lhes é oferecido a garantia de um ensino satisfatório que lhes proporcione um desenvolvimento humano, e nem tão pouco, condições adequadas de infraestrutura.

O mesmo acontece com o emprego, o programa brasileiro oferece incentivo às pessoas acima dos 16 anos de idade para que façam cursos profissionalizantes, mas há pouco investimento na criação de novos postos de trabalho. Nesse sentido os

programas de transferência de renda apresentam-se como ações paliativas frente às transformações no mundo do trabalho, especificamente sobre o desemprego.

Considerando esses aspectos, concordamos com Siqueira quando afirma que “educação e saúde desempenham funções econômicas” (2013, p. 192), exercendo papel importante na continuidade do capital, oferecendo a este uma força de trabalho minimamente letrada e saudável. Sendo extremamente funcional a reprodução do contingente excedente de trabalhadores tão necessário a acumulação capitalista.

Entendemos que os programas de transferência de renda vigentes no país, através das condicionalidades de educação e saúde, são totalmente funcionais a continuidade do capitalismo, mas oferecem mais do que uma força de trabalho minimamente letrada.

Com vistas a reforçar o combate à pobreza absoluta no Brasil, o governo federal criou em 2 de junho de 2011, o Plano Brasil sem Miséria (BSM), por meio do Decreto nº 7.492. O BSM tem como foco de atuação, segundo dados do IBGE censo 2010, os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$77,00 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos.

De acordo com o Ministério do desenvolvimento Social e combate à fome (MDS) o BSM foi criado visando à superação da extrema pobreza no país,

Sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano. (MDS, 2015, s/p).

O **eixo garantia de renda** tem por objetivo a ampliação do acesso de pessoas em condição de extrema pobreza a programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendo em vista alargar as fronteiras desses programas de modo a abranger um maior número de indivíduos.

No **eixo acesso a bens e serviços públicos** o objetivo é ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade (tais como os programas: “minha casa minha vida”, “mais educação”, “Brasil alfabetizado”, “Brasil sorridente”, entre outros).

Por fim, o **eixo inclusão produtiva**, organizado em dois sub-eixos: um específico para intervenção de inclusão produtiva urbana e outro para rural; a inclusão urbana se dá por meio de geração de ocupação e renda. Através da promoção de cursos de qualificação profissional e capacitação, com ênfase no PRONATEC, a ampliação da política de microcrédito e com ações de incentivo ao micro empreendedorismo, entre outros<sup>7</sup>.

Com isso, podemos afirmar que o exército de reserva que está hoje à disposição do capital é, teoricamente, um exército altamente qualificado com nível técnico e superior e, não mais minimamente letrado, o PRONATEC, que mencionamos no início desse capítulo, é um programa do Ministério da Educação destinado ao público do BSM, e oferece cursos gratuitos de qualificação profissional, entre 2011 e 2014 o programa atingiu 1,57 milhão de matrículas em cursos de qualificação profissional.

No tocante a educação o BSM tem ainda outros dois programas, o Fies (destinado ao financiamento da graduação de estudantes matriculados em universidades privadas) e o ProUni (destinado a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas e/ou foram bolsistas integrais de escolas privadas) segundo dados *Senso da Educação Superior (2013)*<sup>8</sup> entre 2010 e 2013 foram formalizados 1,1 milhão de contratos pelo FIES, e pelo PROUNI, em 2014 foram concedidas 306.726 bolsas de estudo<sup>9</sup>.

Voltando à redução da pobreza, dados da Cepal (2014) mostram que entre 2012 e 2013, no Brasil foi registrada uma queda da taxa de pobreza de 0,6 pontos percentuais. Dados do próprio MDS apontam uma diminuição considerável no alcance do PBF, em fevereiro de 2015 o número de famílias beneficiadas foi de 14.014.252,

---

<sup>7</sup>Lista completa das ações e programas desenvolvidos disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/sesep-2013-acoas>>.

<sup>8</sup> Disponível em:  
<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/encontro\\_nacional/2013/palestra\\_censo\\_educacao\\_superior\\_evolucao\\_do\\_fundo\\_de\\_financiamento\\_estudantil.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/encontro_nacional/2013/palestra_censo_educacao_superior_evolucao_do_fundo_de_financiamento_estudantil.pdf)>.

<sup>9</sup> Disponível em:  
<[http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes\\_graficas/bolsas\\_ofertadas\\_ano.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf)>.

que receberam benefícios médios de R\$167,62; em fevereiro de 2016, o número de família que receberam o benefício foi de 13.966.599, com valores médios de R\$160,75, uma redução de 47.653 famílias, e um a diminuição de, aproximadamente, R\$6,87 na média dos valores transferidos por família. O investimento total no pagamento de benefícios foi de R\$2.349.028.965,00 em 02/2015, no mesmo mês em 2016 o total investido foi de R\$2.245.197.494,00, uma redução de R\$103.831.471,00.

Os números expostos até aqui demonstram o esforço despendido no intuito de combater o que vêm se denominando de extrema pobreza, muito embora tenha havido diminuição dos investimentos e acentuada redução no total de famílias beneficiadas pelo programa, isso não diminui a importância que as transferências de renda vêm tendo na trajetória de diminuição dos índices de pobreza no Brasil, bem como em toda América Latina.

No entanto, é preciso fazermos algumas ressalvas. A primeira delas diz respeito as definições de pobreza, no início desse tópico descrevemos três principais formas de mensuração da pobreza e suas respectivas linhas de pobreza. Todos esses conceitos de pobreza, baseados no recorte de renda, oferecem uma visão mistificada do problema, abordando a pobreza de forma ahistórica, naturalizando-a, desconsiderando sua estreita relação com a acumulação de capital, que faz dela insuprimível nos marcos desse modo de produção.

Segundo, sendo a pobreza insuprimível nos marcos do capitalismo, todas as formas de intervenção dispensadas a ela são funcionais à sua manutenção e reprodução, uma vez que não se intervém nas causas do problemas, e apenas se constroem ações que podam seus efeitos.

Os programas de transferência de renda condicionada são exemplos claros disso, considerando que oferecem as condições para sobrevivência imediata dos indivíduos, tornando-os, de certa forma, dependentes do benefício, uma vez que não lhes é oferecido condições efetivas de manutenção e reprodução por outras vias, o mercado não comporta toda a massa de trabalhadores existente, e não tem esse interesse, pois seria conflitante para os propósitos de acumulação capitalista, e o que não é benéfico para acumulação, o que não gera lucro e aumento da riqueza socialmente produzida, não interessa ao capital.

É importante frisar que, como afirma Castelo (2015), a burguesia sempre interviu nas refrações da “questão social”, direta ou indiretamente, com o intuito de evitar que a classe subalterna possa se rebelar causando qualquer dano ao processo de acumulação.

Feita a delineação do contexto histórico que permeia a proposta de crescimento econômico com equidade social faremos, no capítulo que segue, a análise dos resultados dessa proposta até aqui, tentando mostrar ao leitor os limites práticos dessa formulação, que estão explícitos em sua própria formulação, apresentando-se como uma proposta contraditória em sua essência, se consideramos o processo de reprodução ampliada do capital e a lei geral da acumulação capitalista.

## **CAPÍTULO III**

**Limites do crescimento econômico com equidade social  
pela via da transferência de renda**

### 3.1 O combate à pobreza no Brasil e a persistência da desigualdade

Desde o fim da década de 1990 e com maior empenho em meados dos anos 2000, tem havido grande mobilização e empenho para reduzir o número de populações em situação de pobreza no mundo. Os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos para serem cumpridos até 2015 apresentavam como primeira meta reduzir à metade o percentual de fome e miséria no mundo, tendo como parâmetro os valores de 1990. No Brasil, os planos e programas desenvolvidos com esse objetivo surtiram efeito e os números não negam esse resultado, a ODM Brasil aponta que o país atingiu a meta de redução da fome e da pobreza extrema em 2002, e em 2008 conseguiu atingir e superar a meta de reduzir o percentual de pobres à  $\frac{1}{4}$  de 1990.

O Estado brasileiro não mediu esforços na tentativa de cumprir os objetivos do milênio, para este fim, foram criadas diversas iniciativas visando intervir na realidade posta com intuito de revertê-la. Como pudemos ver no capítulo anterior, os programas de transferência de renda (PTR's) são a principal estratégia do Estado para enfrentamento da pobreza, um dos principais programas que integram o conjunto das transferências de renda é o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (PBF) consiste no PTR que contempla o maior número de pessoas no país, é regulamentado pelo decreto nº 5.209 da Presidência da República, no Art. 4º, de 17 de setembro de 2004, criado no ano de 2003, consiste na junção dos programas federais já existentes, são eles: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação.

No ano de 2013 atendia cerca de 13 milhões de famílias e tem como principal objetivo a superação da fome e da pobreza; no mês de julho deste ano, 13.905.030 famílias receberam benefícios do Bolsa Família, com valores médios de R\$182,13, somando um gasto de R\$2.532.511.385 somente no mês de julho.

As famílias beneficiárias do programa são selecionadas com base nas informações inseridas no CadÚnico, esse, por sua vez, é um instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, possibilitando fazer um mapeamento das famílias, permitindo localizá-las e conhecer a sua situação socioeconômica.

O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>10</sup> (MDS) e segundo o mesmo, no mês de maio de 2016 o Cadastro único contava com 26.957.954, totalizando 79.867.673 pessoas cadastradas; no ano de 2014 esse número chegou a mais 29 milhões de famílias inscritas, como se verifica no Gráfico 1, mas é preciso ressaltar que o cadastramento não implica na entrada imediata das famílias no programa, mesmo porque, o CadÚnico é utilizado como base de dados para inserção em outros programas<sup>11</sup> sociais do governo. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) o total de famílias cadastradas no CadÚnico corresponde a 38% da população brasileira e as que recebem o Bolsa Famílias representam 22,6% da população.

**Gráfico 1: Evolução do número de famílias por ano no Cadastro Único – 2006 a 2016**



Fonte: MDSA (2016)

<sup>10</sup> O Presidente da República, Michel Temer(2016-2018), no uso de suas atribuições, ainda enquanto presidente interino, através da Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016, decide por transformar o “Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” em “Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário”, conforme inciso VI do Art. 2º da referida medida.

<sup>11</sup> Programa Bolsa Família, Carteira do Idoso, Programa Mais Educação, Telefone Popular, Programa Cisternas, Programa Saúde na Escola, Carta Social, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Água para Todos, Programa Luz para Todos, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Programa de Fomento as Atividades Produtivas Rurais, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Aposentadoria para pessoas de baixa renda, Programa Nacional de Reforma Agrária, Isenção de pagamento de taxa em concurso público, Bolsa Verde, Programa Nacional de Crédito Fundiário, são os programas e ações que utilizam as informações do CadÚnico para alcançar seu público-alvo.

Desde sua implantação, o programa vem apresentando resultados bastante positivos, em alguns casos até superando as metas propostas. No que tange a condicionalidade de educação, estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) referentes ao ano de 2012 apontam que, no ensino fundamental, a taxa de abandono dos alunos sem Bolsa Família é de 3,2%, enquanto a dos estudantes com Bolsa Família é de 2,8%, e essa diferença é mais acentuada na região Nordeste, onde a taxa de abandono dos alunos sem Bolsa Família é de 7,3%, a dos alunos com Bolsa Família é de 3,8%.

A diferença também se percebe quanto ao ensino médio, aonde a taxa de abandono dos alunos sem Bolsa Família é 11,3%, e a taxa dos alunos com Bolsa Família é 7,4%, apresentando diferença ainda mais significativa no Nordeste, onde os alunos não beneficiários do programa apresentam taxa de abandono de 17,5%, enquanto os alunos beneficiários apresentam taxa de 7,7% (MDS, 2014).

No tocante à saúde, as condicionalidades são para as famílias beneficiárias que contenham crianças menores de 7 anos e/ou gestantes; o acompanhamento dessas condicionalidades é de responsabilidade do Ministério da saúde, ao qual também compete a oferta dos serviços para o acompanhamento nutricional e da vacinação das crianças menores de 7 anos, como também, a assistência ao pré-natal das gestantes e ao puerpério (a oferta desses serviços é compartilhada com as esferas estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde – SUS).

O livro intitulado *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, organizado pelo IPEA (2013) apresenta alguns resultados das condicionalidades exigidas pelo PBF e a análise de estudos realizados por outras instituições, entre os estudos analisados, destacamos a *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família – 2a rodada (AIBF II)*, essa avaliação foi organizada pelo MDS em 2009, objetivando compreender o impacto que tem o PBF na condição de vida das famílias beneficiadas, através do contraste entre famílias beneficiárias e não beneficiárias do programa. A primeira rodada da pesquisa foi realizada em 2005, entrevistando 15.426 famílias, das quais, 11.433 foram entrevistadas novamente em 2009.

Comparando os resultados das duas rodadas foi possível verificar os avanços auferidos no âmbito da saúde no tocante as condicionalidades do PBF, os dados

apresentados apontam que entre 2005 e 2009 houve redução de 15% para 10% na desnutrição crônica entre as crianças beneficiárias do PBF; verifica-se, também, redução de 21% para 18% as crianças em idade de até seis anos que nunca foram vacinadas.

O IPEA (2013) aponta outros avanços no conjunto de condicionalidades de saúde e revela que, apenas em 2012, foram acompanhados aproximadamente 8,6 milhões de famílias e 18,7 milhões de beneficiários, destes 5,1 milhões eram crianças e 13,8 milhões eram mulheres, sendo cerca de 165 mil gestantes. Do total de crianças acompanhadas, aproximadamente 99,2% estavam em dia com o calendário de vacinação, e 81% passaram por avaliação nutricional. Em relação às gestantes, cerca de 99% das que foram acompanhadas pelas equipes de saúde estavam com pré-natal em dia, e 80% passaram por avaliação nutricional.

Os dados apresentados em relação às condicionalidades mostram o bom desempenho do programa, que, de fato, consegue atingir as metas a que se propõe. Nosso objetivo na dissertação não é a defesa a esses programas e/ou ações estatais, no entanto, não podemos ignorar os resultados positivos que foram, e vêm sendo, auferidos.

Nossa pretensão é apontar que mesmo com essas iniciativas não foi possível alterar a desigualdade histórica do país, uma vez que essas ações focalizadas e seletivas são implantadas com o intuito de minimizar os efeitos deletérios decorrentes da acumulação de capital, considerando que nos limites do atual sistema não se é possível ir muito além disso.

Nos últimos anos pudemos verificar uma redução considerável dos índices de pobreza e indigência na América Latina como um todo. A Tabela 2 a seguir mostra a evolução da redução da pobreza durante a primeira década dos anos 2000, entre 2001 e 2011 a redução da taxa de pobreza foi de 16.6% no Brasil, e a taxa de indigência reduziu 7,1%, são evoluções que não se pode desconsiderar, no entanto, ainda há muito a ser conquistado.

**Tabela 2: Pessoas em situação de pobreza e indigência, 2002, 2010 e 2011 na América Latina. (em porcentagens da população)**

| País                     | Alrededor de 2002 |         |            | Alrededor de 2010 |         |            | 2011 |         |            |
|--------------------------|-------------------|---------|------------|-------------------|---------|------------|------|---------|------------|
|                          | Año               | Pobreza | Indigencia | Año               | Pobreza | Indigencia | Año  | Pobreza | Indigencia |
| Argentina <sup>a</sup>   | 2004              | 34,9    | 14,9       | 2010              | 8,6     | 2,8        | 2011 | 5,7     | 1,9        |
| Bolivia (Est. Pluri. de) | 2002              | 62,4    | 37,1       | 2009              | 42,4    | 22,4       | ...  | ...     | ...        |
| Brasil                   | 2001              | 37,5    | 13,2       | 2009              | 24,9    | 7,0        | 2011 | 20,9    | 6,1        |
| Chile                    | 2000              | 20,2    | 5,6        | 2009              | 11,5    | 3,6        | 2011 | 11,0    | 3,1        |
| Colômbia <sup>b</sup>    | 2002              | 49,7    | 17,8       | 2010              | 37,3    | 12,3       | 2011 | 34,2    | 10,7       |
| Costa Rica <sup>c</sup>  | 2002              | 20,3    | 8,2        | 2010              | 18,5    | 6,8        | 2011 | 18,8    | 7,3        |
| Ecuador <sup>a</sup>     | 2002              | 49,0    | 19,4       | 2010              | 37,1    | 14,2       | 2011 | 32,4    | 10,1       |
| El Salvador              | 2001              | 48,9    | 22,1       | 2010              | 46,6    | 16,7       | ...  | ...     | ...        |
| Guatemala                | 2002              | 60,2    | 30,9       | 2006              | 54,8    | 29,1       | ...  | ...     | ...        |
| Honduras                 | 2002              | 77,3    | 54,4       | 2010              | 67,4    | 42,8       | ...  | ...     | ...        |
| México                   | 2002              | 39,4    | 12,6       | 2010              | 36,3    | 13,3       | ...  | ...     | ...        |
| Nicaragua                | 2001              | 69,4    | 42,5       | 2009              | 58,3    | 29,5       | ...  | ...     | ...        |
| Panamá                   | 2002              | 36,9    | 18,6       | 2010              | 25,8    | 12,6       | 2011 | 25,3    | 12,4       |
| Paraguay                 | 2001              | 61,0    | 33,2       | 2010              | 54,8    | 30,7       | 2011 | 49,6    | 28,0       |
| Perú <sup>d</sup>        | 2001              | 54,7    | 24,4       | 2010              | 31,3    | 9,8        | 2011 | 27,8    | 6,3        |
| República Dominicana     | 2002              | 47,1    | 20,7       | 2010              | 41,4    | 20,9       | 2011 | 42,2    | 20,3       |
| Uruguay <sup>a</sup>     | 2002              | 15,4    | 2,5        | 2010              | 8,6     | 1,4        | 2011 | 6,7     | 1,1        |
| Venezuela (Rep. Bol. de) | 2002              | 48,6    | 22,2       | 2010              | 27,8    | 10,7       | 2011 | 29,5    | 11,7       |

Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)

Apesar da redução nos índices de pobreza, tem-se verificado a permanência da desigualdade. Analisando a trajetória da desigualdade no Brasil, Arretche (2015, p. 6) afirma que “[...] o fenômeno da desigualdade é muito mais complexo do que apenas sua dimensão monetária. Portanto, entender a desigualdade requer examinar suas múltiplas dimensões [...]”. Nesse sentido, a desigualdade, assim como a pobreza, aparece como fenômeno multidimensional.

Para o relator especial da ONU sobre a pobreza extrema e os direitos humanos (2015), Philip Alston, existe uma estreita relação entre as desigualdades econômicas e sociais, podendo acontecer de uma reforçar a outra. Sobre desigualdade econômica, Alston afirma que para definir os métodos para sua medição é necessário que se tenha definido o que se está medindo (renda de riqueza ou do trabalho), observando que o método, ou indicador utilizado para medir uma, pode não ser adequado para medir a outra. Com relação a desigualdade social, o Relator afirma que esta se relaciona com a distribuição do poder político, da saúde, da educação, habitação entre indivíduos de uma mesma sociedade.

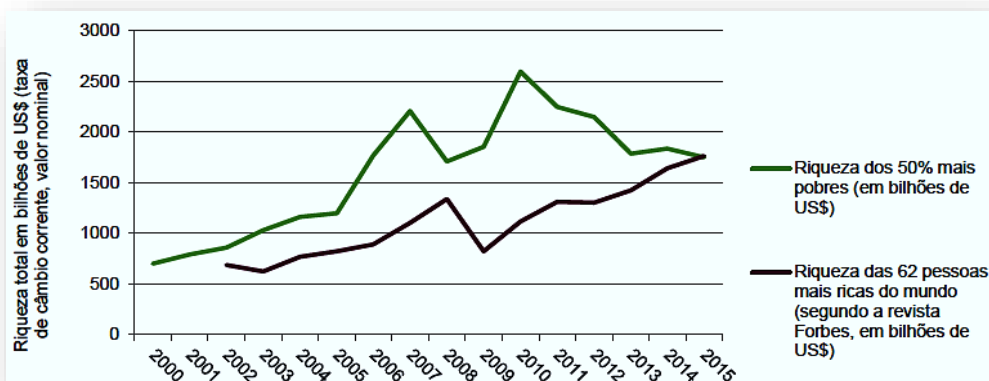
Muito embora a desigualdade não se reduza a dimensão monetária, esta vem sendo apontada como principal elemento causador e sustentador das situações de desigualdade. Em documento informativo lançado em janeiro de 2016, intitulado “Uma

economia para o 1%” a Oxfam afirma que o 1% mais rico do mundo concentra mais riqueza do que o restante do mundo junto. Nessa perspectiva Netto afirma que

[...] Os portadores do grande capital veem estruturando uma *oligarquia financeira global*, concentradora de um *enorme poderio econômico e político*. De fato, trata-se de um microscópico universo pessoal, que controla o conjunto das riquezas sociais e exerce uma determinante ação planetária que inclusive ladeia as instâncias democrático-formais consagradas no Estado de direito - controle e ação que, como o demonstra a experiência dos últimos anos, têm introduzido na cena pública um componente corruptor outrora impensável [...] (NETTO, 2012, p. 418-419 – grifos do autor).

Os dados apontados no informativo da Oxfam demonstram que em 2015, 62 indivíduos possuíam a mesma riqueza que um total de 3,6 bilhões de pessoas; em 2010 o número era de 388 indivíduos, entre 2010 e 2015 a concentração de riqueza dos 62 mais ricos aumentou em 44%, saltando para US\$1,76 trilhão, conformando um aumento de US\$542 bilhões; nesse mesmo período, a riqueza da metade mais pobre apresentou uma queda de 41%, sendo que, em  $\frac{1}{4}$  de século, o rendimento médio anual dessa fração mais pobre aumentou menos de US\$3,00. Com isso, verificamos o crescimento exorbitante da concentração da riqueza mundial, ao passo que o crescimento da riqueza dos mais pobres permanece estagnado.

**Gráfico 2: A riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo continua a crescer, enquanto a da metade mais pobre da população mundial permanece estagnada**

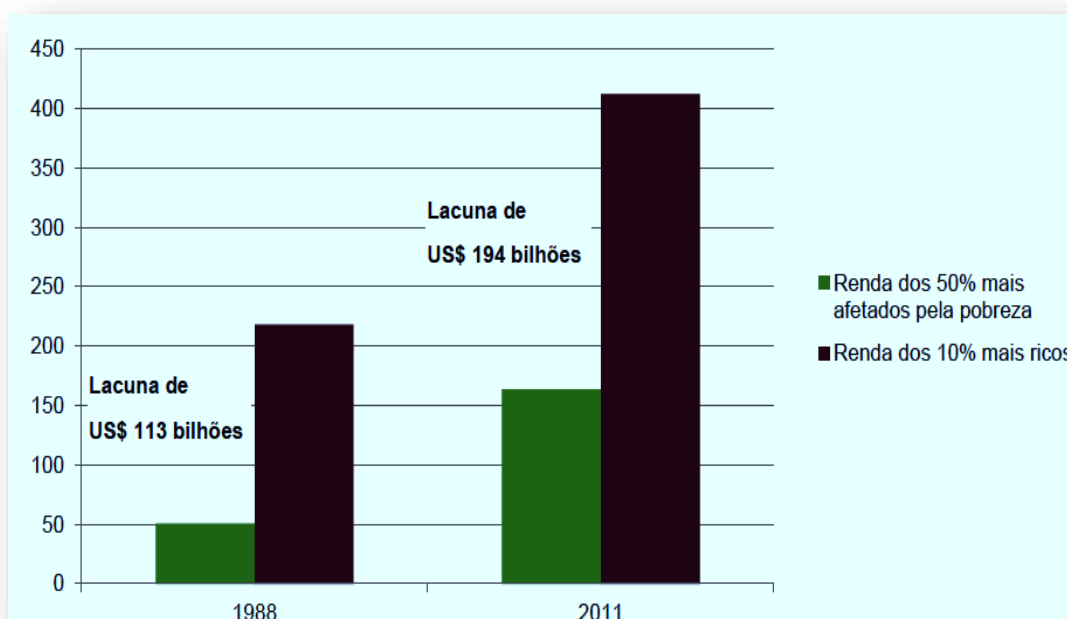


Fonte: Oxfam, 2016.

Ainda sobre a concentração da riqueza mundial, a Oxfam afirma que, entre 1988 e 2011, 46% do crescimento mundial beneficiaram os 10% mais ricos da população, enquanto que os 10% mais pobres ficaram com apenas 0,6%, e nesse mesmo intervalo de tempo o 1% mais rico detinha um percentual de riqueza maior que o dos 50% mais pobres da população mundial. Ainda nesse período, em paridade de poder de compra, o 1% mais rico teve um aumento de US\$11.800 (passando de US\$38.000 para US\$49.800), um aumento 182 vezes maior do que o dos 10% mais pobres que passou de US\$196,00 para US\$261,00, totalizando um aumento de US\$65,00.

O Gráfico 3 abaixo possibilita enxergar melhor a diferença de rendimentos auferidos por ambas as frações no período compreendido entre 1988-2011; analisando o gráfico, podemos perceber que embora a fração dos 50% mais pobres tenha logrado crescimento considerável, ainda assim não foi possível auferir diminuição na disparidade da desigualdade que separa essa fração da dos 10% mais ricos do país.

**Gráfico 3: Diferença de rendimentos auferidos pelos 50% mais pobres e pelos 10% mais ricos do Brasil.**



Fonte: Documento informativo da Oxfam 2016.

No Brasil, de acordo com relatório divulgado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, com base nas declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2015, os 5% mais ricos detêm 28% da renda total e da riqueza, dos quais o 1% mais ricos acumulam 14% da renda e 15% da riqueza e os 0,1% mais ricos detêm 6% da riqueza declarada e da renda total. Devemos levar em consideração que em 2015, o total de declarantes foi de 26,7 milhões, sendo o 0,1% dessa população correspondente a 26,7 mil pessoas, ou seja, apenas 26,7 mil pessoas acumulam 6% de toda a renda e riqueza declarada no IRPF no país no ano de 2015.

De acordo com a Oxfam, o sistema econômico sofre manipulação com o intuito de beneficiar os poderosos, que mantêm suas riquezas em paraísos fiscais espalhados pelo mundo; segundo a instituição, a crise da desigualdade só será superada quando houver o fim dos paraísos fiscais, uma vez que o montante desviado para esses paraísos acarretam em menos arrecadação por parte dos tesouros nacionais, afetando diretamente a população mais pobre.

Ao julgar pela ótica de menos arrecadação por parte dos Estados nacionais, os paraísos fiscais podem, de fato, interferir nas iniciativas estatais de redução da desigualdade, no entanto, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao fim da “crise da desigualdade” apontado pela instituição, considerando o exposto ao longo desse trabalho sobre as características próprias do modo de produção capitalista, tendo sua estrutura enraizada pela acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida.

Tanto Alston como a Oxfam, entendem que a desigualdade econômica consiste em um entrave para o crescimento econômico de uma nação, podendo incidir sobre as formas de participação política dos indivíduos e sobre o acesso a educação. Alston afirma que “[...] as desigualdades econômicas podem ameaçar o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (2015, p. 27), ideia condizente com as formulações de Rawls (1997) sobre equidade e que dão sustentação às propostas do Banco Mundial de viabilizar igualdade de oportunidade nos países periféricos.

Saindo do âmbito mais geral, para o particular, Arretche (2015) analisa a trajetória das desigualdades no Brasil entre os anos de 1960 e 2010, o estudo baseado em censos do IBGE está organizado em uma coletânea e distribuído em quatorze

capítulos, os autores envolvidos nessa pesquisa apresentam uma avaliação sobre os avanços e retrocessos na trajetória das desigualdades no país. Antes de tudo, a autora enfatiza que:

A queda simultânea das desigualdades em diversas dimensões relevantes no Brasil não foi resultado de nenhum fator isolado, mas da combinação no tempo do efeito de diferentes políticas orientadas a públicos distintos, cuja característica comum foi a tentativa de reverter a longa trajetória de estabilidade de altos níveis de desigualdade. (ARRETCHE, 2015, p. 7-8)

Nesse sentido, também acrescenta Rocha:

[...] A redução da desigualdade de renda e da pobreza que vem ocorrendo de forma sustentada deve ser atribuída, fundamentalmente, ao funcionamento favorável do mercado de trabalho. Este garantiu que os mais pobres tivessem perdas menores nos períodos de conjuntura econômica adversa [...] (ROCHA, 2013, p. 168).

Nesse sentido, Arretche nos adverte de que, para que haja redução das desigualdades, faz-se necessário a formulação de políticas voltadas para este fim, e que estas sejam de caráter contínuo. Dentre as dimensões de desigualdades abordadas na pesquisa, queremos destacar as dimensões de renda e educação relacionadas ao mercado de trabalho e as situações de desigualdade dele decorrentes. Segundo a autora

[...] a origem social afeta o acesso à educação e o desempenho escolar, assim como há um prêmio associado à educação que distingue indivíduos mais e menos escolarizados no mundo do trabalho [...] (ARRETCHE, 2015, p.10).

Vejam que a educação aqui é apresentada como o fator que mais interfere nas oportunidades relativas ao mercado de trabalho, bem como ao acesso a participação política, na redução da criminalidade, das taxas de natalidade e mortalidade, entre outros aspectos. Menezes Filho e Kirschbaum enfatizam que:

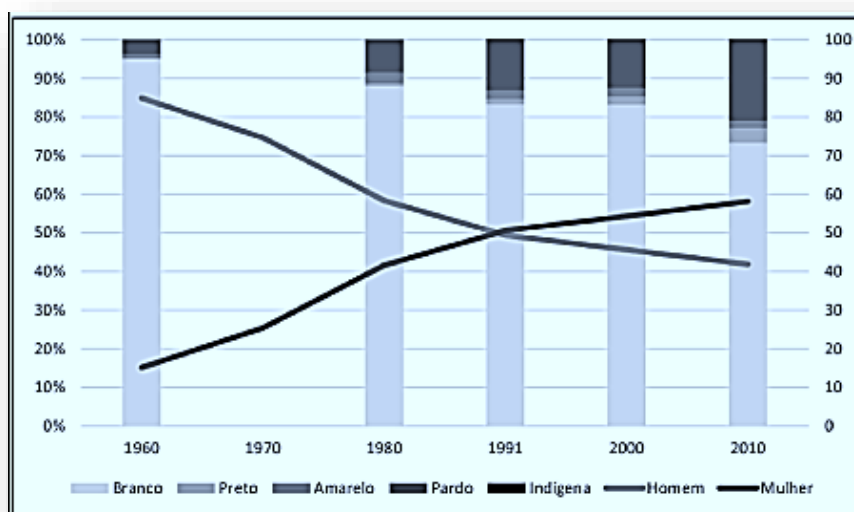
[...] Nas últimas décadas, emergiu o consenso de 'inaceitabilidade' da desigualdade, seja por suas consequências econômicas, seja pelo embasamento de justiça social [...] Nesse sentido, vários setores da sociedade identificaram a educação como prioritária para o combate à desigualdade. (MENEZES FILHO E KIRSCHBAUM, 2015, p.110)

Não obstante, os programas de transferência de renda em vigência no país, com o objetivo de erradicar a pobreza extrema, estão munidos de incentivo à educação, como é o caso do Programa Bolsa Família e das iniciativas do Plano Brasil sem Miséria.

O estudo demonstra que houve considerável democratização no acesso a educação no país, principalmente de nível superior; pretos, pardos, indígenas e mulheres tiveram mais acesso a esse nível educacional, no entanto, o que se verificou é que essa inserção tem se dado nos cursos de menor prestígio e mais mal remunerados; logo, as categorias profissionais mais mal pagas, consistem naquelas com maior número de pretos, pardos e mulheres.

No Gráfico 4 podemos ter maior percepção da distribuição do acesso ao ensino superior no Brasil. Nesse sentido é perceptível o aumento da inserção dos pretos, pardos, indígenas e das mulheres, no entanto, a predominância do acesso continua sendo dos brancos, situação que demonstra a permanência da desigualdade no acesso ao ensino superior no país, demonstrando claramente a não efetivação na oferta das condições que promoveriam a igualdade de disputa no mercado proposta pelo neodesenvolvimentismo.

**Gráfico 4: Distribuição da população com formação em curso superior, por raça/cor e sexo (em %) Brasil, 1960-2010**



Fonte: Trajetória das desigualdades no Brasil (2015, p. 142).

Outro fator preocupante observado com relação ao acesso dos pretos, pardos, mulheres e indígenas, é que quando conseguem completar o ensino superior, continuam com remuneração inferior a dos brancos e amarelos, mesmo com mesmo nível de escolaridade, e até mesmo, na mesma profissão. O aumento da escolaridade interfere também na questão de bônus salarial relativo à qualificação. O valor adicional que era pago aos indivíduos com maior qualificação deixa de existir quando há maior oferta de força de trabalho qualificada.

Nesse sentido, se reafirma a função do exército de reserva no rebaixamento dos salários, conforme aumenta a parcela da população qualificada, tornando-se sobranse frente à demanda, a tendência é de que ocorra um nivelamento dos salários para baixo, uma vez que essa mercadoria deixa de ser escassa, especial e se torna comum.

E desta feita, se desconstrói a ideia de melhorias nas condições de trabalho pela via da qualificação, uma vez que essa situação tende a promover justamente a situação inversa, além de equiparar os salários, acaba por promover uma maior precarização das relações de trabalho, considerando a incapacidade do mercado de absorver essa massa de força de trabalho qualificada de acordo com suas funções e

qualificações, empurrando essa massa para assumir funções inferiores à sua qualificação, bem como a se inserir no mercado informal.

O referido estudo evidencia que o avanço no acesso a educação permitiu alterar o elitismo que a educação superior representava no país. É importante salientar que essa redução diz respeito tão somente ao acesso a esse nível de ensino, permanecendo praticamente inalterado o elitismo de algumas profissões, bem como o acesso a elas. Essa alteração do elitismo, no entanto, não foi capaz de mudar a desigualdade relativa à obtenção de títulos e à conclusão dos cursos, considerando que brancos e amarelos ainda possuem maior chance de conclusão nos cursos de nível superior.

Nossa pesquisa demonstra que, embora tenha havido democratização do ensino superior, o acesso a este não se dá de forma igualitária. Aqui entra a questão da renda no acesso a educação. Os indivíduos com maior rendimento têm acesso a educação de melhor qualidade, logo, saem na frente na disputa por oportunidades. Para Alston (2015) os pobres saem em desvantagem na “corrida da vida” em muitas sociedades.

Quando um problema deixa de ser caso isolado e passa a tomar proporções mais amplas que podem perturbar o bom funcionamento do sistema, logo são tomadas providências para conter seus avanços. Com a desigualdade não foi e não é diferente. Para o Banco Mundial,

[...] uma parcela das desigualdades econômicas e políticas que observamos em todo o mundo pode ser atribuída a oportunidades desiguais. Essa desigualdade é questionável tanto do ponto de vista intrínseco quanto instrumental. Ela contribui para a ineficiência econômica, conflito político e fragilidade institucional (Banco Mundial, 2006, p. 10).

Desse modo, como expusemos no capítulo anterior, o Banco Mundial (BM) propõe, para o problema da desigualdade, a elaboração de políticas públicas embasadas pelo princípio da equidade. Fonseca (1998) aponta que o BM passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social a partir da década de 1970, desde então “alguns temas como ‘progresso’, ‘desenvolvimento

sustentável’, ‘realismo’, ‘autonomia’, ‘eqüidade’, ‘pobreza’, passam a fazer parte do discurso que fundamenta o seu processo de financiamento” (FONSECA, 1998, p. 2).

A análise feita por Fonseca sobre a atuação do BM aponta que inicialmente se acreditava que o progresso seria condição suficiente para superação da pobreza; em meados de 1960/1970 se reconhece que o crescimento econômico por si só não é capaz de garantir a redução da pobreza, e a partir de então se recomenda a inclusão de medidas sociais como condição para receber auxílios financeiros da instituição.

Nesse sentido, a partir de 1970 a pobreza passa a ter maior evidência na política do Banco e, nesta feita, entende-se que a redução da pobreza depende mais do aumento da produtividade das pessoas pobres e menos do crescimento econômico, nessa “nova visão” a responsabilidade da superação da pobreza deve ser transferida do Estado para o próprio pobre, empregando o ideal liberal de responsabilização do indivíduo por sua condição de fracasso.

A importância atribuída à produtividade dos pobres foi determinante para que o Banco incluísse a educação, a saúde e o desenvolvimento rural no quadro de seus créditos, antes limitados aos projetos de infraestrutura econômica. Justificava-se a decisão pela necessidade de garantir à população mais pobre os serviços de saúde, educação e nutrição, considerados requisitos humanos essenciais para o aumento da produtividade. (FONSECA, 1998, p. 5).

Essa perspectiva deixa evidente que as formas de intervenção do Estado nas refrações da “questão social” seguem as orientações de seus financiadores e são formuladas de acordo com as necessidades do capital, note-se que as condicionalidades de educação e saúde exigidas pelo PBF atendem as exigências de financiamento do BM, oferecendo ao capital a força de trabalho saudável e qualificada para que esses tenham o máximo de produtividade, com o mínimo de custo.

Pois bem, nos anos de incidência do neodesenvolvimentismo no Brasil, pudemos perceber massivo investimento no combate à pobreza, formulações de políticas públicas e programas sociais de fomento à superação do ciclo geracional de pobreza e incentivo a qualificação profissional, mecanismos que deveriam promover, também, a diminuição das desigualdades, favorecendo, assim, um crescimento econômico atrelado a uma maior equidade social, no entanto, o que pudemos verificar

é que, apesar dos avanços no combate à pobreza e na diminuição da extrema pobreza, a desigualdade permanece latente, há redução de aspectos que não alteram significativamente o todo. A concentração de renda permanece altíssima e a distribuição de renda permanece estritamente desigual.

Vejamos, houve aumento na inserção de pretos e pardos no ensino superior, mas isso ocorreu em cursos de menor prestígio, e, mesmo assim, quando comparados com brancos e amarelos que concluíram o mesmo curso, os pretos e pardos obtêm salários inferiores, refletindo a permanência da desigualdade por cor/raça; isso também acontece na questão de gênero, muito embora as mulheres tenham tido maior inserção que os homens nos cursos de nível superior, elas continuam recebendo menor remuneração, mesmo quando desempenham funções iguais e essa situação se agrava quando a mulher é preta ou parda “[...] sistematicamente as mulheres têm menores rendimentos que os homens em todas as carreiras, em todos os Censos [...]” (RIBEIRO e SCHLEGEL, 2015, p. 155).

A permanência das desigualdades de cor/raça e de gênero é apenas um dos aspectos que expõem as falhas na promoção da equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo. No tópico a seguir descrevemos com mais detalhes os limites da proposta de crescimento econômico com equidade social, demonstrando que se trata de um projeto natimorto, que além de não promover o que propõe, acaba por agravar o problema e por criar outros mais graves e ainda mais danosos para a classe trabalhadora, traduzindo-se em maior exploração da força de trabalho e na precarização das relações de trabalho, perpetuando o ciclo de reprodução do exército de reserva.

### **3.2 Limites do crescimento econômico com equidade social**

Como já salientado, no primeiro capítulo um dos principais objetivos do neodesenvolvimentismo é proporcionar um crescimento econômico com equidade social. Seus formuladores concebem o crescimento econômico como único meio de reduzir as desigualdades sociais, e, com este fim, utilizam políticas sociais e educacionais como as ferramentas capazes de oferecer as condições de competição no mercado, permitindo, assim, que “todos” usufruam do crescimento econômico.

Nossa hipótese levantada na pesquisa é a de que, com essa estratégia de crescimento econômico aliado à promoção da equidade social, o neodesenvolvimentismo acaba por alargar seu arsenal de formas de exploração do trabalho, no entanto, o faz com o “cuidado” de mascarar e/ou reduzir os efeitos de sua atuação sobre a classe trabalhadora, apoiando-se no artifício de promoção da equidade, numa noção de justiça social aos moldes de uma modernização conservadora, que, ao invés de reduzir os efeitos deletérios da reprodução ampliada do capital, acaba por estabelecer a perpetuação da situação de miséria da classe trabalhadora e beneficiando o grande capital.

A ideia de equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo se resume à promoção de uma igualdade de oportunidades, na criação de condições “iguais”, “justas” de competição no mercado. Como parte das estratégias de promoção da equidade social no Brasil, pudemos verificar um massivo investimento em programas de transferência de renda que visam minorar os índices de pobreza através do repasse mensal de uma quantia em dinheiro e, também, pela promoção da qualificação profissional dos indivíduos. No entanto, essas iniciativas não foram capazes de auferir os resultados almejados.

Vejamos pois as transformações no mundo do trabalho advindas da reestruturação produtiva demandam mudanças que estão para além da forma de produzir mercadorias, demandam, também, uma força de trabalho diferenciada, qualificada, pronta para se inserir num mercado de trabalho cada vez mais exigente, mais competitivo, desigual e precarizado.

[...] Nesse contexto, desenvolveram-se novas exigências sobre o saber dos trabalhadores, com o advento do denominado ‘*modelo de competências*’ com a exigência de novos ‘*atributos, atitudes e habilidades*’, implicando em alterações no perfil da qualificação da força de trabalho (BATISTA, 2003, p.143).

O Estado neodesenvolvimentista brasileiro não mediu esforços para formar a nova força de trabalho, dotada das capacidades exigidas pelas novas necessidades do capital. Documento do IBGE (2014) traz dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento econômico – OCDE (2014) que mostram o crescimento da educação de nível superior no país, de acordo com a organização, nos últimos nove

anos houve significativo aumento dessa proporção, passando de 8,1% em 2004 para 15,2%, em 2013.

**Tabela 3: Pessoas de 25 a 34 anos de idade, total e com ensino superior completo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013**

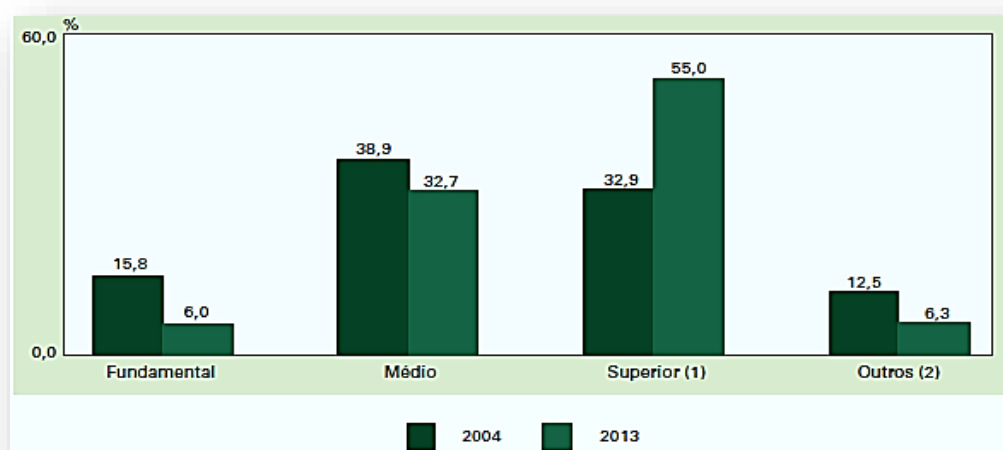
| Grandes Regiões | Pessoas de 25 a 34 anos de idade |                              |               |             |             |                 |                |
|-----------------|----------------------------------|------------------------------|---------------|-------------|-------------|-----------------|----------------|
|                 | Total<br>(1 000<br>pessoas)      | Com ensino superior completo |               |             |             |                 |                |
|                 |                                  | Total<br>(1 000<br>pessoas)  | Proporção (%) |             |             |                 |                |
|                 |                                  |                              | Total         | Sexo        |             | Cor ou raça (1) |                |
|                 |                                  |                              |               | Homens      | Mulheres    | Branca          | Preta ou parda |
| <b>Brasil</b>   | <b>32 311</b>                    | <b>4 918</b>                 | <b>15,2</b>   | <b>12,7</b> | <b>17,6</b> | <b>23,3</b>     | <b>8,4</b>     |
| Norte           | 2 786                            | 285                          | 10,2          | 8,1         | 12,3        | 18,8            | 7,9            |
| Nordeste        | 8 956                            | 811                          | 9,1           | 7,1         | 10,8        | 15,4            | 6,7            |
| Sudeste         | 13 634                           | 2 558                        | 18,8          | 16,2        | 21,1        | 26,4            | 9,6            |
| Sul             | 4 357                            | 773                          | 17,8          | 14,1        | 21,2        | 21,4            | 5,7            |
| Centro-Oeste    | 2 578                            | 491                          | 19,0          | 16,1        | 21,8        | 28,0            | 13,1           |

Fonte: Uma análise das condições de vida da população brasileira – IBGE 2014

Os dados da Tabela 3, além de mostrar o crescimento da parcela da população com ensino superior completo, mostram o acesso desigual a esse nível de ensino, ao analisar a tabela podemos perceber que esse aumento é mais significativo na região sudeste do país, e entre as mulheres e os brancos, como apontamos no tópico anterior. De acordo com o IBGE “[...] enquanto do total de estudantes brancos de 18 a 24 anos 69,4% frequentavam o ensino superior, apenas 40,7% dos jovens estudantes pretos ou pardos cursavam o mesmo nível [...]” (IBGE, 2014, p. 109).

Dados da mesma fonte, sobre o ensino superior, apontam que a frequência dos jovens de 18 a 24 anos, aumentou consideravelmente nesse nível de ensino passando de 15,8% em 2004, para 55% em 2013, como mostra o Gráfico 5.

**Gráfico 5: Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, segundo o nível de ensino frequentado - Brasil - 2004/2013.**

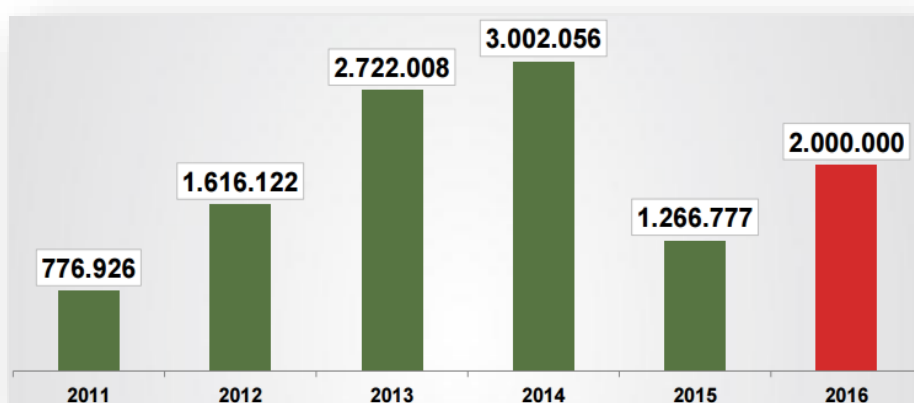


Fonte: Uma análise das condições de vida da população brasileira – IBGE 2014

Em relação à qualificação oferecida pelos programas de governo, especificamente pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que são os principais programas de incentivo a qualificação no período de vigência do neodesenvolvimentismo, os dados disponíveis mostram uma considerável ampliação no número de pessoas atendidas.

Criado em 2011, pela Lei nº 12. 513/2011, o PRONATEC tem por objetivo expandir as oportunidades de educação e qualificação profissional para os jovens, de acordo com dados do Ministério da Educação (ME) e expressos no Gráfico 6 entre 2011 e 2015 foram realizadas 9,4 milhões de matrículas, sendo 2,7 milhões (38%) em cursos técnicos e 6,6 milhões (62%) em cursos de qualificação profissional, em 2011 foram realizadas 776.926 matrículas, em 2014 foram mais de 3 milhões de matrículas e para 2016 são esperadas mais de 2 milhões, sendo mais de 350 mil em cursos técnicos e 1,6 milhão em cursos de qualificação profissional.

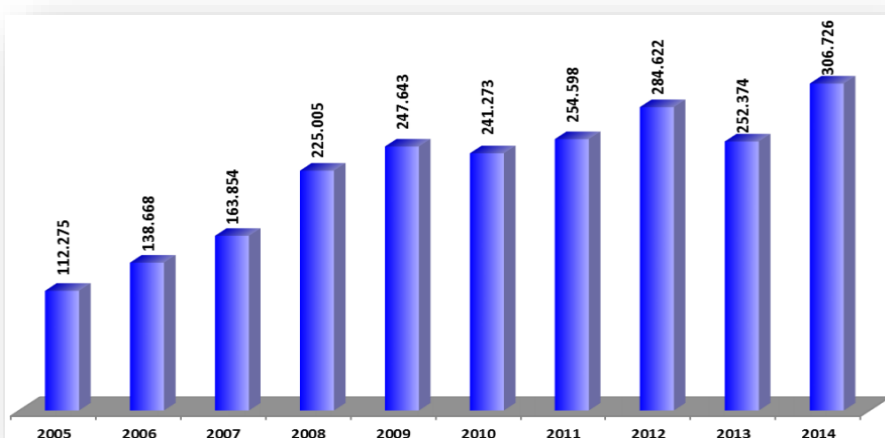
**Gráfico 6: Evolução do número de matrículas no PRONATEC desde sua criação**



Fonte: Pronatec, 2016, portal MEC.

Por sua vez, o PROUNI, criado em 2004 pela Lei nº11. 096 concede bolsas de estudo parciais e integrais em instituições privadas de ensino superior, desde que foi criado, até o primeiro semestre de 2016 o programa já atendeu 1,9 milhão de pessoas, sendo 1.049.645 pessoas beneficiadas com bolsas de estudo integrais, somando 70% das bolsas oferecidas. No Gráfico 7, podemos verificar a evolução do número de bolsas concedidas pelo programa entre 2005 e 2014, acumulando um expressivo aumento ao longo dos anos.

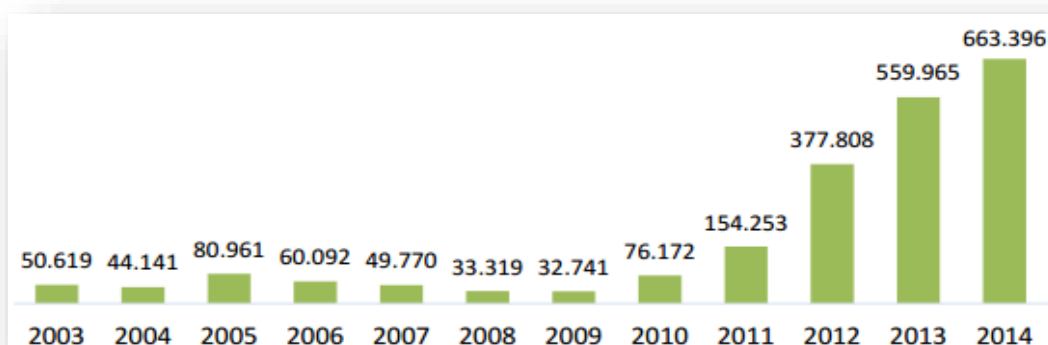
**Gráfico 7: Bolsas de estudo ofertadas pelo PROUNI (2005-2014)**



Fonte: Sisprouni, apud, portal MEC, 2015.

O Fies é a ação mais antiga, seu início data do ano de 1999, e desde então já foram 1,16 milhão de contratos realizados. Em 2012 foram mais de 377 mil contratos realizados, em 2013 registrou-se cerca de 560 mil novos contratos, em 2014 esse número aumentou para mais de 663 mil, como podemos ver no Gráfico 8. Todos esses dados mostram o boom dos investimentos em qualificação profissional nos últimos anos, em especial a partir da década de 2000, e com histórico crescente, entre 2003 e 2014 o aumento registrado foi de 612, 777 contratos.

**Gráfico 8: Evolução do número de contratos do FIES – 2003 a 2014.**



Fonte: A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014 in: Portal MEC

Nesse sentido, ficam evidentes os esforços do governo em implantar as estratégias que seriam as promotoras da equidade social neodesenvolvimentista, como podemos perceber, há um massivo incremento na educação de nível técnico e superior, aumento o nível de qualificação da força de trabalho para o capital.

No entanto, esse considerável aumento na escolarização da população brasileira, não se traduziu em melhora na situação de vida da classe trabalhadora, ao contrário do propalado pelos formuladores da proposta neodesenvolvimentista de promoção da equidade social pela via da educação e qualificação profissional.

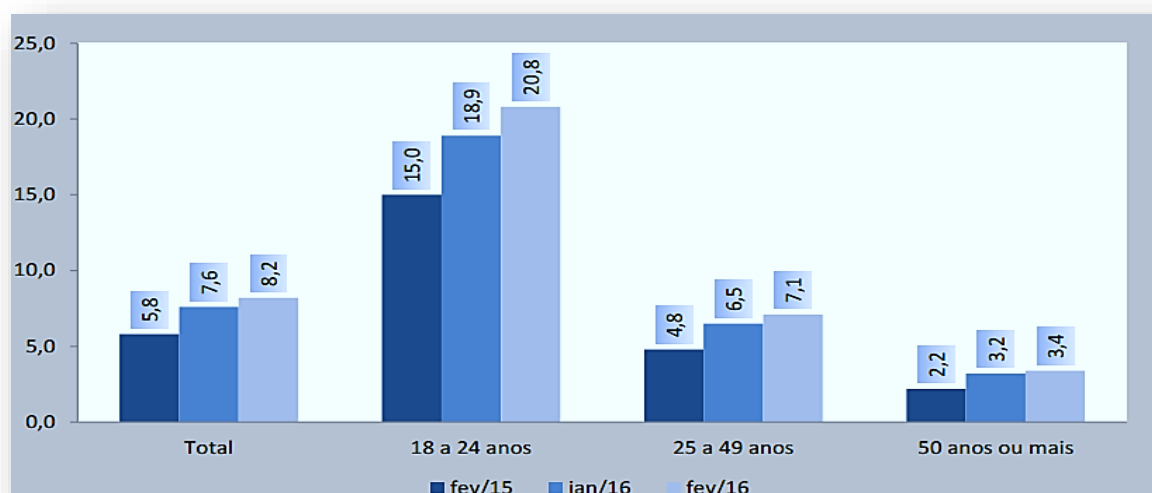
Nossa pesquisa também vai demonstrar, de acordo com dados do IBGE, que no segundo trimestre de 2013, a taxa de desocupação total alcançou os 7,4%. Para a população jovem entre 18 e 24 anos, essa taxa alcançou 15,4%, compreendendo um total de 32,6% da população jovem ou 1/3 das pessoas desocupadas,

aproximadamente. Pelo nível de escolaridade, as pessoas desocupadas com nível superior completo representavam 7,8% e, 49,6% das pessoas desocupadas tinham concluído ao menos o ensino médio e a taxa de desocupação para esses níveis de escolaridade era de 4,0% e 8,7% respectivamente.

Dados disponíveis para o 2º trimestre de 2016 apontam que 52,0% das pessoas desocupadas tinham concluído ao menos o ensino médio, um aumento de 2,4 se comparado aos números de 2013. As pessoas com nível superior completo somavam 8,9% totalizando um aumento de 1,1%, comparado a 2013, e a taxa de desocupação para esse nível de ensino chega 6,0%.

Analizando o Gráfico 9, que apresenta a taxa de desocupação por grupo de idade na soma das seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), podemos verificar que houve significativo aumento da taxa de desocupação na faixa de 18 a 24 anos de idade em 2016, atingindo um total de 20,8% e apresentando uma diferença de 5,8 pontos percentuais se comparado ao mesmo período de referência do ano anterior, sendo, inclusive, a faixa etária que apresenta o maior índice de desocupação nos dois anos apresentados, comparado aos demais grupos.

**Gráfico 9: Taxa de desocupação, por grupos de idade, em % (Total das seis Regiões Metropolitanas)**

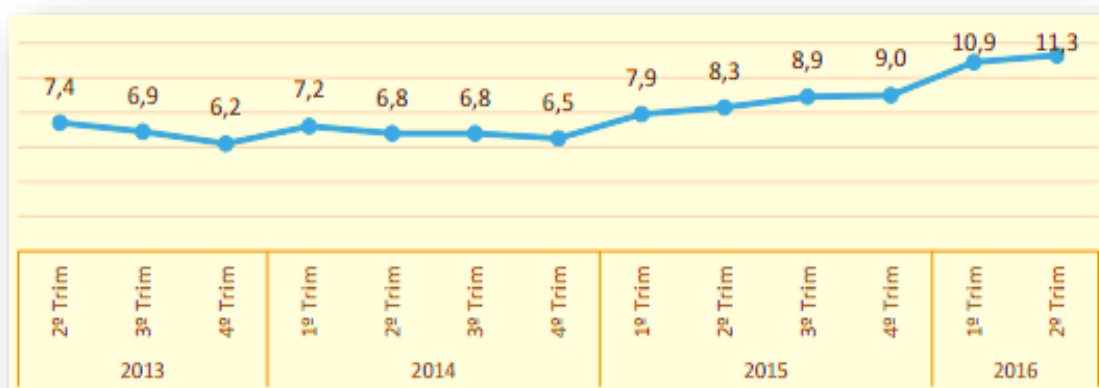


Fonte: IBGE (2016).

O Gráfico 10 traz o registro do movimento da taxa de desemprego nos anos de 2013 a 2016. Como podemos perceber a partir do quarto trimestre de 2014 se verifica aumentos sucessivos na taxa de desemprego, de 6,5 pontos percentuais no quarto trimestre de 2014, chegando a 9,0 no mesmo período de 2015, um aumento acumulado de 2,5 pontos percentuais, chegando ao segundo trimestre de 2016 a 11,3%.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostram que em Julho de 2016, houve uma baixa de 94.724 empregos com carteira assinada, o que corresponde a uma redução de 0,24% no estoque trabalhadores em regime celetista do mês junho, sendo registrada uma queda de 1.706.459 postos de trabalho nos últimos 12 meses, o que equivale a uma redução de 4,18% no total de empregados com carteira assinada no país.

**Gráfico 10: Taxa de Desocupação no Brasil – 2013 a 2016.**



Fonte: IBGE (2016)

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) “Mercado de Trabalho Conjuntural”, divulgada em julho deste ano, no primeiro trimestre de 2016 a taxa de desocupação era de 10,9%, passando para 11,3% no segundo semestre, um aumento real de 0,4 pontos percentuais. Neste último semestre havia cerca de 11,6 milhões de pessoas desocupadas no país, se comparado ao primeiro trimestre de 2016, houve um aumento de 4,5% (497 mil pessoas) no contingente de desocupados, os dados apontam, também, que esse aumento se verificou tanto no Brasil, de forma geral, como nas cinco regiões

isoladamente e que a taxa de desocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade, continuou a apresentar nível superior ao estimado para a taxa média total, chegando a 24,5%.

Os dados disponibilizados pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME (IBGE, 2016), sobre o mercado de trabalho brasileiro, mostram que houve significativa piora em todas as áreas analisadas pela pesquisa, como podemos ver no Quadro 2, que apresenta o resumo dos resultados dessa pesquisa, com valores referentes ao mês de fevereiro de 2016, crescimento da taxa de desocupação, elevação da população desocupada e redução da população ocupada.

### Quadro 2: Resumo dos Resultados PME – Fevereiro/2016

- Crescimento da **taxa de desocupação** (8,2%) nas comparações mensal e anual. Maior crescimento anual (2,4 pontos percentuais) para fevereiro;
- Elevação da **população desocupada** no mês (7,2%) e no ano (39,0%);
- Redução da **população ocupada** no mês (-1,9%), sendo a maior queda mensal desde janeiro de 2004 (-2,1%). Maior queda anual (-3,6%) para fevereiro;
- Redução da ocupação na atividade de **Comércio** (-3,9%; maior queda desde janeiro de 2004) e **Outros serviços** (-4,0%) no mês. Na comparação anual, houve queda na **Indústria** (-9,8%) e nos **Outros serviços** (-3,6%);
- Queda mensal do **Emprego sem carteira no setor privado** (-5,9%) e de **Empregadores** (-7,8%). No ano, houve queda no Emprego com (-4,1%) e sem (-11,3%) carteira no setor privado e de Empregadores (-10,0%);
- Redução do **rendimento médio real** no mês (-1,5%) e no ano (-7,5%).

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – PME (IBGE, 2016).

Os dados ora apresentados, confirmam o que aqui apontamos como o primeiro limite à efetivação do crescimento econômico com equidade social, qual seja:

- 1) ao promover o aumento da educação e qualificação para o trabalho, as iniciativas estatais acabam por promover uma maior precarização das relações de trabalho, considerando que o resultado prático dessas iniciativas é um maior contingente de força de trabalho qualificada,

promovendo não só um aumento do exército de reserva disponível para o capital, mas, também, criando um novo perfil desse exército de reserva.

E como afirma Marx, o exército de reserva tem funções determinadas no modo de produção capitalista, a pressão da parcela da classe trabalhadora, submersa forçadamente no ócio, tende a fazer aumentar a exploração da parcela da população em relações formais de trabalho, bem como a promover uma baixa nos salários. Nesse sentido, acrescenta Batista,

No contexto da reestruturação produtiva há um excedente de força de trabalho, um exército industrial de reserva, escolarizado disponível no mercado, o que torna possível ao capital a estratégia de descartar os 'problemáticos' e 'inadaptáveis', que transitam continuamente entre o emprego precário e o desemprego, constituindo-se num mecanismo de pressão sobre os trabalhadores que se mantém no emprego [...] (BATISTA, 2003, p. 149).

Essa situação consiste em mais uma forma de precarização das relações de trabalho na contemporaneidade, forma essa que dá margem para outras formas de precarização, não só do trabalho, mas também existencial (ALVES, 2014, p.20).

Nessa perspectiva, apontamos o segundo limite do crescimento econômico com equidade, a saber:

## 2) redução da vida do trabalhador ao tempo de trabalho.

Pela teoria da justiça de Rawls (1997), para que haja justiça é necessário que as medidas adotadas beneficiem a todos e, principalmente, aos menos favorecidos. Pois bem, a reorganização da produção teve implicações devastadoras em todos os âmbitos da vida do trabalhador. A exigência da qualificação tem levado os trabalhadores a uma busca constante de conhecimento, atualização das profissões, cursos e mais cursos que os possibilitem estar sempre a par das novidades relacionadas ao mercado de trabalho. Ao que,

[...] Todo o tempo de vida profissional dos trabalhadores passou a exigir busca contínua por cursos de formação técnica, isso porque os novos conhecimentos estão diretamente vinculados às transformações que sofrem os meios de produção, principalmente ligados à informática. A partir desse ponto, essa nova qualificação

continua se caracteriza por uma forma de conhecimento volátil [...] (JÚLIO, 2003, p. 133).

Além das exigências do mercado, os trabalhadores em relações formais de emprego, têm sempre à porta a ameaça do exército de reserva, e, nesse sentido, o crescimento econômico não beneficia a classe trabalhadora como apregoa o neodesenvolvimentismo, muito pelo contrário, a empurra para níveis de precarização que estão para além da produção direta de mercadorias.

O tempo de vida do trabalhador se reduz a tempo de trabalho, quando não se está trabalhando, está se qualificando para o trabalho, o trabalhador passa, então, a viver em função do capital, tendo cada vez menos tempo para si, menos tempo para lazer, menos tempo para família. Essa situação caracteriza o que Alves denomina de “precarização existencial”, que se traduz numa “vida reduzida”, o “modo de vida just-in-time”.

[...] O que denominamos de ‘modo de vida *just-in-time*’ é a organização do modo de vida nas condições do capitalismo flexível. Na medida em que se disseminou o toyotismo sistêmico, constituiu-se no plano da reprodução social, o modo de vida *just-in-time*. (ALVES, 2014, p.20).

O autor afirma que a “vida reduzida” tem alguns traços que lhe são fundamentais, a saber: a vida reduzida é vida veloz, sinalizada, enxuta, capturada e invertida.

É “veloz” no sentido de que a produção em rede, se utilizando das tecnologias informacionais impulsiona o movimento de rotação do capital, tornando cada vez mais curto o tempo de duração do valor de uso das mercadorias, e nesse sentido, tem-se a “necessidade” de novos produtos, novas formas de consumo. É “sinalizada”, na medida em que vivemos na sociedade da comunicação reduzida a sinalização, vemos aí o boom das redes sociais, substituição de palavras e/ou frases por animações, a inclusão cada vez maior de elementos de sinalização na comunicação entre os sujeitos.

A vida reduzida é “enxuta” à medida que o tempo de vida tem-se resumido ao tempo de trabalho, não mais faço o que me satisfaz, mas o que necessário para o

meu crescimento profissional. E é “capturada” no sentido de que “[...] o tráfico social está assediado por imagens-valores que, como fetiches, se impõem à subjetividade de homens e mulheres que trabalham [...]”. E é, também, invertida, “[...] nesse caso, ocorrem alterações sociometabólicas no processo de desenvolvimento geracional. Crianças e adolescentes tornam-se ‘adultos’ imaturos, ao mesmo tempo em que a juventude se alonga e envelhece [...]” (ALVES, 2014, p.24).

Nesse sentido, temos a concretização de uma nova forma de ser da classe trabalhadora e compatível com a nova forma flexível de produção de mercadorias, reduzindo o tempo de vida ao tempo de trabalho.

Dados do IBGE apontam que o trabalhador brasileiro trabalha em média 40h semanais, uma jornada de 8h diárias, essa tendência tem se mantido estável desde 2002, com pequenas variações ao longo dos anos. É subtraído da classe trabalhadora o direito de viver, restando-lhe a opção de apenas sobreviver, seguindo as formas existenciais impostas pelo capital: vida para o trabalho.

**Tabela 4: Média de horas trabalhadas por semana no Brasil – Outubro de 2002 a outubro de 2015**

| REGIÕES | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| TODAS   | 42   | 41,8 | 40,8 | 41,1 | 40,7 | 40,8 | 41,5 | 40,6 | 40,5 | 40,6 | 40,5 | 41   | 40,9 | 39,7 |

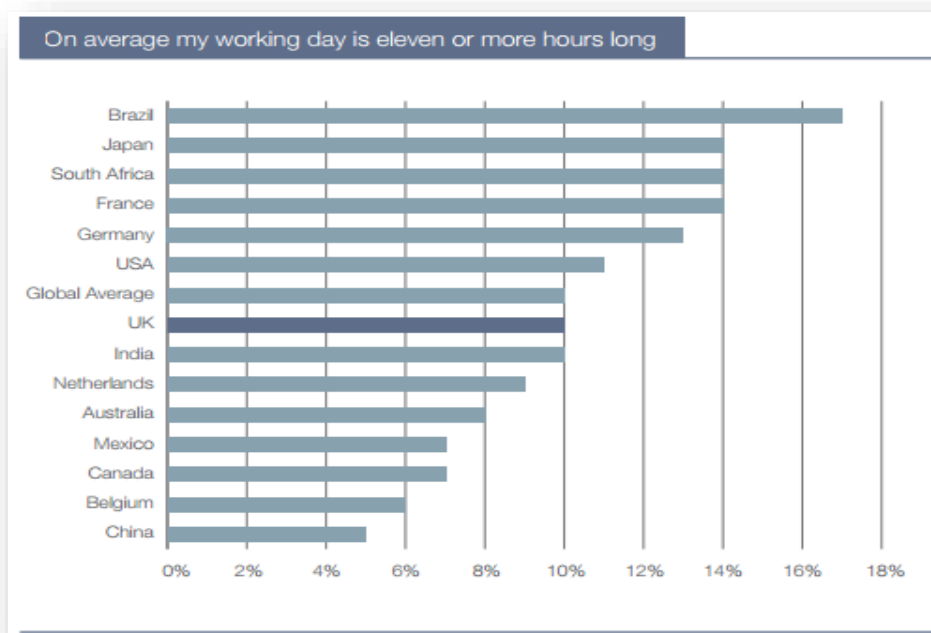
Fonte: Elaboração própria (dados do IBGE)

Um relatório da OIT sobre o perfil do trabalho decente no Brasil, lançado em 2012 confirma o que mostram os dados do IBGE, expostos na Tabela 4, que entre 2004 e 2009 o tempo médio de trabalho dos ocupados no país se manteve estável em torno de 40 horas semanais, é notório que houve uma redução em 2015, mas que não interfere na média geral. No entanto, apresentou diferenças significativas entre as jornadas de trabalho cumpridas por homens e mulheres, em 2009 os homens trabalharam em média 43h, enquanto que as mulheres trabalharam em média 36h.

É possível perceber, também, diferenças entre jornadas de trabalho das áreas urbana e rural, apresentando 41h e 36h semanais respectivamente, em 2009. Houve oscilação, também, quando analisadas as jornadas por setores dos setores de atividade econômica: os setores de comunicação, armazenagem, transporte tiveram média de 46h semanais, e os setores de alojamento e alimentação atingiram a média de 45h semanais, em 2009.

Um dado importante a se registrar é que em fins da década de 2000 a parcela de trabalhadores em jornadas de trabalho superiores a 44h semanais variava de 16,9% a 34,6% entre as regiões do país. Podendo-se encontrar um contingente de 19,1% da população nacional ocupada trabalhando mais de 48h na semana, no ano de 2004.

Um dado ainda mais alarmante sobre a jornada de trabalho no Brasil é apresentado pela Regus (2011), em pesquisa realizada com 12 mil trabalhadores em 85 países demonstra que parte significativa dos trabalhadores entrevistados cumpria uma jornada de mais de oito horas diárias. De acordo com essa pesquisa, no Brasil, 17% (desse percentual 20% eram homens e 4% mulheres) dos entrevistados trabalhavam mais de 11h por dia e quase 50% levavam trabalho para casa mais de três vezes na semana, “extrapolando a linha de trabalho e vida pessoal” (REGUS, 2011, p 17 – tradução própria). Como podemos ver no Gráfico 11, o Brasil ocupa o topo do ranking nessa tendência em comparação com os demais países pesquisados.

**Gráfico 11: Média de jornada de trabalho diária de 11h ou mais de duração**

Fonte: Regus (2011)

Os dados apresentados apontam mais um elemento que impossibilita a promoção de uma equidade nos marcos do modo de produção capitalista: a classe trabalhadora está cada vez mais submersa no universo da produção, consumindo sua vida, seu tempo, em função do capital. Destarte,

[...] com a vida reduzida, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que o tempo de vida disponível das pessoas está avassalado pela lógica do trabalho estranhado e a lógica do consumo desenfreado. A vida reduzida produz homens imersos em atitudes (e comportamentos) 'particularistas', construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes [...] (ALVES, 2014, p. 23).

O excesso de horas trabalhadas também justifica o que apontam as informações da Previdência Social (2013), que utilizando dados da OIT, mostram que 2,02 milhões de pessoas morrem por ano em consequência de enfermidades relacionadas com o trabalho; 321 mil em decorrência de acidentes no trabalho; um total de 160 milhões de pessoas são acometidas de doenças não fatais relacionadas

com o trabalho. E, a cada 15 segundos um trabalhador morre em consequência de acidentes e/ou doenças relacionadas com o trabalho.

É importante salientar que toda essa jornada de trabalho cumprida não altera significativamente a situação da classe trabalhadora, ao contrário disso, a classe trabalhadora vai se tornando mais pobre na medida em que produz o montante de riqueza que aumenta a concentração de capital dos detentores dos meios de produção.

E, nesse sentido, elucidamos o terceiro e último elemento que apontamos como limite a concretização da promoção do crescimento econômico com equidade social proposto pelo neodesenvolvimentismo, qual seja:

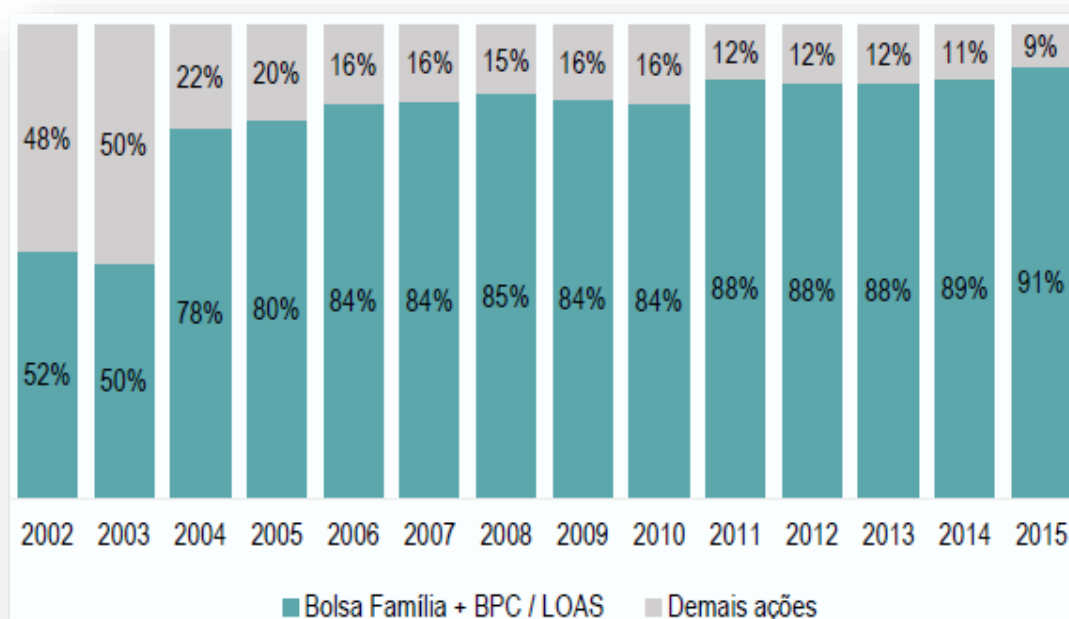
- 3) as estratégias utilizadas com o intuito de promover a equidade permitiram diminuir alguns índices de desigualdade, mas não foram capazes de promover uma justa distribuição da riqueza produzida, não alterando, assim, a gigantesca concentração de renda.

Diante disso, é importante ratificar que,

[...] a desigualdade está no DNA do capitalismo. Em sua raiz, é bom lembrar, está o fracionamento da sociedade entre, de um lado, aqueles que detêm a posse e o controle dos meios de produção, a classe dos proprietários; e, de outro, aqueles que vivem unicamente do próprio trabalho, a classe dos trabalhadores. (DIEESE, 2014, p. 9).

Vejamos, para atenuar os efeitos da desigualdade social resultante da alta concentração de renda existente no país, o Estado ampliou e atualizou programas sociais já existentes, bem como implantou novos programas de transferência focalizada de renda, desde então, pudemos perceber uma crescente no gasto público com a área social, e notavelmente o montante maior desse investimento se verifica no Programa Bolsa Família (como explícito no Gráfico 12) que, como já salientamos, é o programa de transferência renda que tem a maior cobertura no país e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**Gráfico 12: Composição do gasto direto com assistência social – Brasil – 2002 a 2015 – % do total**

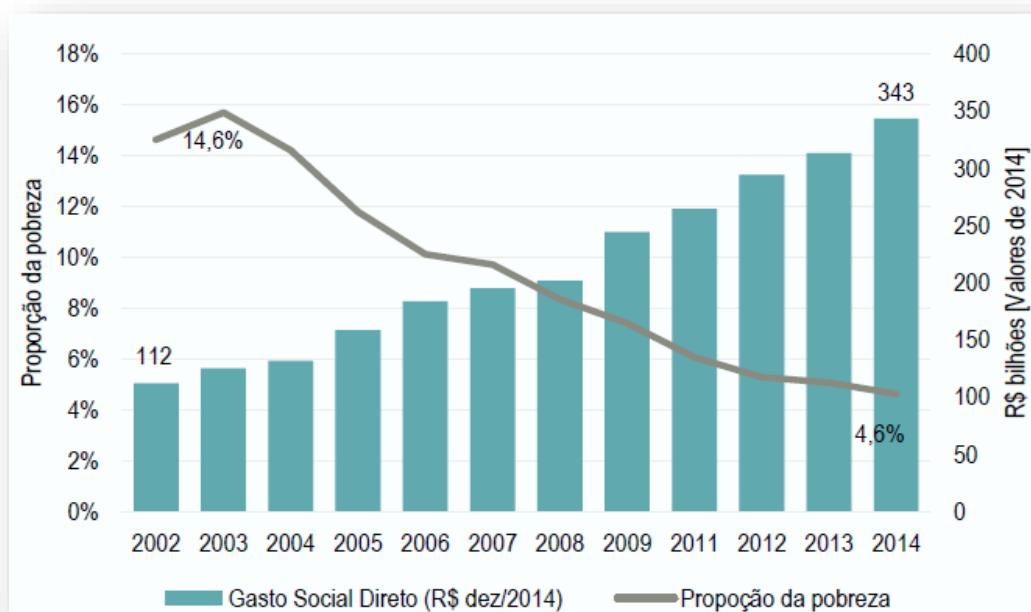


Fonte: SIAFI/SIDOR, apud, Tesouro Nacional (2016).

Os dados apresentados no gráfico 12, disponíveis no documento “Gasto Social do Governo central 2002-2015” do Tesouro Nacional e resultado do Estudo sobre a Dinâmica do Gasto Social Brasileiro entre 2002 e 2015, demonstram que o orçamento destinado ao Programa Bolsa Família e ao BPC quase que dobrou ao longo dos últimos treze anos (que compreendem o período de vigência do neodesenvolvimentismo), passando de 52% em 2002, para 91% em 2015, totalizando a cifra de R\$27,65 bilhões transferidos apenas pelo Bolsa Família em 2015, de acordo com dados divulgados pelo MDSA em junho/2016.

Todo esse investimento, de fato, se traduziu em redução significativa dos índices de pobreza, como se pode ver no Gráfico 13. Analisando o gráfico podemos perceber que a redução auferida entre 2002 e 2014 foi de 10%, chegando o índice de pobreza a um nível nunca visto antes, 4,6% em 2014.

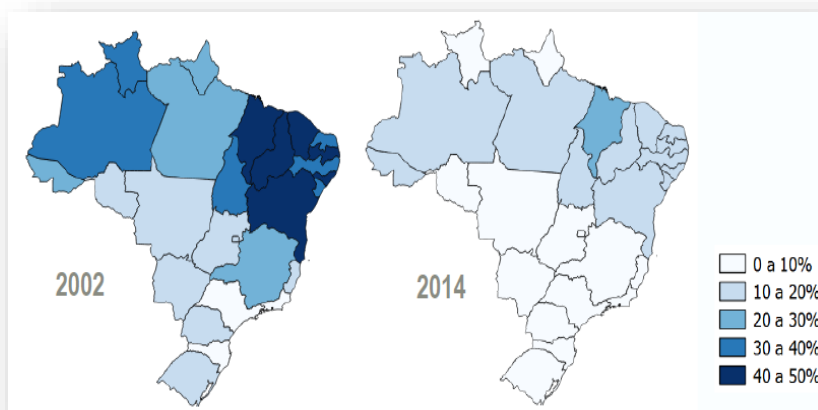
**Gráfico 13: Gasto social com transferências diretas de renda e redução da pobreza – 2002 a 2014.**



Fonte: Tesouro Nacional (2016)

A diferença se torna mais nítida ao analisarmos a Figura 1, que mostra a evolução da redução dos índices de pobreza nas cinco regiões do país.

**Figura 1: Distribuição da população com renda familiar mensal abaixo da linha de pobreza – 2002 e 2014**



Fonte: Tesouro Nacional (2016)

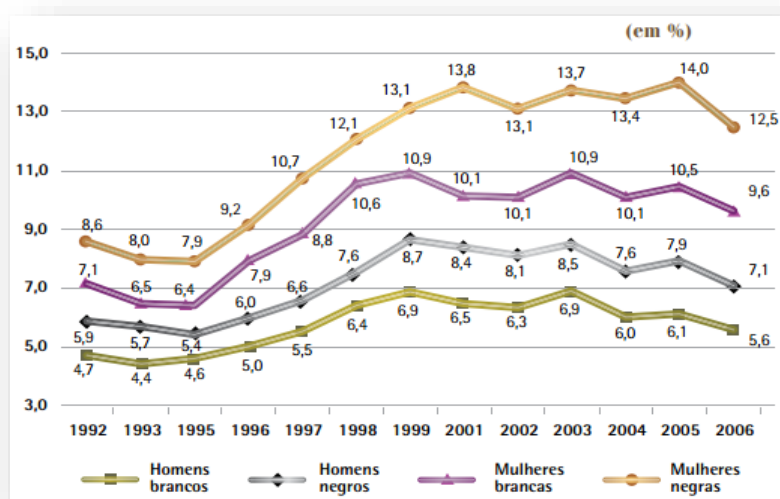
No entanto, essa redução expressiva da pobreza, não se traduziu em redução da desigualdade de renda e/ou de acessos, e essas desigualdades são mais expressivas entre negros e brancos, e entre mulheres e homens, como pudemos ver no tópico anterior. Dados da OCDE confirmam as nossas hipóteses quando afirmam que

[...] o avanço da escolaridade não tem sido suficiente para romper um quadro de desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. À medida que avança a escolaridade, a desigualdade de rendimentos por sexo aumenta. Entre os menos escolarizados (com até 4 anos de estudo) o rendimento-hora das mulheres era equivalente a 81% do rendimento dos homens com a mesma escolaridade. Com 12 anos ou mais de estudo essa relação era 66%. As desigualdades de gênero no mercado de trabalho não se configuram apenas no rendimento, o acesso de mulheres a cargos gerenciais e de direção é reduzido comparativamente aos homens. (2015, p. 3).

Esses dados mostram de forma clara a persistência da desigualdade de gênero, mesmo diante do maior acesso das mulheres em cursos de nível superior, que inclusive chega a ser maior do que o acesso dos homens, bem como, têm mais chances de concluir o curso. Dados da mesma fonte apontam que a renda média de uma mulher com ensino superior completo equivale a apenas 62% da renda média de um homem com o mesmo nível de escolaridade e acrescenta que, ao passo que 72% dos homens com ensino superior completo recebem o equivalente a mais que duas vezes a média de valor da renda nacional, as mulheres com igual escolaridade auferem apenas 51%. (OCDE, 2015, p. 3).

Em relação à desigualdade de cor/raça, a situação não é diferente, embora tenha havido avanços no combate à essa realidade, os índices permanecem altos. Historicamente, as pessoas negras têm menos acesso ao mercado de trabalho, e recebem menos que as pessoas brancas, essa situação ainda é mais latente para as mulheres, que são duplamente penalizadas, sofrem a desigualdade de gênero e de cor/raça.

**Gráfico 14: Taxa de desemprego das pessoas acima de 16 anos por sexo e raça, Brasil- 1992 a 2006**



Fonte: OIT (2010).

Ao analisarmos o Gráfico 14, com dados disponíveis de 2002 a 2006 sobre a taxa de desemprego por sexo e raça, podemos perceber que a população negra historicamente é sempre a mais penalizada pelas oscilações do mercado, quando comparada aos brancos. Em 2006, a taxa de desemprego para os homens negros chegou a 7,1%, enquanto que para os brancos essa taxa ficou em 5,6%, para as mulheres negras a taxa é mais do que o dobro dos homens brancos e 6,9% a mais do que os homens negros.

Nesta feita, podemos afirmar que as estratégias de promoção da equidade pela via das transferências de renda não foram suficientes para romper com o ciclo histórico de reprodução da desigualdade, e, nesse sentido, podemos afirmar que mesmo as iniciativas de fomento a redução da pobreza são meios de garantir essa reprodução, uma vez que:

[...] a efetividade desta estratégia provavelmente entrou em um momento de retornos marginais decrescentes: as famílias extremamente pobres em 2011 tem vínculos com o mercado de trabalho tão frágeis – ou mesmo não existentes – que dificilmente conseguirão se beneficiar de oportunidades criadas pelo crescimento econômico. Mesmo que haja grande investimento em políticas de qualificação e inclusão produtiva, pelo menos no curto prazo, as transferências assistenciais – ou seja, do Bolsa Família – são a única saída viável para assegurar um padrão de vida mínimo as famílias mais pobres do Brasil. Isto se aplica também, em menor grau, as famílias pobres. (IPEA, 2013, p. 148)

Os dados expostos ao longo desse tópico dão sustentação a nossa hipótese de ser a proposta neodesenvolvimentista de crescimento econômico com equidade social um projeto natimorto, que encontra em si mesmo os seus limites.

Apontamos aqui, três limites à efetivação dessa proposta: 1) ao promover o aumento da educação e qualificação para o trabalho, as iniciativas estatais acabam por promover uma maior precarização das relações de trabalho; 2) A corrida desenfreada por maior qualificação produz a redução da vida do trabalhador ao tempo de trabalho; 3) as estratégias utilizadas com o intuito de promover a equidade permitiram diminuir alguns índices sociais, mas não foram capazes de promover uma justa distribuição da riqueza produzida, não alterando, assim, a gigantesca concentração de renda.

E nesse sentido, concluímos com nossa pesquisa, que as estratégias de promoção da equidade social no neodesenvolvimentismo acabam por potencializar as formas de exploração da força de trabalho, e por aumentar os níveis de precarização das relações de trabalho, convergindo para uma perfeita moldação da classe trabalhadora as necessidades do capital na era das relações flexíveis de produção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise travada nesta dissertação procura estabelecer a crítica às implicações dos programas de transferência de renda no combate à pobreza no neodesenvolvimentismo na perspectiva da equidade social pela via da precarização das relações de trabalho, apontando os limites à efetivação desse projeto.

Para conseguir tal feito, se fez necessário retomarmos alguns conceitos importantes que permitiram compreender a dinâmica das transformações no mundo do trabalho, processo esse responsável pela demanda de ações como as que abordamos nessa dissertação, capazes de atender à lógica da acumulação capitalista e de atender, mesmo que minimamente, a demanda da classe trabalhadora.

Como pudemos verificar, o processo de reestruturação produtiva implementado com o esgotamento do padrão fordista/taylorista, implicou em mudanças não só na forma de organizar a produção e na forma de consumir, mas em todos os âmbitos da vida social, gestando-se um novo modo de trabalho e de vida, esta requer uma modificação na formação dos trabalhadores, nas formas de contratação e de remuneração do trabalho, exigindo uma mudança no perfil da força de trabalho, fazendo-se necessário a adequação do trabalhador às novas formas de contratação e às exigências de qualificação.

A concretização da reestruturação produtiva exigiu a reorganização do regime de regulamentação social, o modo de agir, pensar, de se comportar, de consumir, como se sabe, o Estado cumpre essa função de regulador da vida social, a partir da instauração do Estado neoliberal, que na América Latina começa a vigorar em meados da década de 1990. Nesse período, as inflexões da ideologia neoliberal, que propõe uma minimização do Estado frente ao trato das manifestações da questão social e uma maior participação do mercado no que tange a alocação de recursos, ganha força no território latino-americano.

Nesse contexto, a reorganização das estratégias de crescimento econômico no continente deu início a um “novo” padrão que combina aspectos da reestruturação produtiva e iniciativas de cunho neoliberal, a que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo, que surge como uma alternativa a perspectiva neoliberal, mas que na verdade se configura como uma espécie de “modernização conservadora” (OLIVEIRA, 2003), uma vez que reproduz as aspirações dessa ideologia, mas com o “cuidado” de dar atenção ao seguimento social.

Dessa maneira o neodesenvolvimentismo almeja o crescimento econômico, mas sem esquecer-se do trato com o social, e para tal feito apoia-se nas políticas sociais e, mais precisamente, na transferência de renda, que lhe permite minimizar os índices de pobreza e miséria no país e ao mesmo tempo oferecer as condições de qualificação para atender a demanda do capital por força de trabalho qualificada, convergindo na chamada “promoção da equidade social”.

Em sendo assim, no encaminhamento da discussão realizada em torno do nosso objeto de estudo, pudemos verificar que, como parte das estratégias de promoção da equidade social, há no Brasil um alto investimento em programas de transferência de renda que visam minorar os índices de pobreza através do repasse mensal de uma quantia em dinheiro e, também, pela promoção da qualificação profissional dos indivíduos.

Conforme indicado nesta dissertação, a Política de Assistência Social brasileira preconiza ações de caráter universalizante, no entanto, entendemos que a Política de Assistência Social tem desviado o curso de suas conquistas, quando reduzem sua atuação em ações focalizadas, seletivas e não universalizantes, sendo utilizada para concretizar os caprichos do capital, mantendo e reproduzindo seu exército de reserva, através do enfoque no combate à pobreza.

Como pudemos perceber na pesquisa, às ações de alívio da pobreza tem se aliado às ações de promoção da qualificação oferecidas como programas de governo. Em nossa análise priorizamos, especificamente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que são os principais programas de incentivo a qualificação no período de vigência do neodesenvolvimentismo, os dados disponíveis mostram uma considerável ampliação no número de pessoas atendidas por esses programas, somando dados dos três programas, entre 2012 e 2014 foram atendidas 9.785.077 pessoas.

No entanto, o que verificamos em nossa análise é que esse considerável aumento na escolarização da população brasileira, não se traduziu em melhora na situação de vida da classe trabalhadora, ao contrário do propalado pelos formuladores da proposta neodesenvolvimentista de promoção da equidade social pela via da educação e qualificação profissional.

Nossa pesquisa também demonstra, de acordo com dados do IBGE, que no segundo trimestre de 2013, a taxa de desocupação total alcançou os 7,4%. Para a população jovem entre 18 e 24 anos, essa taxa alcançou 15,4%, compreendendo um total de 32,6% da população jovem ou 1/3 das pessoas desocupadas, aproximadamente. Pelo nível de escolaridade, as pessoas desocupadas com nível superior completo representavam 7,8% e, 49,6% das pessoas desocupadas tinham concluído ao menos o ensino médio e a taxa de desocupação para esses níveis de escolaridade era de 4,0% e 8,7% respectivamente.

Para o 2º trimestre de 2016 os dados disponíveis apontam que 52,0% das pessoas desocupadas tinham concluído ao menos o ensino médio, um aumento de 2,4 se comparado aos números de 2013. As pessoas com nível superior completo somavam 8,9% totalizando um aumento de 1,1%, comparado a 2013, e a taxa de desocupação para esse nível de ensino chega 6,0%.

Portanto, os conceitos trabalhados no texto, aliados às análises dos dados de realidade nos permitiram apontar os limites à efetivação da proposta de crescimento econômico com equidade social proposta pelo neodesenvolvimentismo em suas formulações. Em sendo assim, elencamos três elementos que apontamos como limites a essa proposta, a saber:

- 1) Ao promover o aumento da educação e qualificação para o trabalho, as iniciativas estatais acabam por promover uma maior precarização das relações de trabalho, considerando que o resultado prático dessas iniciativas é um maior contingente de força de trabalho qualificada, promovendo não só um aumento do exército de reserva disponível para o capital, mas, também, criando um novo perfil desse exército de reserva.
- 2) A corrida desenfreada por maior qualificação produz a redução da vida do trabalhador ao tempo de trabalho.
- 3) As estratégias utilizadas com o intuito de promover a equidade permitiram diminuir alguns índices de desigualdade, mas não foram capazes de promover uma justa distribuição da riqueza produzida, não alterando, assim, a gigantesca concentração de renda.

Nesse sentido, concluímos com nossa pesquisa, que as estratégias de promoção da equidade social no neodesenvolvimentismo acabam por potencializar as

formas de exploração da força de trabalho, e por aumentar os níveis de precarização das relações de trabalho, convergindo para uma perfeita moldação da classe trabalhadora as necessidades do capital na era das relações flexíveis de produção.

Sabemos que no modo de produção capitalista a força de trabalho é indispensável à produção de riqueza, e que a acumulação capitalista acaba por produzir uma população de trabalhadores muito maior que sua necessidade. Essa força de trabalho como elemento essencial à produção de riqueza torna fundamental ao capital mantê-la sempre disponível e em abundância no mercado. Como pudemos verificar nessa dissertação, as ações de promoção da equidade social são totalmente funcionais a manutenção do ciclo de reprodução do exército de reserva tão precioso para o capital.

Ao analisarmos as transformações no mundo do trabalho, pudemos perceber que a precarização não acontece apenas no âmbito do trabalho, mas também na vida do trabalhador, convergindo no que Alves (2014) aponta como precarização existencial decorrente do que ele denomina de “modo de vida *just-in-time*”, e uma precarização do “homem-que-trabalha” proveniente de adoecimentos originários dos processos laborais.

Salientamos a necessidade de aprofundamento do debate que relaciona aumento da escolarização/qualificação com intensificação das formas de precarização do trabalho, entendemos ser de suma importância ampliar a discussão de um tema tão atual e tão significativo para a realidade da classe trabalhadora, que vem sendo capturada sutilmente por essa lógica sem se dar conta de que com isso está a abdicar do seu direito de tempo de vida para si mesmo em função do tempo de vida para o trabalho, assumindo o ônus da reprodução ampliada do capital e do aumento da produção de riqueza para o grande capital, ao mesmo tempo em que intensifica sua própria situação de miséria e degradação da vida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. – Bauru: Canal 6, 2014. (Projeto Editorial Praxis)

ALSTON, Philip. Relator Especial sobre pobreza extrema e os direitos humanos, fala na **29ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos**. 27 de maio de 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. – São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In.: **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). – São Paulo: Boitempo, 2007.

AMARAL, A. S.; MOTA, A. E. Reestruturação do Capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. MOTA, A. E. (Org.). 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

ARRETHE, Marta. Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. In: **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. \_\_\_\_\_ (Org.) – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Igualdade e equidade: Qual é a medida da justiça social? – **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013.

BANCO MUNDIAL. Equidade e Desenvolvimento. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial**: visão geral. 2006.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação Produtiva, Ideologia e Qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade. In: **Desafios do Trabalho**: Capital e Lutas de Classe no século XXI. BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (Orgs.) – Londrina: Praxis; Maringá: Massoni, p.143 – 172, 2003.

BOITO JR., Armando. **Jornal Brasil de Fato**, 09/04/2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1-em-crise-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-aqu%C3%A7ar%E2%80%9D>>. Acesso em: 10/12/2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho: Direitos (In)Compatíveis? \_\_\_\_\_ In: **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. Ed. São Paulo, 2003.

BRAGA, Ruy. **A política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL/MDS/SNAS. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília: MDS, 2004.

BRASIL/MDS/SNAS. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**, Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão_Geral_Brasil)> Acesso em: maio/2016.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento e Social e Combate à fome**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 12/2014.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento e Social e Combate à fome 2015**. Plano Brasil Sem Miséria. Caderno de resultados (2011-2014). Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil sem miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf)> Acesso em: maio/2015.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (biblioteca básica de serviço social)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo-desenvolvimentismo na América Latina. In: **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares**. PRADO, L. C. D. (org.) Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CAGED. **Nível de Emprego com Carteira Assinada**. Sumário Executivo, Julho de 2016.

CARNEIRO, Carla B. L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social. Serviço Social e Sociedade. Nº 84, ano 26. P.66-90. Nov/2005.

CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social, 2006.

CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, Rodrigo. Neodesenvolvimentismo e Social liberalismo e suas implicações políticas para o Brasil (lecture). – Campina Grande, 22 e 23 de outubro de 2015.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2012**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/48455/PanoramaSocial2012.pdf>>. Acesso em 23/07/2013.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2014**. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37706>> Acesso em: 20/05/2016

CIPOLLA, Francisco P. O mecanismo da Mais Valia Relativa. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 44, n.2, p. 383-408, abr./jun. 2014.

CUT. **Terceirização e desenvolvimento**: uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos / Secretaria. Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

**Democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)> Acesso em: agosto, 2016.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). – São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_; FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio antissocial em indústrias. In: **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). – São Paulo: Boitempo, 2007.

FERES, J. Carlos; VILLATORO, Pablo. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. In: **Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate**. – N. 15 (2013) –. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

FIES. **Prestação de contas ordinárias anual**: relatório de gestão do exercício de 2013. Ministério da Educação. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014.

\_\_\_\_\_. **Prestação de contas ordinárias anual**: relatório de gestão do exercício de 2014. Ministério da Educação. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2015.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista Faculdade de Educação**. vol.24, n.1, São Paulo, Jan./Jun. 1998.

**Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015**. TESOIRO NACIONAL, 2016.

GOMES, Cláudia Maria Costa. **Em busca do consenso**: tendências contemporâneas no Serviço Social. Radicalidade democrática e afirmação de direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. – Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRESPLAN, Jorge. Crítica da Economia Política, por Marx. In: **Curso livre Marx-Engels**: a criação destruidora. NETTO, J. P. (Org.). 1 ed. – São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotsdvers%C3%A3oweb\\_876.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotsdvers%C3%A3oweb_876.pdf)> Acesso em: junho 2016.

IPEA. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania/organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Contínua 2º trimestre de 2016.

JÚLIO, Marcelo. Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional. In: **Desafios do Trabalho**: capital e luta de classes. BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (Orgs.) – Londrina: Praxis; Maringá: Massoni, p.115- 141, 2003.

LOUREIRO, A. O. Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Nota técnica nº 38. IPECE, Ceará, 2009.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação. In: **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e Sociedade/ MOTA, A. E. (Org.) – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006)

MARINI, Ruy Mauro/Roberta Traspadini, João Pedro Stedili (Orgs.). **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. A crise do desenvolvimento. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx e Engels)

MENEZES FILHO, Naercio; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdade no Brasil. In: **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. ARRETHER, M. (Org.) – 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

MINISTRO DA FAZENDA. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira**: dados do IRPF 2015/2014. Secretaria de Política Econômica, Maio de 2016.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. In: **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), p. 507-527, outubro-dezembro/2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>>. Acesso em: 11/07/2013.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, p. 51-68, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A questão social na América Latina. In: **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. GARCIA, M. L. T.; RAIZER, E. C. (Orgs.). Vitória, ES: EDUFES, p. 83-111, 2012a.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº111, p. 413-429, jul./set. 2012b.

NETTO, José Paulo (org.). **Curso livre Marx-Engels**: A criação destruidora. Boitempo, 2015.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Direitos humanos: a antinomia igualdade x Equidade. **Anais do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social** – La cuestión social y la formación profesional em Trabajo Social em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana; San José – Costa Rica, de 12 a 14 de julho de 2001.

ODM. **O Brasil e os ODM**. 2016. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>> Acesso em maio/2016.

OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho**: avanços e desafios / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília, 2010

OLIVEIRA, Chico de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OXFAM. **Uma economia para o 1%**: como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido. Documento informativo da Oxfam 210. 18 de janeiro de 2016.

PAES-SOUSA, R. Desafios das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, p. 383-400, 2009.

Palestra: **Censo da Educação Superior e a Evolução do Fundo de Financiamento Estudantil**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/encontro\\_nacional/2013/palestra\\_censo\\_educacao\\_superior\\_evolucao\\_do\\_fundo\\_de\\_financiamento\\_estudantil.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/encontro_nacional/2013/palestra_censo_educacao_superior_evolucao_do_fundo_de_financiamento_estudantil.pdf) Acesso em: maio/2015.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 17).

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Dia Mundial em Homenagem às Vítimas de Acidente do Trabalho. 1º Boletim Quadrimestral. **Coordenação-Geral de Monitoramento Benefício por Incapacidade**. Brasília, 2014.

PRONATEC. **Um caminho de oportunidades pela Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016-apresentacao-pdf&category\\_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36561-pronatec-2016-apresentacao-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192) Acesso em junho/2016.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**; tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REGUS. **From dedication to medication?**. November 2011. Disponível em: [http://www.regus.com.br/images/WorkingHours\\_Whitepaper\\_FINAL\\_tcm313-45322.pdf](http://www.regus.com.br/images/WorkingHours_Whitepaper_FINAL_tcm313-45322.pdf) Acesso em: julho/2016.

RIBEIRO, Carlos A. C.; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil. In: **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. ARRETHER, M. (Org.) – 1 ed. – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

SALAMA, Pierre. Pobreza: luz no fim do túnel? – **Nexus Econômicos** – CME – UFBA. Vol. IV – nº 6 – Junho/2010.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-728, out./dez. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. In: **Serviço Social & Sociedade: questão social, expressões contemporâneas**. São Paulo, n.111, p. 430-449, jul./set. 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENAUT, Michel. **Por que um novo-desenvolvimentismo?** – Jornal dos Economistas, nº 186, p.3-5, janeiro de 2005.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. In: **Serviço Social e Sociedade**; São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n113/n113a04.pdf>>. Acesso em: 23/04/2013

SILVEIRA JR., A. A.; LEITE, S.S. A assistência Social no Processo Restauração da Dominação Burguesa no Brasil. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v. 18, n. 2, p. 543-556, jul./dez. 2014.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 1ª. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. 1 ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. Tradução de Maria de Jesús Brito Leite. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Coleção Trabalho e Emancipação)